

João Freire

**JOÃO ROBY E O DESASTRE DO VAU DE PEMBE
(ANGOLA, 1904):
um herói, um mártir, más tácticas,
as circunstâncias imprevistas...
e alguma inabilidade – Autópsia
de uma derrota militar.**

Investigação realizada no âmbito da Academia de Marinha



Lisboa
2017

Ficha Técnica

Título: João Roby e o desastre do Vau de Pembe (Angola, 1904)

Edição: Academia de Marinha, Lisboa

Capa: Imagem do Arquivo Histórico da Marinha

Imagens cedidas ou trabalhadas por: Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico, Arquivo Histórico Militar, Margarida Reis e Silva, e Francisco Freire, aos quais o autor agradece

Data: Julho 2017

Tiragem: 250 exemplares

Impressão e Acabamento: ACD PRINT, S.A.

Depósito Legal: 429099/17

ISBN: 978-972-781-134-2

À memória do General Silva Freire.

*Dedicado ao pessoal fuzileiro
da Armada, para que saiba
como então se combatia.*

PREÂMBULO

Tolstoi, um dos maiores escritores da alma russa, deixou-nos em *Visions de Sébastopol* (1855) uma magnífica descrição dos exércitos do seu tempo, com dois meios sociais essencialmente diferentes coabitando perante o risco de morte iminente mas vivido de modos inteiramente diversos: oficiais sonhando com actos heróicos (ou no temor da desonra), em promoções e medalhas, espelhando nisso o seu particular modo de ser aristocrata (como na Rússia o estavam sendo também muitos comerciantes, funcionários, quartéis-mestres, etc.); e soldados saídos do povo camponês, cuja marca principal era a simplicidade e obstinação, aptos a secundarem o grito dos seus chefes de “Nós morreremos aqui, meus bravos, mas não entregaremos Sebastopol!” com um unísono “Morreremos! Hurra!”. A mesma simplicidade e obstinação de que fez prova, em geral, o rude soldado beirão ou transmontano levado para as savanas africanas por obediência aos seus chefes.

Quando eu era menino, li e fiquei impressionado com o relato (engrandecedor do gesto) do artilheiro anónimo que, naquela malfadada campanha do Cunene, teimara em meter ombros à canga do boi quase desfalecido pelo calor, a mosca e a subnutrição para desenterrar das areias a sua peça de 7 centímetros e aí contraiu a quebradura que o inutilizaria para a vida¹. E maravilhei-me com o épico destino de bravura militar dos irmãos Roby: João, de marinha, e Sebastião², de infantaria, ambos tombados em combate nessas terras do sul de Angola, quase “no fim-do-mundo”.

Mais de um século passado, justifica-se talvez voltar a analisar este insucesso militar dos portugueses em África pois, como escreveu posteriormente Sousa Dias: «sobre a cam-

¹ Sobre este episódio, pode ler-se: Artur de Moraes, *Memórias de Angola*, 2007: 132.

² Nasceu em 30 de Outubro de 1883 e morreu em 1915 em 10 de Agosto de 1915 em combate junto a Quiteve, distrito da Huíla, quando actuava às ordens do general Pereira d’Eça (governador-geral e comandante das forças em campanha), o qual informa o ministro em telegrama dizendo que o capitão de infantaria Sebastião Roby (promovido a este posto apenas em Dezembro de 1914) fora por si encarregado a 4 de Julho de reconhecer o caminho Chiape-Mulondo «na hipótese de operar contra alemães e prevendo necessidade deslocar forças Gambos Mulondo»; e que «reconhecimento erradamente guiado Quiteve tendo sido mortos dia 10 capitão Roby e auxiliar Andrade quando estacionavam junto antiga fortaleza Quiteve. Cadáver capitão foi conduzido Mulondo por praças décima sexta [companhia de infantaria indígena de] Angola que constituíam escolta.» (AHM Div.2/Sec.2/10/33 - Expedição a Angola, 1915).

panha de 1904, caiu desde então um pesado silêncio»³. Não foi inteiramente assim, mas é verdade que poucos dos militares das gerações posteriores ouviram falar do “desastre do Vau de Pembe” e o público em geral ignora completamente este género de acontecimentos. Compreende-se que a história militar, mais do que analisar as amargas derrotas, tenha sempre evidenciado as difíceis ou gloriosas vitórias, bem como os gestos de heroicidade, com o objectivo de incentivar os presentes e futuros combatentes para a prática dos actos de coragem necessários ao confronto bélico. Porém, para melhorar a compreensão colectiva dos acontecimentos da história recente, nada deve ser ocultado, mesmo os insucessos militares, até para evitar que outros semelhantes se precipitem. E talvez sobretudo quando atingem graus de drama, como aconteceu nas margens do Cunene com «este Alcácer-Quibir Bantu⁴ de 25 de Setembro de 1904»⁵, conforme escreveu o implacável historiador do nosso colonialismo moderno René Pélissier.

Entretanto, um número considerável de referências e relatos abreviados dos acontecimentos foram feitos por diversos autores, alguns mesmo editados em datas recentes. Todos contêm alguns elementos de verdade objectiva, ajudam a caracterizar a personalidade dos protagonistas, mas também desvendam as suas próprias afectividades e valorações sobre as ilações a tirar, bem como a interpretação geral que fazem dos actos militares ou do processo de colonização. A esta distância, já sem quaisquer melindres pessoais a evitar e com as técnicas de guerra tão alteradas desde então, devemos cotejar todas estas fontes e informações disponíveis – neste caso, recenseando toda a bibliografia existente sobre o tema e compulsando os múltiplos documentos produzidos pelas instâncias militares e judiciais que se ocuparam das responsabilidades incorridas pelos agentes, e também alguns ecos políticos e jornalísticos suscitados pela comoção pública provocada – e, com tal base, procurar o relato mais objectivo possível dos factos, realçar os pontos de dúvida e extrair as conclusões provisórias que se impõem.

Todos os principais protagonistas desta história – adiante identificados – vieram a produzir declarações (em processo judicial ou fora dele), testemunhos ou interpretações dos factos ocorridos nem sempre concordantes entre si e geralmente procurando salvarguardar as responsabilidades próprias e de alguns terceiros ou remetendo-as sobre outros, evitando porém acentuar as dos camaradas mortos no terreno. Deste viés – humanamente compreensível – não escaparam geralmente os que *a posteriori* procuraram reconstituir os acontecimentos. Verá o leitor atento e conhecedor até que ponto dele se conseguiu eximir o nosso próprio exame crítico.

³ Gastão Sousa Dias, “O desastre do Vau de Pembe (1904)”, *Revista Militar*, Ano 97, nº 12, Dez. 1945: 653.

⁴ Que também é grafado Bantu.

⁵ René Pélissier, *História das Campanhas de Angola: Resistências e Revoltas 1845-1941*, Vol. II: 192.

1. COMECEMOS POR UMA BREVE DESCRIÇÃO GERAL DOS ACONTECIMENTOS

Os territórios do sudoeste de Angola eram quase desertos de ocupação dos portugueses nos finais do século XIX, com excepção do porto de Moçâmedes e de alguma presença no planalto da Huíla, galgada que fosse a íngreme serra da Chela. Com o acordo lusogermânico de 1886, a fronteira sul de Angola com a vizinha colónia alemã do Sudoeste Africano (hoje Namíbia) ficou definida pelos cursos dos rios Cunene e Cubango, nas secções que correm aproximadamente na direcção Leste-Oeste, com uma fronteira administrativa ao longo desse paralelo (cerca de 17° 20' Sul), a partir da inflexão do Cunene que tem lugar um pouco a montante dos rápidos de Ruacaná. Porém, a demarcação no terreno desta linha imaginária continuava por fazer nos anos iniciais do século XX.

O território ao longo da costa para sul de Moçâmedes e até à foz do Cunene era muito escassamente povoado e, em boa parte, completamente desértico⁶.

O distrito da Huíla apenas foi criado em 1901, desanexando esses espaços do de Moçâmedes. O seu primeiro governador, capitão João Maria de Aguiar, recebeu em 1904 instruções de Luanda para preparar uma campanha militar cujo objectivo seria o de submeter os sobas dos Cuamatos e dos Cuanhamas, que nunca haviam acatado a soberania portuguesa, antecipando-se a eventuais apropriações dos alemães naquela zona de fronteira ainda não demarcada.

Uma coluna de operações foi constituída sob o seu comando, sem envio de tropas de Lisboa e com concentração inicial no Lubango, sede do distrito, e marcha para o Humbe, a povoação fortificada mais a sul erigida pelos portugueses, já próximo do rio Cunene. Esta força reunia perto de 2 mil homens em armas com unidades de infantaria, artilharia e cavalaria, apoios de engenharia, saúde e administração militar, “comboio” de abastecimentos logísticos e importante número de combatentes indígenas auxiliares, iniciando as operações ofensivas no dia 19 de Setembro com a travessia, a vau, do rio Cunene, num sítio chamado Pembe, e o estabelecimento de um acantonamento militar, com as devidas medidas de segurança, já em território além-Cunene. Sofrendo alguns flagelamentos de fogo de espingarda de adversários, o comando determinou vários reconhecimentos armados nos dias seguintes, com poucos resultados. Mas a exploração ofensiva do dia 25, com um efectivo da ordem dos 500 homens, é que redundou num completo desaire militar, com pesadas baixas portuguesas e patente desorganização e desmoralização das nossas tropas, que determinaram a sua retirada e o encerramento da campanha. O combate de 25 de Setembro ocorreu numa clareira situada no interior da mata de Mucohimo (também designada por “mata de Umpungo” ou ainda Mata-Bindane), a cerca de 10 quilómetros do Cunene. Mas o recontro bélico ficou conhecido em Portugal pelo “desastre do Vau de Pembe”. Nele morreram 16 oficiais, incluindo o tenente de marinha João Roby, o médico naval Manoel da Silveira e o próprio comandante do destacamento capitão Pinto de Almeida, num total de mais de 300 vidas ceifadas em escassas horas.

⁶ Ver João M. M. Gaivão, “Relatório da Viagem ao Cunene Empreendida em Outubro de 1896 pelo Governador do Distrito de Mossamedes”, in João Freire, compil., *Olhares Europeus sobre Angola*, 2011: 60-71, em que os exploradores usam instrumentos de navegação para o levantamento geográfico possível desse território.

2. MAS QUEM FORAM OS PROTAGONISTAS RESPONSÁVEIS PELA CAMPANHA?

O governador-geral de Angola, a mais alta autoridade político-administrativa da província, era então o capitão-de-mar-e-guerra Custódio Miguel de Borja⁷, que havia tomado posse do cargo em 17 de Março de 1904, sucedendo ao major Eduardo Augusto Ferreira da Costa⁸. Foi curto este mandato de Borja, interrompido a 16 de Dezembro do mesmo ano, justamente por causa do fracasso da campanha do Cunene⁹.

Na retaguarda política, o cargo de Ministro da Marinha e Ultramar era exercido pelo general de brigada Manuel Rafael Gorjão (26.Fev.1903 – 20.Out.1904) num governo do “regenerador” Hintze Ribeiro. Oficial de engenharia¹⁰, antigo governador-geral de Moçambique, foi pouco bem-sucedido na vida governativa e parlamentar, protagonizando também uma inábil gestão político-militar face à insurreição republicana de 3-5 de Outubro de 1910, ele que desempenhava então o cargo de comandante da 1ª Divisão do Exército, isto é, era o responsável militar pela defesa da capital e a segurança da governação do regime. Como ministro, preocupou-se especialmente com o equipamento portuário-ferroviário ultramarino, para incrementar o desenvolvimento económico daqueles territórios¹¹. Foi logo substituído no cargo pelo dr. Manuel António Moreira Júnior¹² devido à “rotação” de partidos que o desastre africano contribuiu para provocar. Este último teve alguma interferência no processo judicial que se seguiu aos acesos debates havidos no parlamento e à viva discussão do caso na imprensa.

⁷ Nascido em 1848 na Amora, era capitão-de-mar-e-guerra em 1910, tendo falecido no ano seguinte. Embarcou e foi funcionário e governador no ultramar, em S. Tomé, Macau e Angola. Foi também adido naval em Londres e Paris. Aparentado ao Partido Regenerador, foi eleito deputado para as legislaturas de 1881 (por S. Tomé e Príncipe), de 1894 (por Luanda), de 1900 (por Chaves) e de 1901 (por Vila Real), intervindo nas câmaras sobretudo em assuntos de marinha e de desenvolvimento das colónias. Foi grão-mestre do Grande Oriente e sócio da empresa do jornal *Correio da Manhã*, fundado por Manuel Pinheiro Chagas. (Mónica, I: 410-412). Em Outubro de 1910, depois da revolução republicana, foi passado à situação de reforma graduado em vice-almirante, com respectiva pensão, por ter sido julgado incapaz pela Junta de Saúde Naval.

⁸ Era oficial do Exército, do Serviço de Estado-Maior, companheiro de Mouzinho em Moçambique e apreciado estratega e conhecedor das realidades coloniais da época. Irmão do oficial da Armada de nome Alberto Coriolano Ferreira da Costa, que veio a comandar o batalhão de Marinha no sul de Angola em 1914. Desempenhou o cargo de governador-geral de Angola de Maio de 1903 a Março de 1904 e depois de Maio de 1906 até Maio de 1907, quando faleceu prematuramente. Publicou um texto sobre a questão dos Cuanhamas.

⁹ Foi substituído pelo médico militar António Duarte Ramada Curto, que já exercera o cargo e agora repetiu, entre Dezembro de 1904 e Março de 1906.

¹⁰ Nascido em 1846, foi alferes em 1871, coronel em 1892, general de brigada em 1900 e general de divisão em 1906.

¹¹ Ver Mónica, II: 352-354.

¹² Conhecido médico lisboeta, exerceu o cargo a partir de 20 de Outubro, em gabinete “progressista” de José Luciano de Castro.

O capitão de engenharia João Maria de Aguiar era então o governador do distrito da Huíla, que tinha sede no Lubango, encostava ao de Moçâmedes e se estendia por toda a fronteira sul de Angola, chegando (para norte) até às bordas do planalto central. Tomara posse em 1902, mas já exercera idênticas funções em outros distritos da província. Aguiar possuía à época uma boa folha de serviços como oficial e experiência de administração colonial em Angola¹³. Em 1904, com 45 anos de idade, preparou em Lisboa um primeiro esboço do plano de operações em Maio, devidamente orçamentado, e publica a 31 de Julho a sua «Ordem de Serviço nº 1» à coluna de operações, no Lubango, coluna essa que só veio a ser dissolvida formalmente a 10 de Dezembro, com o respectivo relatório das operações¹⁴ a ser entregue por Aguiar no dia 14 do mesmo mês e ano. A campanha redundou num desastre militar, indistigável e assumido por todos e a sua actuação pessoal foi controversa. Após o processo de averiguações concluído em Março de 1905 em Luanda, Aguiar pede pela segunda vez a sua demissão do cargo administrativo que ocupava¹⁵ e vem finalmente para Lisboa onde ficará preso preventivamente e será levado a conselho de guerra, que o ilibou, em Outubro de 1906¹⁶.

O capitão de artilharia Luís Pinto de Almeida seria provavelmente um oficial muito mediano do Exército português, embora já com experiência militar de combates em Moçambique. Nascera em Lisboa em 1861 tendo, portanto, 43 anos incompletos na

¹³ Nascido em 1858 em Ponta Delgada, Aguiar assentara praça em 1879. Fez os preparatórios na universidade de Coimbra. Alferes de engenharia em 1884, tenente em 1886 e capitão em 1896. Solteiro e sem filhos, foi nomeado Governador do distrito de Moçâmedes em 1899, passando para o do Congo em 1900, mas voltando a Moçâmedes em 1901 e finalmente chegando à Huíla em 1902, quando este distrito foi constituído. Em 1904, entre Março e Julho, está na metrópole para realizar o tirocínio para major. Depois do desastre militar de 25 de Setembro, é exonerado a seu pedido do cargo de governador do distrito da Huíla em Março de 1905 e regressando ao Reino em Junho. Em 1905, «nada consta» nas secções dos castigos judiciais e disciplinares da sua Nota de Assentos, a qual regista prémios honoríficos durante o curso de engenharia militar na Escola do Exército, a concessão da medalha de prata de comportamento exemplar em 1895, cavaleiro de S. Bento de Avis em 1896 e oficial em 1901, medalha de 3ª classe da Águia Vermelha da Prússia em 1900, medalha de ouro de serviços distintos no ultramar em 1903 e tem averbados 5 louvores enquanto governador: por incêndio no palácio; instrução militar da guarnição sob suas ordens; recenseamento da população; directivas para o comandante da coluna de operações ao Quitungo em 1901; idem para punição aos «salteadores Umbundos» de Bata-Bata, no concelho da Humpata, em 1902. (AHM Proc. Indiv. Div.3/Sec.7/Cx. 3.519 – 4º vol.)

¹⁴ Ainda assim, restrito ao período de 19 a 25 de Setembro, prometendo para «outro trabalho [...] dar inteira conta do desempenho da missão que me foi confiada» (AHM 3/7/Cx. 3.519 – 2º v.).

¹⁵ Sucederam-lhe no cargo Alves Roçadas (que fez sobretudo obra de preparação militar para a “vingança” que ele mesmo comandou em 1907. Ver Regalado, *Cuamatos 1907: Os Bravos do Mufilo no Sul de Angola*, 2004; e Freire, *Olhares Europeus sobre Angola*, 2011: 142-154) e João de Almeida que, além da ocupação militar-administrativa, iniciou efectivamente um primeiro processo de desenvolvimento do território (Ver Freire, *op. cit.*, 2011: 375-388).

¹⁶ A sua carreira militar prosseguiu aparentemente sem entraves burocráticos ou outros – foi promovido a major em 1907, a tenente-coronel em 1913 e a coronel em 1914 – mas certamente sempre com a sombra do Cunene a pairar sobre a sua reputação e a pesar na sua consciência. Passou à reserva em 1917 (com 59 anos de idade), vindo a falecer em 1935.

altura destes acontecimentos¹⁷. Acabara de ser promovido a capitão e prestava serviço na Bateria Mista de Artilharia de Montanha e Guarnição de Angola quando foi nomeado para integrar a coluna de operações como comandante da artilharia¹⁸. A sua actuação na campanha foi contestada em vários aspectos por quem a testemunhou ou sobre ela se debruçou posteriormente, valendo-lhe decerto a sua morte em combate para atenuar tais críticas.

O então capitão Artur de Moraes seria, pelo contrário, um desembaraçadíssimo oficial do exército de África, audaz, resistente e sabendo lidar e falar com os negros¹⁹. Os seus depoimentos e relatos memoriais revelam essas qualidades, mas também parecem explorar a sua particular condição de sobrevivente do massacre, pouco apta ao contraditório.

O futuro marechal, à época capitão de infantaria, Manuel de Oliveira Gomes da Costa²⁰, então com 39 anos de idade e larga experiência militar colonial publicamente

¹⁷ Assentou praça em 1879. Nada consta nos seus registos relativamente a casamento ou existência de filhos. Promovido a segundo-tenente de artilharia em 1889, serviu em Moçambique em 1896 e 1897. Já primeiro-tenente, participou na campanha contra os Namarrais, no norte de Moçambique, comandada por Mouzinho de Albuquerque: na primeira fase, como comandante da secção de artilharia de montanha da coluna de operações, tendo tomado parte no combate de Mujenga, a 19 e 20 de Outubro de 1896; na segunda fase, como subalerno da bateria de artilharia de montanha que travou combates em Naguema e Ibrahimo em Março do ano seguinte, acções em que participou com João Roby – sempre sem especial distinção ou censura. Ainda em 1897, participou igualmente na coluna de operações de Gaza comandada por Mouzinho, como subalerno da mesma bateria de artilharia de montanha, tendo tomado parte no combate de Macontene a 21 de Julho, tal como Roby, sem ser objecto de qualquer distinção particular. Mas a sua folha de serviços regista um louvor por estas participações e, naturalmente, a medalha de prata comemorativa ‘D. Amélia’. Em 1898 recebe a medalha de prata de comportamento exemplar. Só regista mais um louvor (colectivo), relativo a estudos sobre a artilharia do Campo Entrincheirado de Lisboa. Faz nova comissão de serviço em Moçambique em 1901-1902. Professor em 1903 da escola do grupo de artilharia de guarnição nº 1, de Lisboa, seguindo depois para Angola. A última folha de Informações, de 12.Jan.1904, assinada pelo major comandante do Forte D. Carlos (na Ameixoeira, à beira da capital) diz: «Cumpriu bem as obrigações do seu posto no que é auxiliado por uma inteligência clara. Merece bom conceito como militar e cidadão. Tem maior aptidão para a artilharia de guarnição em que serve. Merece o posto imediato.» Era a rotina de alguém que se não distinguia, apesar da sua folha de castigos estar em branco. Promovido a capitão por carta patente real somente a 23.Jul.1904. Fez parte da coluna de operações aos Cuanhamas desde 19 de Julho. (AHM Proc. Indiv. 3/7/nº 789-4 Cx. 1.108)

¹⁸ AHU – SEMU – GM – 4ª Rep.Mil. Cx. 4 1904-1905 Gerais ANG 967 Proc. 208D/1904.

¹⁹ Nascido em Lisboa em 1865, assentou praça em 1879 e foi voluntário para Angola em 1887 como primeiro-sargento. Foi promovido a alferes do exército da África ocidental em 1891 e a capitão em Junho de 1903, tendo sido reformado em 1913 com o posto de major. Faleceu em Angola em 1940.

²⁰ Nascido em 1863, foi aluno do Colégio Militar e assentou praça em 1880, fazendo carreira na arma de infantaria e sendo promovido a alferes em 1884. Destacado para Goa em 1893 e participando aí em operações de guerra, serviu depois em Moçambique (capitão-mor do Mossuril, no Norte, e chefe do distrito militar de Gaza, no sul) tendo tido papel relevante nas campanhas de Mouzinho nos Namarrais e em Gaza em 1896-97, demonstrando especiais aptidões para comandar unidades de auxiliares negros e recebendo os maiores louvores e condecorações. Foi promovido a capitão em 1898. Também foi contratado em 1899 pela Companhia do Niassa para liderar uma coluna de operações militares no grande lago, que não chegou a efectivar-se. Segundo as suas próprias palavras: «[...] em 1 de Fevereiro de 1904

reconhecida, chefiava o concelho do Humbe e acompanhou todas as operações. Tem também um lugar destacado na campanha, testemunhando criticamente algumas das opções tomadas pelo comando da mesma, mas não estando isentas de discussão algumas das suas tomadas de posição na altura dos factos.

O capitão de cavalaria João Gregório Duarte Ferreira²¹ foi o chefe do estado-maior da coluna de operações do Cuanhama e a sua figura passou quase inteiramente despercebida nos relatos e explorações emocionais ou políticas que se seguiram. Mas, na sombra, terá desempenhado papel importante e nem sempre no melhor sentido, com especial incidência na relação que manteve com o comando das operações. A sua condição de familiar do governador-geral e certas atitudes que objectivamente praticou colocam-no no foco de uma análise crítica que, hoje, só poderá ser muito incompleta.

O segundo-tenente João de Faria Machado Pinto Roby de Miranda Pereira²² – sempre abreviadamente conhecido por João Roby – contava então 28 anos de idade e era descendente de uma antiga família aristocrata de Braga²³. Entrou na Escola Naval em 1890 e desempenhou várias comissões em Moçambique entre 1895 e 1904, incluindo a participação em campanhas de guerra, de onde traz condecorações apreciadas. Vinha,

embarcava novamente, desta vez com destino à província de Angola, cujo governador era ao tempo o Eduardo Costa, um dos bravos companheiros de Mouzinho e homem duma vasta inteligência e competência colonial. Em Angola fez algumas grandes viagens no interior, entre elas a Encoje [no Norte]. Em 30 de Abril fui nomeado chefe do comando militar do Humbe [...]» (Gomes da Costa, 1930: 113). Coronel em 1913 e general em 1918, durante a Grande Guerra foi comandante da 1ª Divisão e, depois, do próprio Corpo Expedicionário Português, em França, ganhando aí as mais altas condecorações. Foi um dos chefes conspiradores do movimento militar do 28 de Maio de 1926 mas rapidamente deposto, com uma promoção a marechal para amenizar o seu azedume. Faleceu em 1929. (AHM Proc. Indiv. 3/7/Cx. 712)

²¹ Nasceu em 1863 em Lisboa, assentou praça em 1880, fez o curso de cavalaria da Escola do Exército e entrou no quadro como alferes desta arma em 1890. Casado com D. Ester Menezes Ferreira. Até 1904, servira em S. Tomé e Príncipe (onde foi ajudante do governador), em Macau (executando várias missões diplomáticas no extremo oriente), episodicamente na Índia e em Angola. Ascendeu ao posto de capitão em 1901. Assumiu a 17 de Março de 1904 o cargo de chefe do estado-maior da província de Angola e nomeado chefe do estado-maior da coluna de operações do Cuanhama a 19 de Julho, apresentando-se no quartel-general em Moçâmedes de regresso desta missão a 14 de Outubro. Regressou ao reino em 1 de Abril de 1905. Faleceu em 1922 com o posto de general graduado, tal como já fora coronel graduado em 1915. Fez essencialmente uma carreira ultramarina, exercendo cargos administrativos. (AHM Proc. Indiv.3/7/Cx. 707, 1727 e 1494)

²² João Roby nasceu em 30 de Dezembro de 1875, assentou praça em 1890, frequentou a Escola Naval como aspirante, foi promovido a guarda-marinha em 1895 e entrou no oficialato como segundo-tenente em 1897. Era solteiro. Uma boa síntese biográfica encontra-se no artigo inserido na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Ver também Campo Belo, *Os Robys*, 1936.

²³ Senhores da Casa de Ínfias (ou Solar das Hortas), reivindicavam descendência do alcaide do Castelo de Faria e de Duarte Pacheco Pereira. Aos dois irmãos Roby, mortos em Angola, a cidade de Braga homenageou-os com um monumento em pedra e bronze na via pública. E a Armada – por despacho ministerial de 18 de Dezembro de 1971 – atribuiu o nome de *NRP João Roby* a uma das suas novas corvetas entradas ao serviço em 1975 (ver José Agostinho de Sousa Mendes, *Setenta e Cinco Anos no Mar (1910-1985)*, Vol. 8, 1993: 157-171).

pois, de regresso à metrópole quando, na escala de Luanda, soube da expedição militar ao Cunene, para a qual pediu insistentemente autorização de participação, que acabou por lhe ser concedida pelo ministro²⁴. Chegou, assim, muito tardiamente a Moçâmedes e depois ao Humbe, de onde a coluna de operações já tinha partido, fazendo a viagem a cavalo e quase sozinho, tendo-se integrado na força apenas no dia 22 de Setembro e ficando como subchefe do estado-maior do comando de João Maria de Aguiar. Mas arrastara nesta aventura o seu camarada dr. Silveira, que igualmente regressara de Moçambique e não resistiu ao seu chamamento. Adiante nos debruçaremos mais a fundo sobre esta personagem que, naturalmente, desperta para nós particulares motivos de interesse.

O médico naval de 1ª classe (equiparado a primeiro-tenente) Manuel João da Silveira²⁵, formado em Lisboa, iniciara a sua carreira na Armada em 1898 e já servira na Guiné, no Zaire (norte de Angola) e em Moçambique, participando em 1902 na campanha do Barué (onde se encontrou com João Roby) e merecendo uma elogiosa referência do responsável de uma das colunas auxiliares, validada pelo comando das operações: «O Dr. Manoel João da Silveira, médico naval de 2ª classe, foi sempre um esplêndido camarada, alegre, satisfeito e comunicativo. Nos seus deveres profissionais foi sempre cuidadosíssimo, prevenindo para não ter que remediar e tratando os doentes com muita afabilidade e carinho.»²⁶. E o comandante Azevedo Coutinho, corroborou esta opinião escrevendo no seu relatório final que se tratava de «um médico muito distinto e de uma actividade e resistência inexcedíveis. Acompanhando sempre o comboio de abastecimento, seguindo com a coluna da Makossa, nunca teve, por assim dizer, um momento de descanso, nunca manifestou qualquer sintoma de fadiga.»²⁷. Silveira exercia em 1904 as funções de médico da Esquadilha do Zambeze (Moçambique) quando aí também estava o mesmo Roby e, em Junho, requereu o regresso ao reino. Em Luanda, onde transitoriamente prestava serviço²⁸, ambos se voluntariam para a expedição ao Cuanhama.

²⁴ Um telegrama do governador-geral de 24 de Agosto para Lisboa refere que Roby e o dr. Silveira podem ser úteis à expedição, sendo expedido um segundo telegrama no dia 27 insistindo no pedido (AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiador ANG 700).

²⁵ Nascido em 1870. Era natural da Ilha Terceira. Foi graduado em guarda-marinha em 1898 e promovido a médico naval de 1ª classe em Dezembro de 1903, quando se encontrava na Divisão Naval do Índico. Era casado com D. Maria Olga Morais Sarmiento, que em Janeiro de 1905 reclama o espólio salvo de seu marido, o qual consta do processo: essencialmente artigos de vestuário, correspondência e alguns livros. Mas, cumprindo deveres burocráticos, também o Hospital da Marinha reclama então uns instrumentos médicos que ele requisitara antes de seguir para África.

²⁶ Coutinho, *A Campanha do Barué em 1902*: 268.

²⁷ *Ibidem*: 209.

²⁸ Na *Ordem à Força Armada - da Guarnição da Província de Angola*, nº 7 de 31.Jul.1904, diz-se que o dr. Silveira vem a 20 de Julho da divisão naval para, em acumulação, prestar serviço clínico às unidades, fortaleza e depósito geral de degredados da guarnição de Luanda, diligência confirmada pelo ofício da mesma data do comando da Divisão Naval do Atlântico Sul (BCM-AH, Índice 31, copiadores de ofícios Nº 263 – Fev. 1904 – Dez. 1905), apesar de nada constar no Livro-Mestre Médicos II/63 do mesmo Arquivo Histórico.

O guarda-marinha Filémon da Silveira Duarte de Almeida²⁹ comandava uma «secção de marinheiros da Armada» com metralhadoras *Nordenfeld* (de canos múltiplos) integrada na força de artilharia da coluna de operações do Cuanhama. Esteve nesta situação entre 3 de Agosto e 27 de Dezembro de 1904 mas, após a suspensão da campanha, esta micro-unidade esteve a guarnecer o forte ‘D. Amélia’, nas Ganguelas.

O segundo-tenente Emílio Gagean³⁰ comandou a companhia de marinha que em Outubro de 1904 foi mandada para os Gambos, para reforço do dispositivo militar na parte sul do distrito da Huíla.

Finalmente, o capitão-de-mar-e-guerra Carlos Maria Pereira Viana³¹ era o comandante da Divisão Naval do Atlântico Sul e, nessa qualidade, foi instado a mobilizar todas as forças que tinha disponíveis para apoiar a expedição. É do seu punho o relatório de 23 de Novembro de 1904 que faz a história da participação da Marinha nesta campanha³² e que serviu de base a um louvor atribuído aos principais intervenientes.

Aos outros oficiais participantes na campanha faremos apenas a referência justificada pelas suas intervenções mais relevantes na acção militar da coluna.

²⁹ Nascido em 1882 no Porto, assentou praça em 1899, frequentou a Escola Naval e foi promovido a guarda-marinha em 1903. Chegou a Angola em Fevereiro de 1904, onde ficou até Março do ano seguinte cumprindo os seus tirocínios e sendo promovido a segundo-tenente em Novembro de 1905. Participou nas operações do Cuamato de 3 de Agosto a 27 de Dezembro de 1904. Atingiu o posto de capitão-tenente em 1919. Republicano, veio a ser episodicamente Ministro das Colónias em 1925. Participante na revolta de Fevereiro de 1927 contra a Ditadura Militar, foi demitido e abatido ao efectivo em Março do mesmo ano. Faleceu em 1962.

³⁰ Nasceu em 1875. Assentou praça em 1892; guarda-marinha em 1895, tomou parte na segunda fase da campanha dos Namarrais em 1897, quando prestava serviço na corveta *Duque da Terceira*, actuando na baía do Mocambo. É promovido a segundo-tenente em 1898 e a capitão-de-fragata em 1920. Atingiu o posto de contra-almirante em 1937. Faleceu em 1941.

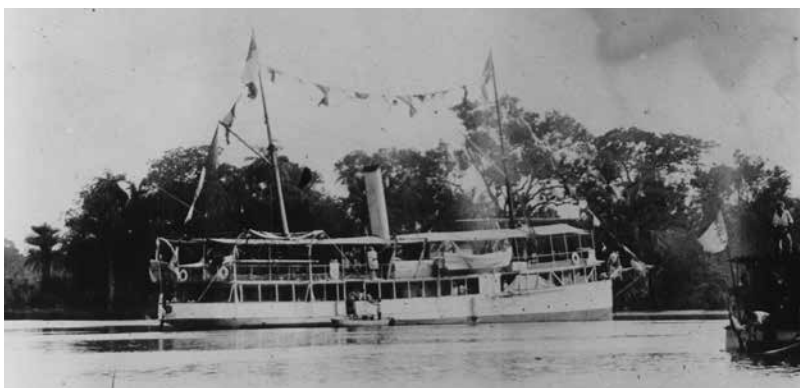
³¹ Nascido em 1845 em Viana do Castelo, assentou praça em 1860, guarda-marinha em 1867, segundo-tenente em 1871, capitão-tenente em 1887 e capitão-de-mar-e-guerra em 1896. Recebeu a Torre e Espada em 1894, por acção em combate contra os Papéis na Guiné. Contra-almirante, em 1907. Era comandante do Corpo de Marinheiros da Armada aquando da revolução republicana de Outubro de 1910, à qual se opôs, sendo ferido por bala (atestado pelo dr. Vasconcelos e Sá, «chefe dos serviços de saúde da revolução») e, em seguida, passado à situação de reformado graduado em vice-almirante com a respectiva pensão, por ter sido considerado incapaz de todo o serviço pela Junta de Saúde Naval. Faleceu em 1922.

³² Documento manuscrito existente em BCM-AH, Doc. Avulsa Cx. 321.

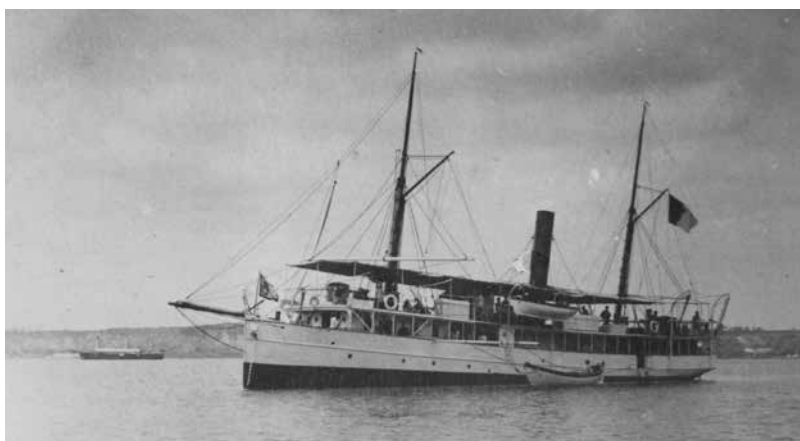
Navios da Divisão Naval do Atlântico Sul



Corveta *Afonso de Albuquerque* (BCM-AH Cx. 307-1-12)



Canhoneira *Massabi* (BCM-AH Cx. 304-23-12)



Canhoneira *Cacongo* (BCM-AH Cx. 304-5-12)

3. O CONTEXTO REGIONAL

Neste ponto de análise julgamos indispensável fornecer ao leitor alguns elementos de informação sobre o contexto físico – geográfico e humano – em que se desenrolou a campanha do Cunene.

3.1 O terreno geográfico e o clima

A região sudoeste de Angola é composta de grandes superfícies planas de baixa altitude, de poucos rios que correm lentamente procurando o seu caminho para desaguar no mar ou em cursos de água mais importantes, mas por vezes estiolando-se em charcos e lagoas, o que também ajuda a tornar a atmosfera pouco propícia à presença humana. E os recursos naturais úteis à economia pareciam escassos. Daí o fraco povoamento da região pelos povos nativos e o desinteresse dos colonos europeus.

Porém, imediatamente a norte desta região, o cenário muda de aspecto. Se na costa – na zona de Moçâmedes – as planuras se mantêm, geralmente com terras arenosas e desérticas, um pouco para o interior levantam-se alterosas formações rochosas que superam o milhar de metros de altitude (em particular a serra da Chela³³), como que constituindo o fixe que suporta as zonas planálticas da Huíla onde os terrenos e o clima abrem boas perspectivas de aproveitamento para a agricultura e a pastorícia. Mais adiante, aliás (em direcção ao leste), eram já conhecidas as reservas mineiras de Cassinga, especialmente ricas em ferro mas onde também havia sinais da presença de outros minerais valiosos³⁴.

Do interior da Huíla para sul, os terrenos vão decaindo em altitude, por onde escorrem os rios Caculuar, Cunene e Cuvelai, com diminuição lógica da cobertura vegetal dos solos e progressivo predomínio das savanas secas (com alguns bosques, poucas árvores dispersas e capim entre elas). Foi nessas áreas declinantes de altitude que a presença da administração colonial se foi, a pouco e pouco, instalando, sendo o forte do Humbe a última posição firme então detida pelos portugueses nessas terras do Sul, já perto do leito do rio Cunene. Entre esta faixa longitudinal de maiores potencialidades e a costa, o território tornava-se quase desértico (também de povoamento), e desse cenário igualmente se aproximavam as terras situadas para nascente, até às proximidades da bacia hidrográfica do rio Cubango³⁵.

Os rios Cunene e Cubango constituem, de facto, os acidentes geográficos mais notáveis de toda esta região, servindo inclusivamente para os estados colonizadores traçarem em 1885-86 a fronteira entre as colónias de Angola e do Sudoeste Africano (hoje,

³³ Só em 1905 se iniciou a construção do Caminho de Ferro de Moçâmedes, que teve de superar os íngremes gradientes da serra da Chela para atingir Lubango (ao km 246) e o planalto da Huíla. Em 1915 o comboio chegava apenas a Vila Arriaga (km 169).

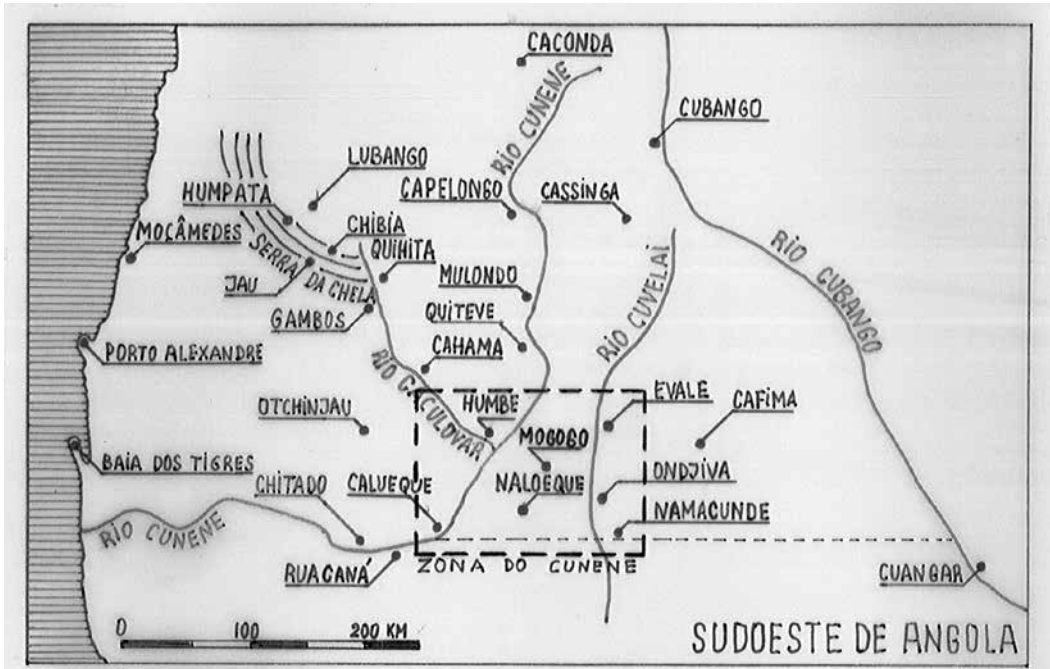
³⁴ Ver, por exemplo, *Portugal em África: revista científica*, Vol. 11, 1904: 459-461.

³⁵ Hoje geralmente designado por Okavango, sobretudo pelos namibianos.

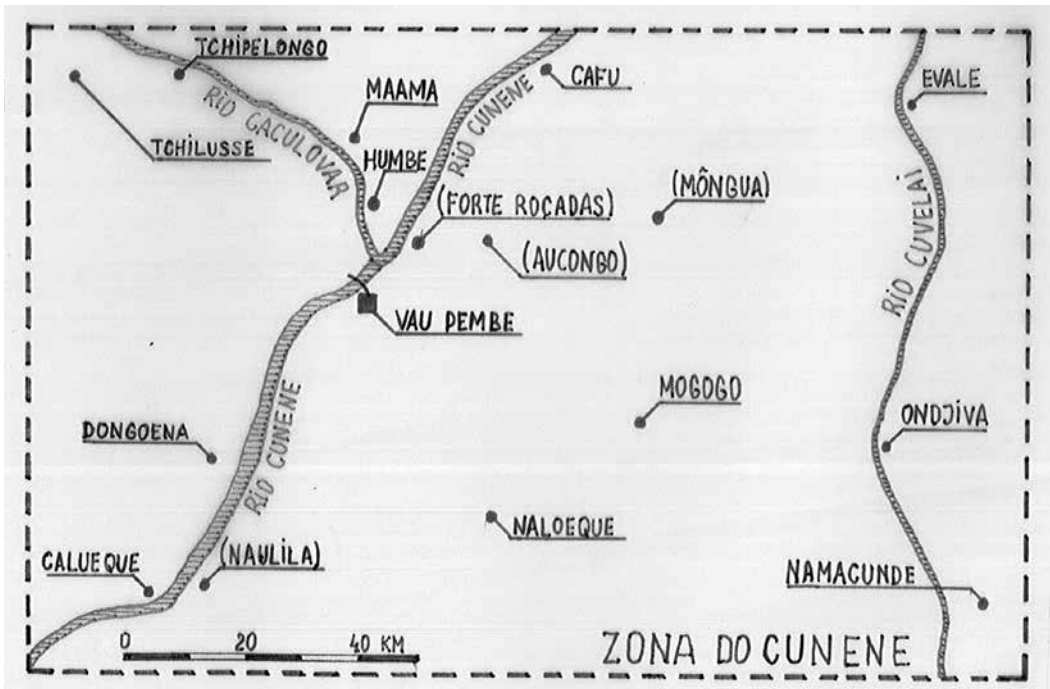
Namíbia) que acabou por ficar na posse do Império Alemão. O Cunene nasce no planalto central de Angola, toma a direcção de su-sudoeste até cerca dos rápidos de Ruacaná e aí inflecte para oeste até desembocar no Atlântico; nesse troço de cerca de 250km, o rio ficou constituindo fronteira entre Angola e a colónia alemã. O Cubango nasce do mesmo modo no planalto central mas, divergentemente, corre para sueste, sofrendo também uma reorientação na zona da povoação de Cuangar, porém para nascente, onde atravessa o corredor de Caprivi e vai “acabar” no maior delta interior do mundo, no actual território do Botswana (antigo Barotze), formando pântanos que são hoje zona protegida como “santuário natural” mas que naquelas épocas afugentavam qualquer tipo de presença humana, aliás já perto do muito referenciado deserto de Kalahari. Idêntico fenómeno acontecia com o rio Cuvelai, apenas de curso intermitente. Muito mais pequenos, mas de caudal permanente são os rios que desaguam no oceano: o Coporolo, o Giraúl ou o Curoca.

Também o troço do rio Cubango que segue aproximadamente para leste foi tomado como fronteira política entre os colonizadores auropeus. Simultaneamente, o paralelo geográfico imaginário entre Ruacaná e Cuangar (situado cerca nos 17° 20' de latitude Sul) foi adoptado como fronteira, com uma extensão de perto de 500km, a ser demarcada no terreno por uma comissão bi-nacional (geralmente composta de geógrafos e militares), como sempre se fazia nessas circunstâncias. Contudo, esse trabalho “de terreno” não estava ainda feito em 1904, e já não o chegou a ser com os interlocutores alemães, que perderam a soberania daquele território devido aos resultados da Grande Guerra de 1914-1918.

O regime climático era marcado por uma estação das chuvas e de maiores calores (o Verão do hemisfério Sul), que se situa entre Outubro e Março, e uma estação seca e mais fresca (também dita do cacimbo) no outro semestre. Nesta região, os rios engrossavam de caudal na primeira estação, tornando-se muitas vezes intransponíveis; na segunda, eram geralmente vedeáveis (a pé, molhado) em certos pontos, chamados vau. Nas zonas mais desérticas e interiores, a temperatura descia acentuadamente durante a noite, especialmente na estação fresca. No tempo das chuvas (por vezes torrenciais e acompanhadas de trovoadas), as temperaturas máximas ultrapassavam frequentemente os 30° C. Mas, em geral, escasseavam as águas e o problema do abastecimento humano (e também dos rebanhos) era sério. Cavavam-se com dificuldade alguns poços, mas, para os povos residentes, eram sobretudo úteis as *cacimbas*, espécie de pequenas represas para retenção e armazenamento de águas superficiais.



Angola sudoeste



Angola fronteira do Cunene

3.2 A presença branca na região

Deve acentuar-se que, como já avançámos, a presença de populações de origem europeia, ou “brancos”, e da administração colonial portuguesa era em 1904 muito reduzida e elementar nesta região. Na costa, desde meados do século XIX que a vila de Moçâmedes³⁶ fazia figura de presença actuante do estado português, virada às actividades marítimo-piscatórias e às penetrações para o *hinterland*, com ínfimas reproduções de actividades de pesca em Porto Alexandre (ou Pinda, actualmente Tombwa) e na Baía dos Tigres. Moçâmedes era então a sede do distrito mais a sul da província de Angola, fazendo fronteira com a colónia alemã e estendendo-se até ao extremo sueste do território. Porém, em 1901 foi criado o distrito da Huíla, com sede no Lubango (crismada Sá da Bandeira), ficando o distrito de Moçâmedes confinado a uma faixa costeira de cerca de 150km de profundidade, encostando-se a norte ao antigo e extenso território do distrito de Benguela.

Na data a que nos reportamos, havia presença portuguesa no distrito da Huíla – de colonos-agricultores, comerciantes estabelecidos e alguma autoridade administrativa – em povoações como (de norte para sul e de oeste para leste): Caconda, Capelongo, Bela Vista, Quilemba, Bibala (depois foi Vila Arriaga), Humpata, Cassinga, Chibia (mais tarde, Vila João de Almeida), Jau, Quihita, Gambos (hoje, Chiange), Forno da Cal, Mulondo, Quiteve, Cahama, Pocolo, Otchinjau, Tchipelongo, Tchikusse, Cafu, Cafima, Cuangar, Maama e Humbe, além da capital Lubango. Como se percebe, estas povoações recebiam o topónimo da maneira como eram designadas pelos autóctones, por vezes o mesmo da própria tribo ou do seu soba. Os colonos brancos eram poucos, oriundos do Brasil, da Madeira ou da metrópole: misturavam-se com os negros, mas também os roubavam facilmente. Os funcionários estatais eram mínimos e de fraca instrução e qualidade, com os oficiais do exército a serem porventura ainda os mais eficazes nos seus desempenhos, embora também não imunes à corrupção. Quem melhor conhecia os povos negros eram, finalmente, os comerciantes ambulantes (também chamados “funantes”) que se internavam pelo mato, percorriam as aldeias africanas, seduziam os seus chefes costumeiros com alguns presentes e comerciavam com os habitantes. Em geral, vendiam-lhes panos, utilidades e bugigangas, e também álcool, armas e pólvora aos homens, guerreiros e caçadores; e compravam-lhes gado ou peles, porque pouco mais eles tinham para vender. Dos missionários falaremos já adiante.

Devido aos êxodos que se seguiram às guerras anglo-*boers* (1880-81 e 1899-1902), Angola beneficiou do acolhimento dessas populações de origem e cultura europeia (holandesa, principalmente) que se fixaram por grandes agregados familiares nos planaltos do Huambo e da Huíla, explorando as boas pastagens ali existentes para a criação de gado bovino e cavalariço, alguma agricultura, comércio e, sobretudo, alterando radicalmente a indústria do transporte terrestre, com os seus carros típicos puxados por numerosas juntas de bois, e selando a prazo o desaparecimento do velho sistema dos “carregadores”

³⁶ Com a independência de Angola, foi chamada Namibe, mas agora ostenta de novo o nome de Moçâmedes.

africanos. Contudo, este grupo humano, que contaria então cerca de 2.000 almas³⁷, era socialmente muito fechado (havendo poucos casamentos no exterior) e religiosamente disciplinado e rebelde ao catolicismo, pois quase todos professavam o protestantismo calvinista. Assim, actualizaram e dinamizaram a economia, mas não modernizaram as relações sociais no território.

3.3 Os povos rebeldes à colonização

Os textos portugueses publicados acerca deste episódio militar escamoteiam sempre uma questão essencial: quem era o inimigo que se opunha à nossa penetração militar nesta zona do sul de Angola e por que razão e de que modo o fazia? Geralmente, ou classificam os Cuamatos, Cuanhamas e Evals de “tribos guerreiras” – o que não deixava de ser verdade (e já examinaremos em que medida o era) – ou tendiam a vê-los manipulados pelos interesses dos alemães do Sudoeste Africano sobre toda a região chamada da Damaralândia.

Vamos, pois, procurar fornecer ao leitor uma informação mais precisa sobre estes povos, a partir de fontes bibliográficas de analistas das ciências sociais e humanas e também de testemunhas que conheceram de muito próximo a maneira de viver desses povos, em especial os missionários (por vezes missionários-etnólogos).

Uma primeira diferenciação terminológica e conceptual que deve ser feita é entre *etnia*, *grupo linguístico* e *tribo*. Sem entrarmos em grandes subtilezas de carácter etnográfico, podemos considerar aproximadamente *a etnia* como grupos sociais alargados com características semelhantes de cultura, estrutura comunitária, modo de sobrevivência económica, constituição física e fisionomia. Na dimensão cultural entram, obviamente, as crenças espirituais e religiosas, mas, de modo talvez ainda mais decisivo, o idioma falado que permitia, ou não (ainda que por vezes com dificuldade e de maneira rudimentar), a comunicação inter-comunitária. Isto levou os estudiosos a criar o conceito de *grupo linguístico*, que se revelou também um instrumento analítico muito útil para compreender a história e os movimentos migratórios destes povos sem escrita, ao longo de séculos. Finalmente, *a tribo* define-se essencialmente como o espaço humano de exercício de um poder político, por parte de um rei ou soba. Pressupõe que se trata da gente da mesma etnia (e grupo linguístico) e onde se exercem práticas de domínio por parte do detentor do poder – como a aplicação de regras consuetudinárias de justiça (por exemplo, decidindo sobre crimes de homicídio e sodomia), a cobrança de impostos ou a declaração de guerra a terceiros – mas igualmente processos de identidade colectiva que congregam psicologicamente todos os membros da tribo, independentemente do lugar social que ocupam. Reconhece-se que o exercício do poder do chefe tribal – geralmente transmitido como património familiar, mas sempre sujeito a ratificação ou decisão do “conselho de anciãos” – necessita de instrumentos “desmultiplicadores” da sua acção como sejam chefes de aldeia subordinados, *seculos*, ministros, parentes, chefes e homens

³⁷ Ver o Relatório de Paiva Couceiro in J. Freire, *Olhares Europeus sobre Angola*, 2011: 401.

de guerra, etc., para viabilizar e manter as relações entre monarca e súbditos. E que para a função identitária da tribo são especialmente úteis figuras mais independentes como os feiticeiros e curandeiros ou certas “rainhas”.

Na região que nos interessa aqui, debruçar-nos-emos em particular sobre as etnias dos Ovambos (falantes da língua Umbundo) e dos Hereros – ambas do grupo linguístico Banto. Referiremos também, mas apenas de passagem, outras etnias de língua originária Banto como os Nhanecas, os Humbes, os Ganguelas, os Cuangares ou os Hingas, e não-Bantu como os Buchímanes e os Hotentotes, cuja raiz linguística era Khoisan (aquele idioma que nos soa com muito estalidos da língua).

Neste bosquejo da geografia humana, tal como nos nomes das tribos e chefes indígenas, optámos por normalizar as variadas grafias que se encontram nos textos da época e nas suas versões actuais. Assim, em vez de Cuamatis, Cuiamátui, etc., escrevemos sempre Cuamatos para os membros desta tribo e Cuamato para o território que ocupavam ou o seu chefe. O mesmo critério usámos para os Cuanhamas e os Hereros (estes, frequentemente grafados na época como Herreros). Os termos Ovambo (e Ovambos), que aqui usamos, apareciam muitas vezes escritos Ovampo(s) e eram de forma erudita também designados por Ovimbundos ou ainda por Ambós. Os Evals, significando ao mesmo tempo o povo e o território que ocupavam entre os rios Cunene e Cuvelai, eram também designados por Vales, talvez pelas boas águas que ali corriam. Os Humbes (onde se situava a povoação fortificada dos portugueses) eram muitas vezes tratados por mu-humbes, os Chimbas (mais a norte, na região dos Gambos) conhecidos por muximbas, e os Nanhecas tratados por vezes como Ba-Nhanecas e Vanyanecas. E sobre a costa viviam dispersos grupos de Buchímanes, também grafados Busquímanes ou Buschjman.

Sintetizemos então alguma informação de caracterização destes povos.

Segundo Hahn e colegas³⁸, Ovambo era o nome dado colectivamente a 8 tribos que habitavam a região da Ovambolândia no Sudoeste Africano: Ondonga, Ukuaniama (possivelmente aparentados aos Cuanhamas), Ukuambi, Ongandjera, Ukualuti, Ombalantuu, Onkolonkati e Eunda. Cerca de 1920 totalizavam cerca de 150 mil almas e entre eles os Ukuaniama perto de 55.000.

Do lado português³⁹, Ferreira Diniz⁴⁰ incluía na etnia dos Ovambos as tribos dos Cuamatos, dos Cuanhamas e dos Evals (por ele tratados de tribos Banctura ou N’ctuba). Dizia-os agricultores e pastores de gado bovino; turbulentos e dados à rapina, apreciando as armas de fogo. Habitavam a região entre Cubango e Cunene, comunicavam linguisticamente com os Hereros e respeitavam os curandeiros. *Lengas* era o nome dado aos chefes de guerra, que actuavam em *tangas* de uma centena de homens, quase sempre jovens,

³⁸ *The Native Tribes of South-West Africa*, 1966 (ed. orig. 1928).

³⁹ O governador do distrito da Huíla em 1908-1910, no capítulo etnográfico do seu Relatório, havia identificado 24 “povos” naquela circunscrição administrativa (João de Almeida, *Sul de Angola: Relatório de um Governo de Distrito*, 1912).

⁴⁰ *Populações Indígenas de Angola*, 1918.

por vezes a cavalo. O soba, residente numa *embala* (ou ombala⁴¹), tinha geralmente propriedades de maior riqueza que os demais e forte autoridade, só ele podendo autorizar as razias; mas ouvia o “conselho” em questões cruciais para a tribo.

Posteriormente, Carlos Estermann⁴² (missionário e etnólogo) informava que os Ovambos (ou Ambós) de Angola compunham-se de 5 tribos: Cuanhama, Cuamato (ou Ombadja⁴³), Dombondola, Evale e Cafima. Segundo este observador-analista, os Ovambos praticavam a poligamia, com os chefes a terem 3 ou 4 mulheres, mas os mais poderosos a atingirem mais de 10, cada qual em sua cubata, visitadas regularmente pelo marido. Estruturavam-se num “sistema matrilinear”, com a família a definir-se por via uterina, tal como a transmissão em herança das propriedades, sendo, porém, o homem quem detinha a autoridade fundamental. A tribo Cuanhama teve como últimos chefes (necessariamente circuncidados) os reis Nampandi, Mungongo e Weyulu (morto em Setembro de 1904, na mesma altura do desastre do Vau de Pembe), o seu irmão Nande (morto em 1911) e o Mandume, que foi destituído da N’Giva (hoje escreve-se Ondjiva), em Setembro de 1915 pelas tropas do general Pereira d’Eça morrendo dois anos depois. Na tribo Cuamata coexistiam então dois sobados: no Cuamato Pequeno, embala de Mogogo, foram sobas o Satona, o Oikhula e o Sihetekela; na embala de Naloeque (Cuamato Grande), os últimos “reis” foram, depois de 1880, o Haikela, o Sakutia e o Sakhula, até cerca de 1915. A economia assentava sobretudo no gado, sobretudo bovino, constituindo esta a principal riqueza da região. A procura de pastagens obrigava a alguma transumância de manadas e pastores, mas também usavam currais para parquear as rezes. Faziam uma pequena agricultura (cereais pobres, legumes que comiam secos, etc.), por mulheres e por homens. Nos rios também pescavam. E há notícia de algum artesanato: tecelagem, cesteiros, oleiros, trabalhos em madeira, fundidores e ferreiros. Nas razias que praticavam, além do produto roubado (gado, etc.), faziam por vezes também reféns ou massacravam os espoliados que resistiam. Usavam como armas o arco e flecha, zagaia, mocas e facas de dois gumes, além das espingardas compradas aos europeus ou roubadas, para a guerra e a caça. Tinham uma cultura oral, usando os contos como narrativa privilegiada. Monoteístas (acreditando num deus criador), prestavam culto aos espíritos dos mortos. Respeitavam e veneravam os animais totémicos, com os quais cada tribo se identificava individualmente. Usavam um vestuário sumário (tanga, às vezes peles para o frio).

⁴¹ Aldeia geralmente com alguma fortificação, de paliçadas.

⁴² *Etnografia do Sudoeste de Angola - Vol. I - Os Povos Não Bantos e o Grupo Étnico dos Ambós* (1956).

⁴³ Hoje, o estado angolano denomina Ombadja (escrita próxima da oralidade pronunciada) a esta região administrativa da província do Cunene.



Guerreiros Cuanhamas segundo *O Século*, de 7 de Outubro de 1904

Os Hereros eram outra etnia de fala Banto, de apreciável beleza e grande vigor físico, muito frugais no vestir, no habitar e no comer. Eram essencialmente criadores de gado. Acreditavam num deus criador e tinham as suas leis e o seu sistema de justiça/poder, vivendo bastante concentrados no interior do Sudoeste Africano, um pouco a norte de Windhoek. A sua épica revolta de 1904 é abaixo abordada, em espaço próprio. Mas, porque comunicavam bem com os Ovambos de Angola, a guerra então travada com os alemães suscitou apreensões do governo e das autoridades da província, temendo-se “o contágio”, o afluxo de fugitivos para cá da fronteira ou a penetração de forças alemãs no território de soberania portuguesa. Porém, também havia povos Hereros no sul de Angola⁴⁴, um pouco dispersos por Pocolo, Cahama, Otchinjau, Chitado e outras localizações vizinhas do rio Cunene, formando várias tribos. Estermann⁴⁵, embora referindo-se a um período posterior, identifica as seguintes: Dimbas, Chavícuas, Hacavonas, Cuanhocas, Guendelengos, Chimbas e Cuvaes, tendo estudado mais profundamente estas duas últimas. Se os Dimbas, mais a norte, começavam a dedicar-se um pouco à agricultura, Chimbas e Cuvaes eram essencialmente pastores, mas que também não desdenhavam uma oportunidade de roubo ou de pilhagem. Compreende-se bem que, povos vivendo sobretudo da pastorícia do gado bovino e ovino e não especialmente transumantes, ficavam especialmente dependentes das condições atmosféricas e da ocorrência eventual de epidemias, que algumas vezes devastaram os seus rebanhos⁴⁶. Nessas ocasiões, aumentava a apetência para as acções de rapina sobre comerciantes e colonos europeus, e mesmo sobre outras tribos, “fracas”.

⁴⁴ Muito mais recentemente, investigadores científicos fizeram estudos etnográficos aprofundados sobre tribos desta etnia: ver Carlos Medeiros (1981) e Ruy Duarte de Carvalho (2014). Este último encontrou ainda nos Cuvaes do final do século XX muitas características dos povos pastores ou agropastoris.

⁴⁵ *Etnografia do Sudoeste de Angola* - Vol. III – *O Grupo Étnico Herero* (1961).

⁴⁶ Foi o caso da peste bovina que em meados de 1897 atingiu a região do Humbe, que esteve na base de um incidente em que foi massacrado o pelotão de Dragões do tenente Conde de Almoester e levou a uma campanha punitiva comandada pelo coronel Artur de Paiva (Ver J. Freire, *Olhares Europeus sobre Angola*, 2011: 136-142).

Outros povos de origem linguística Banto referenciados por Diniz e estudados por Estermann foram os Nhanecas, que viviam no planalto da Huíla, subdivididos em Huílas (Mwila) e Gambos (Ngambwe): eram agricultores, à enxada, cultivando o milho, sorgo, massango, feijão, abóboras e tabaco; acreditavam num deus criador e nos espíritos dos mortos; o soba vivia na embala; e ainda detinham escravos de outras etnias. Quanto aos Humbes, situados mais para sul, compunham-se de Donguenas, Hingas, Cuâncas, Handas e Quilengues, que eram tribos situadas na margem direita do Cunene, em diversas secções do seu curso: faziam agricultura e criação de gado; e praticavam a circuncisão. Os Ganguelas viviam na região de Cassinga. E os Cuangares sobre o Cubango – ambos povos agricultores e pastores.

Ferreira Diniz refere ainda os Vahimbas, na região do rio Curoca e de Otchinjao: pastores e também agricultores, já algo próximos dos Bochimanes, mais claros de pele, como estes – que chamavam “negros” aos restantes.

Finalmente, falando dos povos não-Bantos também existentes no Sudoeste de Angola, o mesmo autor refere os Buchimanes, que situa na costa a sul de Benguela: eram mais primitivos, recolectores, alimentando-se de raízes, etc., e caçadores de arco e flecha. Estermann indica também a existência dos Cuissis e dos Curocas (estes também junto à costa, alinhados ao longo do rio do mesmo nome). Quanto aos Hotentotes, existentes em bom número no Sudoeste Africano, incluindo na zona do Cunene, só algumas famílias dispersas subsistiriam no território angolano embora as autoridades coloniais estivessem alerta contra eles, decerto pela conflituosidade que haviam manifestado em várias ocasiões face ao colonizador germânico.

Finalmente, dediquemos algumas palavras sobre a percepção que os portugueses tinham ao chegar o ano de 1904 sobre a atitude dos povos de além-Cunene – isto é, dos Ovambos – perante os ocupantes europeus. Neste ponto, a melhor fonte de informação é provavelmente a fornecida pelos missionários presentes na região, que não os ameaçavam directamente (com impostos, extorções ou ordens administrativas) e, pelo contrário, lhes acudiam em certos transes, embora pudessem colidir algumas das suas crenças ou o poder mágico dos feiticeiros.

Em 2 de Dezembro de 1903 nos limites do território Cuanhama, foi assassinado o padre Dionísio, por um bando de salteadores Evales, segundo a identificação feita pelo padre Lecomte, chefe da missão católica de Cassinga⁴⁷. Em Abril de 1904 dá-se o massacre da missão protestante alemã de Donga, próximo da fronteira, no quadro da insurreição de Hereros, Hotentotes e alguns Ovambos da sua colónia⁴⁸. Segundo notícias da imprensa, «em fins de Julho último os Cuanhamas [ou porventura outros Ovambos] fizeram uma incursão em Cassinga, onde estão estabelecidos o forte e a missão do mesmo nome, sem que lhes pudesse opor resistência alguma. O bando tinha o efectivo de 300 homens e 25 cavalos e no forte de Cassinga, sem meios alguns de defesa, só estavam 12

⁴⁷ Ver carta de 16 de Dezembro daquele missionário publicada na revista *Portugal em África*, Vol. 11, Nº 121, Jan.1904: 80-81.

⁴⁸ Ver telegramas de 21 e 28 de Abril do governador-geral para o ministro (AHU – SEMU – GM Lv 9 1903-1904 Telegramas copiadador ANG 699).

homens, tendo o seu comandante a prudência de não sair do forte.»⁴⁹. Porém, a tribo Cuanhama era então vista pelos missionários como sendo compassiva para com a presença de portugueses nas suas terras. O soba Weyulu teria então 33 anos de idade e, como o seu antecessor, vestia-se à europeia e a sua residência na N'Giva dispunha de móveis e adereços modernos. A sua entronização em 1885 fora atribulada e originara outro massacre de missionários, mas esses eram factos passados há muito. Refere o padre Lecomte que «conhecemos bastante o nosso Cuanhama para ter a convicção de que não corríamos perigo algum ficando no país»⁵⁰ quando as autoridades portuguesas pressionavam os missionários a retirar, em vista das lutas que estavam acontecendo do outro lado da fronteira. Aliás, o padre Lecomte, após ter informado a administração portuguesa daquela sua opinião, encontrava-se na N'Giva quando da morte (natural) de Weyulu, em Setembro de 1904, e ali permaneceu durante os sete dias das exéquias, sem ser incomodado⁵¹. Escreve ele, em seguida: «O Weyulu tinha a reputação de ser amigo dos brancos em geral e de não consentir que fossem ofendidos ou lesados; porém, quando se lhe pedia alguma satisfação ou restituição, na maior parte das vezes prometia tudo e nada fazia [...]»⁵². O Nande [irmão, seu sucessor] tem péssima fama entre os brancos e pretos, porém posso afirmar que não é tão ruim como o pintam. Foi muito canalha quando era rapaz, agora ganhou juízo [...]»⁵³.

Assim, a fama guerreira dos Cuanhamas era temperada por esta percepção de disposição dos seus sobas para negociar com os ocupantes brancos. Escreveu então na revista *Portugal em África* um seu correspondente: «Weyulu, rei dos Cuanhamas, e que durante muito tempo recebeu com provas de afecto os padres da missão de Cassinga, tendo até permitido o estabelecimento de uma missão no seu território, acha-se disposto a autorizar o levantamento de uma fortificação militar em N'giva, sua capital, e a manutenção ali de uma força militar. São, por consequência, os Cuamatos os únicos que continuam na disposição de resistir à acção da nossa coluna expedicionária.»⁵⁴. E em correspondência seguinte a mesma revista escreve: «Depois de receberem a notícia do desastre, os sobas Nande e Amalua ficaram muito ufanos com a vitória dos Cuamatos; mas em seguida reflectiram e concluíram que os brancos não tinham empregado todos os esforços. Estão persuadidos que irá uma expedição vingar o desastre e por isso tratam de conservar as boas relações com a missão e os europeus. Ultimamente, o Nande mandou escrever ao chefe do Humbe, para lhe dizer que queria ser amigo dos brancos, como seu irmão o tinha

⁴⁹ *Portugal em África*, Vol. 11, Nº 129, Set.1904: 559.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ Ver carta de Lacomte de 5 de Outubro, escrita já em Cassinga, em *Portugal em África*, Vol. 11, Nº 132, Dez.1904: 738-747.

⁵² O missionário referir-se-ia, entre outros, ao episódio ocorrido em 1902 quando recebera das mãos do primeiro-tenente Filipe Dias de Carvalho a bandeira portuguesa e a içara jurando-lhe fidelidade; e logo a rasgara após a sua partida, inclinando-se mais para o que lhe sopravam os missionários alemães (ver, por exemplo, Ralph Delgado, *Ao Sul do Cuanza*, 2º Vol., 1944: 312).

⁵³ *Ibidem*: 742.

⁵⁴ *Portugal em África*, Vol. 11, Nº 129, Set.1904: 557.

sido sempre.»⁵⁵. De facto, uma mensagem cifrada de 19 de Outubro do governador-geral Custódio Borja para Lisboa diz: «Confidencial. Confirma-se morte soba Weyulu soba Nande em carta datada 25 Setembro que teve audácia dirigir em língua gentílica [...]»⁵⁶ e alerta dias depois com um sublinhado «[...] não reputo como garantida, após desastre Cunene, atitude atribuída soba Nande [...]»⁵⁷.

Finalmente, em longo artigo não assinado de *Portugal em África* escreve-se: «Os Cuamatos não são muito numerosos, embora tenham costumes guerreiros. Só eles é que atacaram a coluna portuguesa [...]. Quanto aos Cuanhamas, mais numerosos, são mais cobardes. De resto, vivem muito bem com os portugueses; e o seu actual soba, Nande, que sucedeu a Weyulu, não se opõe à ocupação pacífica da região, nem esconde a sua simpatia pelos portugueses. Para se obter este resultado, muito se deve aos padres das missões do Sul, que têm uma grande influência no Cuanhama. [...] Em relação aos Evalles, pouco há a recear deles, por estarem divididos. Os portugueses têm ali amigos como têm inimigos [...]. Resta, portanto, o Cuamato, que circunstâncias diversas impeliram à rebelião.»⁵⁸. Como veremos adiante, esta era também a opinião de Gomes da Costa – um homem com grande experiência africana –, que considerava os Cuamatos mais “intratáveis” do que os Cuanhamas, apesar da maior reputação guerreira destes últimos.

Os anos seguintes (sobretudo, 1907 e 1915), mostraram a fragilidade das disposições para o compromisso e a diplomacia dos chefes tribais da região, mas igualmente a capacidade de resistência combatente destes povos face a forças militares organizadas e com equipamento bélico muito superior.



Rei Cuanhama Weyulu, em *Portugal em África*, nº 129, 1904

⁵⁵ *Portugal em África*, Vol. 12, Nº 133, Jan.1905: 38-39.

⁵⁶ Em copiadador (AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiadador ANG 700).

⁵⁷ Em data de 15 de Novembro, no mesmo copiadador (AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiadador ANG 700).

⁵⁸ *Portugal em África*, Vol. 11, Nº 132, Dez.1904: 732.

3.4 Os missionários

Os missionários luteranos alemães começaram a instalar-se na actual Namíbia a partir de meados do século XIX, com um sucesso mitigado entre aqueles povos. Em todo o caso, a acção desenvolvida junto dos principais núcleos tribais, com escolas, cuidados sanitários, catequização e ensino de certos ofícios artesanais, resultou no facto de alguns sobas se terem tornado cristãos, o que constituiu simultaneamente um factor de desagregação e enfraquecimento para o exercício da sua autoridade tradicional. Mas, muitas vezes, a acção moderadora e diplomática dos missionários foi mais longe e eficaz do que a das autoridades administrativas e militares. Por exemplo, no norte da colónia do Sudoeste Africano o governo alemão tinha-se limitado a construir o forte de Namutoni, na zona do pântano Etosha, a 200 km da fronteira, enquanto existiam várias missões luteranas na região da Ovambolândia, inclusive em terras nominalmente portuguesas. Com efeito, cerca de 1890 estabelecem-se missões alemãs na N'Giva, em Namacunde e na Mupanda, em pleno território Cuanhama.

Os missionários portugueses chegam um pouco mais tarde à região do Cunene. Na Huíla, o padre José Maria Antunes, da Congregação do Espírito Santo, fundara uma primeira missão cerca de 1881⁵⁹; desde 1991 que existia uma missão em Jau, funcionando outra nos Gambos desde 1894, em Tchipelongo a partir de 1900 e na Vimanya em 1902. A missão católica de Caconda foi fundada em 1889 pelo padre Ernest Lecomte⁶⁰; e também por sua iniciativa, mas sem data precisa da sua fundação, são referidas em diversas fontes as de Cassinga, Cubango (mais tarde Vila Artur de Paiva), Massaca e Quihita. Segundo Lima, o padre Lecomte fundou em 1900 uma missão em Matadiva, a 25km da N'Giva, emba da soba Cuanhama⁶¹. Esta, não retirou nem foi hostilizada durante a campanha de 1904. Este missionário de origem francesa⁶² mostrou grande coragem e capacidade de iniciativa e diálogo na região, sendo também autor de um dicionário para o ensino do português aos Ganguelas, Vimbundos e Cuanhamas⁶³.

Em contrapartida, houve fortes queixas da cavalaria auxiliar de *boers* que participou nas operações militares de 1905 de Alves Roçadas no Mulondo e que, no regresso às suas fazendas no planalto da Huíla, pilharam e roubaram grandes quantidades de gado e outras riquezas por onde passaram (à laia de despojos de guerra), incluindo bens pertencentes aos indígenas que viviam à sombra das missões católicas⁶⁴. Adivinha-se que a animosidade de calvinistas contra os sacerdotes de Roma tivesse aí contado alguma coisa.

⁵⁹ Inicialmente, terão sido também criadas missões no Humbe (1882) e no Cuanhama (1883) mas que foram destruídas pela insurreição indígena de 1885 (*Portugal em África*, Vol. 11, N°127, Jul.1904: 400).

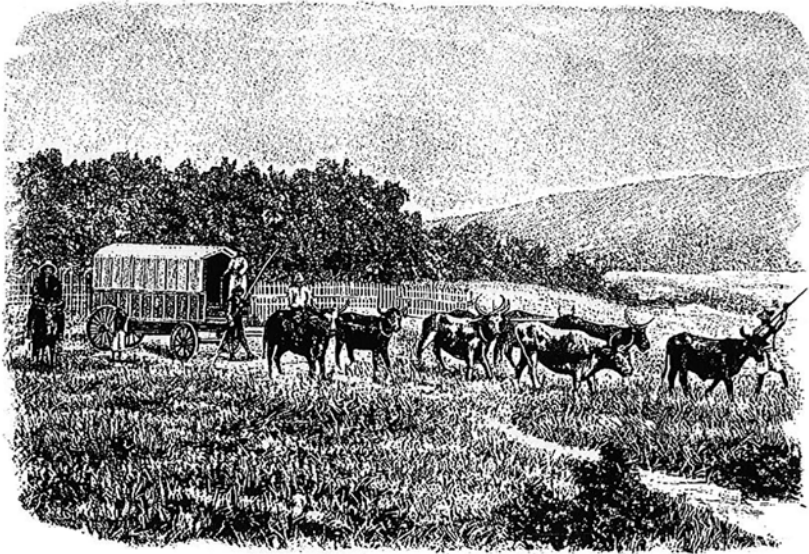
⁶⁰ Ver Gastão Sousa Dias, *Um Grande Missionário*, 1946.

⁶¹ Ver a publicação mensal *Portugal em África: revista científica*, Vol. 10, 1903: 410-413 e 626-627; e também Maria Helena de Figueiredo Lima, *Nação Ovambo*, 1977: 44.

⁶² Mas dominava perfeitamente o português, sendo sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa e vindo a falecer no Bié em 1908 (ver Sousa Dias, 1946).

⁶³ Ver a revista *Portugal em África*, desta época.

⁶⁴ Ver *Portugal em África*, Vol. 13, N° 147, Mar.1906: 136-137; e Vol. 14, N° 157, Jan.1907: 19-21.



Missionários a caminho do Cuanhama, em *Portugal em África*, nº 133, 1905

3.5 Os alemães

O Sudoeste Africano só tardiamente interessou o governo de Berlim, sob Bismark. Ao contrário do Tanganica, do Togo e dos Camarões, o território parecia desprovido de riquezas naturais e muito pouco povoado; nem sequer a posição geográfica lograva seduzir os estrategas ao serviço do Kaiser. Foi sobretudo por pressão dos comerciantes germânicos estabelecidos em Luderitz Bay (a Angra Pequena dos portugueses) que na Conferência de Berlim o território ficou reservado para o Império Alemão, inicialmente apenas como um protectorado (1884) e só depois, já com o chanceler Caprivi, como colónia⁶⁵, em boa parte graças aos esforços da Associação Colonial Alemã (*Deutsche Kolonialverein*), estimulando a ida de colonos da metrópole e auxiliando o seu estabelecimento em África.

Do ponto de vista geo-etnográfico das populações nativas, dois grandes ramos existiam relativamente estabilizados no território, na sequência de migrações seculares. Entre os povos de língua Banto, sobressaíam os Ovambos, habitando junto à fronteira norte e algo dedicados à agricultura (alguns milhos e legumes, mas também colhendo frutos, criando animais, etc.), e os Hereros, mais no planalto central, vivendo sobretudo da pastorícia (gados bovino, ovino e cavalar) mas sem hábitos de transumância. Entre os Khoisan distinguíam-se sobretudo os Dâmaras (mais a norte), os Hotentotes (mais a sul) e os Buchímanes (nas zonas mais pobres da costa e do deserto interior). Por causa deste específico povoamento, os alemães denominavam Ovambolândia (território dos Ovambos) à zona de fronteira ainda não-demarcada que ligava Naulila (junto ao Cunene) a Cuangar

⁶⁵ Só em 1894 teve o seu primeiro governador.

(no rio Cubango); e Damaralândia (território de Dâmaras, com sede administrativa em Outjô) à zona anexa mais próxima do litoral, mas sempre vizinha da colónia de Angola. De notar que estes Dâmaras eram muitas vezes “escravizados” por Hereros e Hotentotes (para quem trabalhavam forçadamente), duas etnias que se consideravam superiores e exibiam especiais aptidões para a rapinagem e o combate. No total, viviam nessa época no Sudoeste Africano cerca de 250 mil africanos (100 mil Ovambos; 80 mil Hereros; 30 mil Dâmaras; 20 mil Hotentotes; 3 mil Buchímanes) e apenas uns 5 mil alemães e *boers* (ocupados sobretudo na criação de gado no planalto perto de Windhoek), num território com a área de 825 mil Km² (uma densidade pouco superior a 3 almas por km²). Mas a diversidade política daquelas etnias era importante: por exemplo, os Ovambos estavam divididos em 15 tribos, os Hereros em 9 e os Hotentotes em 13 – o que facilitou o domínio dos europeus.

A colonização alemã até às revoltas de 1904-1907 de Hereros e Hotentotes consistiu sobretudo no estabelecimento de fortes e postos militares e na compra de terras aos Hereros (quase sempre feita de forma insidiosa ou leonina), sobretudo terras apropriadas para ranchos de criação pecuária nas imediações de Windhoek. Os acordos selados com importantes sobas tribais como Samuel Maharero (tornado “grande chefe” dos Hereros pelas próprias autoridades germânicas) e Hendrik Witbooi (dos Hotentotes) permitiram alguns anos de paz entre africanos e com os recém-chegados alemães. Por exemplo, este último chefe logrou assim conseguir que os seus homens conservassem as armas, os cavalos e as terras. E Maharero recebia comissões pela cedência de terras comunitárias aos colonos europeus. Em 1903 já mais de um quarto dos terrenos de pastagens usados pelos Hereros tinham passado para as mãos dos criadores brancos, que possuíam agora um efectivo pecuário equivalente ao da totalidade destes negros. Quando rebentou a revolta em 1904 haveria talvez uns setenta ranchos nos arredores de Windhoek e ao longo da linha férrea que ligava esta cidade à costa.

Os alemães inauguraram em 1902 o caminho-de-ferro Windhoek-Swakopmund, porto construído por eles imediatamente a norte de Walvis Bay (que os ingleses sempre mantiveram em suas mãos, administrativamente ligado à província do Cabo) e que constituiu o eixo dominante para a sua colonização, política e economicamente falando. O outro porto alemão do território era Luderitz Bay, no Sul, com alguma actividade comercial e colonos germânicos, mas que só mais tarde começou a construir o seu caminho-de-ferro para o interior. Este meio de transporte era então o único em que se julgava valer a pena investir capital, para assegurar o indispensável complemento da navegação mercante da época, já quase totalmente equipada de navios de ferro movidos a vapor, penetrando para o *hinterland* do país para drenar os produtos minerais, agrícolas ou pecuários aí existentes e vender aos habitantes as mercadorias que eles apreciavam e compravam a crédito.

O ressentimento dos africanos, em particular dos Hereros, foi ganhando raízes e consistência contra o colonizador europeu, que constantemente lhes dava mostras da sua superioridade e arrogância, tomando frequentemente posse das suas mulheres mais jovens e esbeltas (em 1903 haveria apenas cerca de 700 mulheres brancas para 4.000

homens da mesma raça). Uma epidemia de tifo causou também a morte de cerca de 10 mil pessoas daquela tribo. E o sistema de crédito proposto pelos negociantes alemães nas suas transacções transformava-se rapidamente numa degradação acentuada dos termos de troca para os negros. Nas palavras de Bridgman: «Weakly led, demoralized, and impoverished, the Hereros growing desperate.»⁶⁶ Finalmente, sempre insatisfeitos com os terrenos disponíveis para a criação pecuária, os alemães tentavam agora persuadir os chefes tribais Hereros a aceitar viver numa “reserva”, que eles viam como demasiado pequena, árida e afastada. Com meio-século de atraso, repetia-se em África o que ocorrera com a colonização branca oitocentista das pradarias do interior dos Estados Unidos da América.

3.6 A revolta dos Hereros

A ocorrência de desordens no sul do território em finais de 1903, provocadas pela obrigação de manifestar as armas aí detidas pelos indígenas, levou o governador major Leutwein a deixar Windhoek e acompanhar a maior parte das tropas disponíveis enviadas para essa região distante. Diga-se que a guarnição militar era muito escassa para a extensão territorial da colónia, contando apenas com 4 companhias de infantaria montada e uma bateria de artilharia, num total de 27 oficiais e cerca de 700 soldados, com um efectivo equivalente de reservistas. Aproveitando estas circunstâncias, o “europeizado” (e cristianizado) chefe Samuel Maharero e o seu grande conselho organizaram secretamente um levantamento em armas contra o colonizador, que deflagrou no dia 12 de Janeiro de 1904.

A explosão inicial de violência apanhou de surpresa as autoridades alemãs. No dia 14, o telégrafo trazia para Berlim as inquietantes novidades: «The Hereros have opened hostilities, besieging Okahandja and destroying the railroad bridge at Osona about three kilometers southeast of Okahandja and cutting the telegraph connection with Windhoek.»⁶⁷ De facto, estas duas principais cidades da colónia estiveram cercadas durante vários dias, assim como numerosos postos militares espalhados pelo território, embora nenhum deles tivesse sido tomado pelos guerreiros Hereros. Em contrapartida, estes atacaram, roubaram, pilharam e incendiaram muitas dezenas de “ranchos” do planalto, fazendo numerosas vítimas entre os seus residentes brancos. É difícil concluir sobre o volume destas vítimas pois o efeito de pânico pode tê-lo feito multiplicar. Bridgman (estribando-se em fontes administrativas alemãs coevas e de investigações de historiadores nossos contemporâneos) hesita entre 123 e 150, incluindo 7 *boers* e 3 mulheres, sendo o número de 150 referido também por analistas nos anos 1920⁶⁸. O certo é que a violência lavrou, sendo essa a intenção dos chefes de guerra Hereros, que assim procuravam desencorajar a colonização europeia das suas terras, sobretudo depois de não terem logrado concretizar uma “grande aliança” com os sobas Hotentotes (Hendrik Witbooi e

⁶⁶ Jon M. Bridgman, *The Revolt of the Hereros*, 1981: 52.

⁶⁷ *Apud* Bridgman, *op. cit.*: 74.

⁶⁸ Ver Hahn e outros, *The Native Tribes of South-West Africa*, 1966 (ed. orig. 1928).

outros do Sul). Porém, segundo as instruções de Maharero, deviam ser poupados os residentes ingleses e *boers*, e os Dâmaras, Hotentotes e membros de outras tribos menores. É curioso que numa revista militar portuguesa se explique esta revolta principalmente pela «maneira arbitrária por que o governo alemão não atendeu às prescrições da convenção assinada em 1885 com os principais chefes [indígenas]», embora se reconheça que «o espantoso massacre pelo qual eles começaram a revolta tira-lhes as simpatias das nações civilizadas»⁶⁹.

O governo de Berlim despachou novas tropas para o Sudoeste Africano o mais rapidamente que pôde: desde logo, a canhoneira *Habich* que se encontrava na Cidade do Cabo e mal chegou a Swakopmund pôs em terra uma força-de-desembarque a reparar os estragos causados no caminho-de-ferro; depois, entre Fevereiro e Março chegaram ao território 1.500 soldados, 10 peças de artilharia, 6 metralhadoras e 1.000 cavalos expedidos da metrópole. (Note-se que, apesar da diferença de meios na rectaguarda, estas expedições não diferiam essencialmente, em escala e em qualidade, daquelas que os portugueses tantas vezes enviaram de urgência para África, com a excepção da quantidade de equídeos e das correspondentes unidades de “infantaria montada”.) A despeito disto, os meses de Março e Abril de 1904 foram penosos para os alemães, em termos de resultados militares. Os seus meios de comunicação (telégrafo de fios e heliógrafo) eram deficientes e a coordenação dos diferentes destacamentos das forças em operações mais incerta; os soldados chegados da pátria eram inexperientes; e as tácticas usadas pelos comandos pouco adequadas a este inimigo. Nos primeiros meses da revolta, apesar da superioridade indiscutível do seu armamento, os alemães terão registado 210 baixas (contra talvez 250 dos Hereros) em sucessivos recontros indecisos ou mesmo mal-sucedidos para os europeus. Estes acontecimentos fizeram com que um terço dos cerca de 900 Hereros que trabalhavam nas minas da África do Sul regressassem ao seu país para se juntar à luta. A frustração sentida pelo alto-comando em Berlim determinou o envio de novos reforços que, entre Maio e Junho, totalizaram mais de 2.300 militares, 2.100 cavalos e 2 baterias de artilharia, agora sob o comando de um general (Lothar von Trotha). As autoridades portuguesas seguiam com bastante atenção o que se passava no território vizinho⁷⁰, e a própria imprensa de Lisboa seguia a evolução dos acontecimentos e dava notícias dos desaires, embarques de tropas e vitórias dos colonizadores germânicos⁷¹.

Cerca de 1896, os alemães haviam pensado em melhor controlar e explorar o Norte do seu território (a Ovambolândia) mediante a construção de uma linha de caminho-de-ferro partindo da costa em direcção ao nascente. Porém nenhum ponto da Costa dos

⁶⁹ Artigo não-assinado em *Revista do Exército e da Armada*, Vol. XXIII, Julho-Dezembro 1904: 260-261.

⁷⁰ Telegramas sobre este assunto foram enviados pelo ministro para o governador-geral em datas de 2 e 22 de Agosto (este sobre a batalha de Waterberg), ainda de 29 de Agosto, 24 e 28 de Outubro, e 4 de Novembro de 1904 (AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiadador ANG 700).

⁷¹ Por exemplo, a revista mensal *Portugal em África* publica relatos destes acontecimentos nos seus números de Fevereiro, Abril, Julho, Setembro e Dezembro de 1904, de Janeiro, Agosto e Setembro de 1905 e de Abril de 1906.

Esqueletos ali existia com condições naturais para a construção de um porto. Foi por isso que pensaram nas grandes senseadas naturais do Porto Alexandre e sobretudo da Baía dos Tigres, no território português, fazendo visitar os locais por seus navios de guerra e mesmo pondo em terra missões de reconhecimento científico⁷². Em 1904, perante a revolta dos negros namibianos, os alemães voltaram a rondar a costa do sul de Angola, admitindo talvez uma incursão por esse lado, ainda deserto de ocupação portuguesa. Temiam também uma aliança militar efectiva entre Hereros e Ovambos angolanos, que não chegou a acontecer. Mas o próprio cônsul alemão em Luanda transferiu-se para Moçâmedes a 9 de Julho desse ano⁷³, no auge da guerra contra os nativos, decerto para melhor informar os seus compatriotas da evolução da situação para cá da fronteira – não esquecendo os apetites que lhes suscitariam o conhecimento das jazidas mineiras de Cassinga⁷⁴. Estava-se num período em que a diplomacia, a propaganda política (via imprensa) e a acção militar se conjugavam estreitamente em favor dos objectivos imperiais das potências europeias⁷⁵.

Tendo-se assegurado de boas condições logísticas para uma acção bélica em larga escala (depósitos, linha de etapas, comunicações, reservas, etc.) e sabendo do recuo e concentração dos Hereros na região montanhosa de Waterberg, von Trotha planeou um combate “à europeia”, com adequado envolvimento do inimigo pelas suas forças, mas que os Hereros facilitaram por cálculo realista da diferença de poder de fogo existente ou talvez por assumirem aquele confronto como a “sua Masada”. O cerco foi montado, com uma única possibilidade de fuga (para os desertos do Leste), e em Agosto estavam frente a frente cerca de 6.000 guerreiros Hereros (protegendo 40 mil mulheres e crianças, mais os seus preciosos rebanhos) contra 4.000 soldados (alemães e indígenas por eles enquadrados), organizados em 25 companhias a cavalo, com 36 peças e 14 metralhadoras. Os africanos dispunham de espingardas (que lhes eram vendidas pelos comerciantes europeus ou tinham roubados aos “rancheiros”) mas nem todos estavam assim armados e os seus instrumentos preferidos eram as tradicionais zagaias e outras armas brancas, que usavam bravamente no corpo-a-corpo. A artilharia e as metralhadoras foram mais uma vez decisivas neste tipo de combates.

Na batalha de Waterberg travada a 11 e 12 de Agosto os alemães terão tido apenas 13 mortos e 45 feridos e o seu comandante pôde escrever, exultando: «I can say that the behavior of our brave troops was splendid. They display a steady discipline which never failed even in the most difficult situations. That officer losses, despite the fact that

⁷² Segundo Guevara, os observadores Esser, Hoesch e Zingraff fizeram nesse ano uma exploração à região e em 1897 escrevia-se na Alemanha sobre um “transafricano” que, partindo daí, chegasse ao Transval e ao Índico: «Alguns círculos oficiais germânicos eram mesmo da opinião de que a Baía dos Tigres devia ser ocupada por guarnições das *Schutztruppe*, deslocando-se assim para norte a fronteira de Angola» (G. Guevara, *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno de África*, 2006: 274).

⁷³ Em AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiador ANG 700.

⁷⁴ Até 1915, este foi um dos principais motivos de receio das autoridades portuguesas quanto às intenções expansionistas dos alemães no sul de Angola.

⁷⁵ Entre outros, ver V. M. Santos, *A Questão Africana e as Relações Luso-Britânicas – 1884-1914*, 2007.

officers wore the same uniform as the men and were similarly equipped, were relatively high gives evidence of their value in battle.’»⁷⁶. Os Hereros, por seu lado, terão sido massacrados, incluindo mulheres e crianças, restando-lhe a fuga para o deserto de Omaheke ou a resistência desesperada de alguns grupos combatentes.

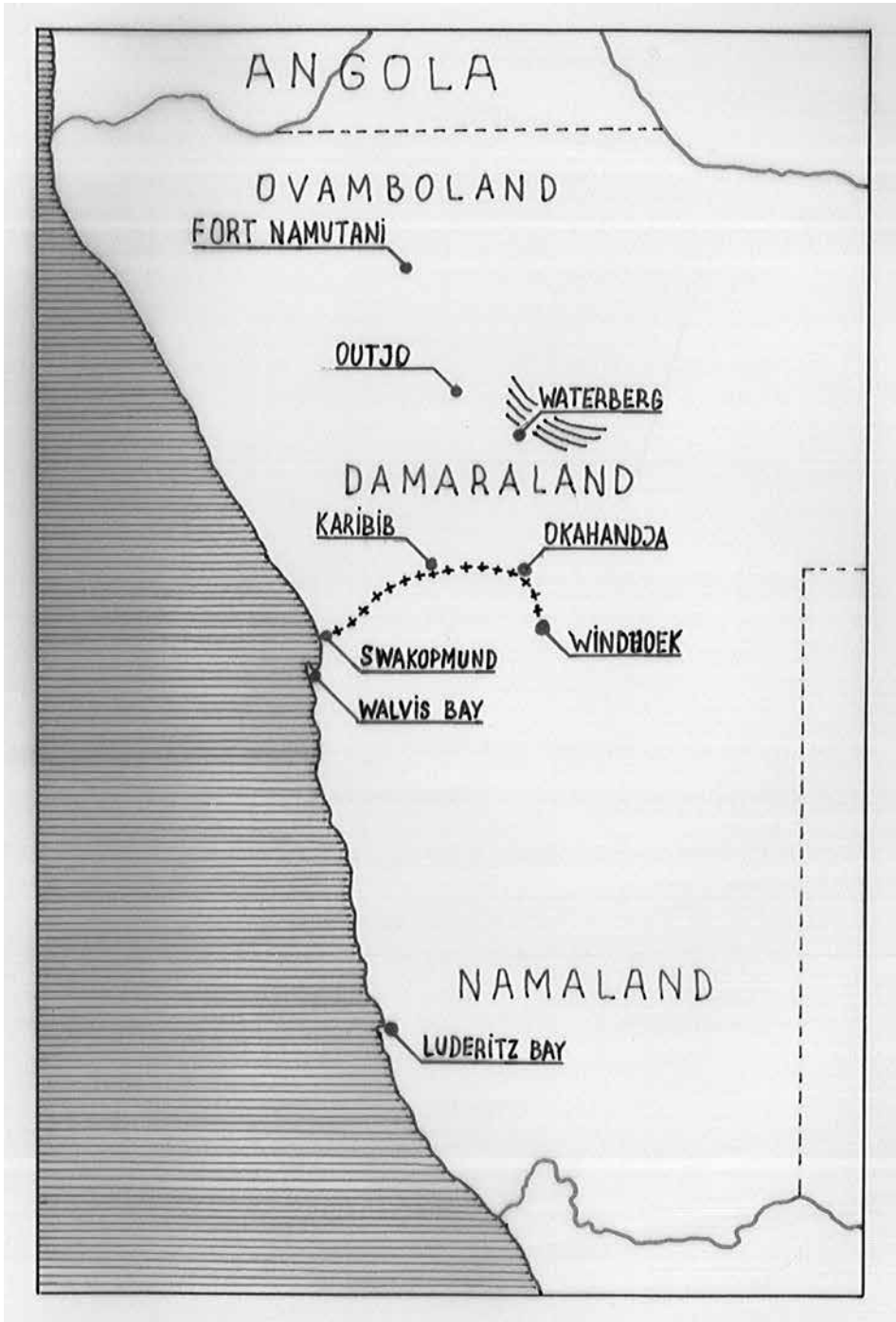
As estimativas das suas baixas, na batalha, sucessivos recontros armados posteriores e nos campos de concentração em que foram encerrados os sobreviventes são muito controversas. Escreveram-se acusações de genocídio étnico e de envenenamento de poços, mas a investigação do historiador Bridgman não sustenta tais factos embora fale da deliberada pressão exercida sobre a tribo empurrando-a para terras desérticas, sem água nem outros recursos de sustentação. Um relatório das Nações Unidas de 1985 referiu o número de cerca de 65 mil mortos entre 1904 e 1907, que o historiador alemão Walter Nuhn⁷⁷ considerou impossível dado o volume demográfico da etnia então realmente existente, inclinando-se antes para uma cifra de 24 mil. É preciso ter presente que alguns milhares de fugitivos conseguiram passar para a África do Sul, incluindo o próprio Maharero⁷⁸. Mas também é verdade que, apoiado em dados demográficos alemães, o investigador Hahn e colegas⁷⁹ estimavam em 1928 o efectivo deste povo em 25 a 30 mil almas, quando tinham sido 100 mil no início do século. Ademais, von Trotha havia editado uma proclamação a 2 de Outubro de 1904 (uma dita “*Schrecklichkeit*”) banindo nos termos mais brutais o direito à existência dos Hereros, a qual levantou grande celeuma política e opinativa na própria Alemanha, com o Exército a cobrir tais posições e os socialistas e o próprio governo a exigirem a demissão ou a retractação do general, acabando o Kaiser Guilherme II por revogar em Dezembro essa terrível ordem. Mas o general continuou em funções até finais de 1905, empenhado então em vencer a resistência dos Hotentotes no sul, chefiados por Hendrik Witbooi, que acabou por morrer na contenda, tendo o restabelecimento da ordem sido finalizado apenas em 1907, uma vez presos e castigados os últimos chefes guerrilheiros ainda activos.

⁷⁶ *Apud* Bridgman, *op. cit.*: 126.

⁷⁷ Em *Flammen über Deutsch-Ostafrika*, 1998 (*apud* Bridgman, *op. cit.*).

⁷⁸ Por telegrama cifrado confidencial de 5 de Julho de 1904, o ministro Gorjão informava o governador-geral que, segundo o nosso embaixador em Berlim, o chefe Samuel Maharero poderia tentar refugiar-se em Angola (AHU – SEMU – DGU – Gab.Min. Telegramas LV 10 1904-1905 700-1L).

⁷⁹ Hahn, *op. cit.*



Sudoeste Africano (colônia alemã)

4. A ACÇÃO MILITAR, REPERCUSSÕES E APURAMENTO DE RESPONSABILIDADES: DÚVIDAS, QUERELAS E MOTIVOS DE CRÍTICA

4.1 Descrição mais detalhada da campanha

A «coluna de operações do Cuanhama»⁸⁰ foi constituída sem recurso a forças expedicionárias da metrópole. Mas, ainda assim, mobilizou a 6ª companhia de infantaria indígena (do comando do capitão Patacho), que estava aquartelada na Lunda, e fez vir de Moçambique a 12ª companhia indígena (capitão Remédios da Fonseca), que apenas fez o papel de reserva das operações. Dos distritos do sul de Angola, veio tudo quanto havia: a 15ª companhia de infantaria indígena (sob o comando do capitão Veiga), 2 pelotões da 16ª (comandados pelo tenente Matias Nunes e alferes Pais de Oliveira⁸¹) e o esquadrão de Dragões⁸² (com 2 pelotões montados e 1 apeado⁸³, sob o comando improvisado do tenente Adolfo Ferreira, ajudante do governador da Huíla, que substituiu o titular, capitão Sacramento Monteiro). De Angola vieram igualmente: 2 pelotões da companhia europeia de infantaria, de Luanda (sob o comando do capitão Salgado), e 2 pelotões do batalhão disciplinar (comandados pelo capitão Tamegão); as forças de artilharia, constantes de 2 secções da bateria mista de artilharia de montanha e de guarnição, 1 secção da 2ª companhia mista de infantaria e artilharia (com peças B.E.M.⁸⁴ de 7cm de calibre e *Hotchkiss* de 42 e 37mm) e 1 secção de 9 marinheiros-artilheiros liderados pelo guarda-marinha Filémon de Almeida (com metralhadoras *Nordenfeld*), todos sob o comando do capitão Pinto de Almeida; como tropas de apoio, seguiram também uma secção de sapadores de engenharia (com o alferes Carvalho) bem como serviços telegráficos, de saúde e de administração militar; o “comboio” de abastecimentos (do comando do capitão Artur de Moraes) incluía 41 carros *boer* puxados por 20 bois cada e compreendia 9 secções (munições, ambulância, ferramentas e barcos, água, QG e mesa do telégrafo, bagagens e material de bivaque, cozinha e cantinas, víveres e forragens, além dos animais de tracção e para abate, em número superior a 800 bóvídeos); e havia ainda as tropas irregulares de “auxiliares” indígenas (cujo comando veio a ser entregue ao capitão Gomes da Costa).

⁸⁰ Apesar das flutuações vocabulares que ficaram registadas, parece ser esta a mais correcta formulação do instrumento concebido para a ocupação do território de além-Cunene.

⁸¹ O comandante desta 16ª companhia, capitão Baptista, ficou com um pelotão a guarnecer a base de operações, no Humbe.

⁸² Nome tradicional dado a estas tropas de cavalaria que actuavam sobretudo fazendo uso de carabinas e combatendo desmontadas, e não tanto através de cargas empunhando espadas ou lanças.

⁸³ Por não existirem montadas suficientes.

⁸⁴ Significando Bronze - Estriado - de Montanha (isto é, desmontável do rodado, ou até transportável a dorso de animal).

No total, a 18 de Setembro de 1904, constavam dos quadros desta força⁸⁵ 40 oficiais (incluindo 4 de cavalaria, 4 de artilharia e 1 de marinha), 467 praças europeias e sargentos⁸⁶, 613 praças indígenas⁸⁷, 921 “auxiliares” e 12 civis contratados, ou seja, cerca de 2 mil homens; e ainda um efectivo de 119 solípedes (muars, na sua maioria) e 12 carros de tracção animal⁸⁸ (sem contar o “comboio”). Era uma das maiores forças reunidas até então em Angola para impor a soberania portuguesa em parcelas do seu território.

O primeiro relatório do governador Aguiar fora elaborado em Lisboa, em Maio de 1904, dedicando-se a esboçar a estratégia militar da campanha e sobretudo a ponderar o tamanho da força e os meios logísticos necessários⁸⁹. Reunida no Lubango na sua maior parte, a coluna fez a marcha desta povoação para o Humbe desde 22 de Agosto até 11 de Setembro, «à vontade, em coluna singela, lado direito do caminho, sem serviço de segurança»⁹⁰. Com cuidada preparação, esta marcha foi considerada muito bem-sucedida «e até sem que à rectaguarda ficasse um único homem.»⁹¹. As ordens e instruções emitidas por escrito pelo comandante foram numerosas e detalhadas⁹². Depois de uns dias de exercícios, em 19 de Setembro a coluna saiu do Humbe, marchou 8 quilómetros, atravessou o Cunene no vau de Pembe e instalou-se do outro lado, “em quadrado”, com abertura de trincheiras (reforçadas com chapas de zinco onduladas) e o “comboio” em semicírculo estabelecendo fisicamente ligação com o rio, e com a margem direita e o Humbe por meio dos fios telegráficos então estendidos. «O Quartel-General instalou-se numa grande barraca de campanha, no meio do quadrado, flutuando nos seus mastros as bandeiras das quinas e do Governador, que tinha honras de general»⁹³. O armamento pesado compu-

⁸⁵ Segundo o quadro inserto a p. 190 do «Relatório das operações executadas desde 19 a 25 de Setembro de 1904 pela coluna de operações ao Quanhama» do comandante, capitão João Maria de Aguiar (AHM 3/7/Cx. 3.519 - 2º vol.).

⁸⁶ Nesta época, para certos efeitos, os sargentos eram considerados como praças de pré.

⁸⁷ Incluindo uma centena de angolanos que não eram propriamente soldados, mas sim “auxiliares” que exerciam diferentes funções nas unidades: condução de carros, cozinha, tratadores de solípedes, etc.

⁸⁸ Estes, afectos ao quartel-general, à ambulância (2), ao transporte de munições, etc.

⁸⁹ Documento manuscrito constante no Proc. Indiv. de João Maria de Aguiar, AHM 3/7/Cx. 3.519 - 1º vol., fls. 111 a 117.

⁹⁰ Da detalhada análise de Genipro de Almeida, AHM Div.2/Sec.2/Cx. 62, Nº 14 – Iª Parte: 12.

⁹¹ *Apud* Sousa Dias, 1945: 636.

⁹² Vejam-se, em particular: a «Ordem nº 1 - [...] 1º Devendo proceder-se à ocupação militar da região compreendida entre os rios Cunene e Cubango no distrito da Huila e de harmonia com as instruções do governo de Sua Majestade, [determino que] seja organizada uma coluna de operações com a seguinte composição: Quartel-General – Comandante, capitão de engenharia João Maria de Aguiar; chefe do estado-maior, capitão de cavalaria João Gregório Duarte Ferreira [...]» (*Ordem à Força Armada – da Guarnição da Província de Angola – 1904* (assinada pelo governador geral) Nº 7, de 31.Jul.1904: 26); a Ordem (nº ?) dada no Humbe a 18 de Setembro, que determinou para o dia seguinte a marcha para além-Cunene; a Ordem Geral nº 29 (ditada na margem esquerda do Cunene a 20 de Setembro); e Ordem de Operações nº 34 (no bivaque em Pembe, a 24 de Setembro) – todas incluídas no Proc. Indiv. de João Maria de Aguiar, AHM 3/7/Cx. 3.519.

⁹³ Conteiros Júnior, *op. cit.*: 12.



Coluna de operações, segundo *Diário de Notícias*, de 8 de Outubro de 1904

nha-se das referidas 8 peças de 7 cm, 4 *Hotchkiss* e 1 metralhadora⁹⁴, dispostas aos cantos e a meio das faces do quadrado. No seu interior ergueram-se também as instalações da ambulância, da cozinha e padaria, etc.

Neste estacionamento, sobretudo de noite, a força foi várias vezes fustigada por algum fogo solto de guerreiros Cuamatas, que disparavam do bosque vizinho ou do cimo de uma duna e de um morro um pouco mais próximos⁹⁵. O terreno «apresentava-se sensivelmente plano e vestido de capim ou mato curto até à orla da mata de Mucohimo, linha irregular à distância de 500 a 1.000 metros em todas as direcções deste lado do rio»⁹⁶. A cada uma destas provocações (que sempre faziam algumas baixas), a força expedicionária respondia, ora com artilharia, ora com a saída de alguma subunidade disparando para afugentar o inimigo, mas não o perseguindo dentro da mata⁹⁷.

No dia 23, continuando estas flagelações e depois de um grave incidente que ocorrera duas noites antes⁹⁸ e levou ao abandono dos cerca de 400 “auxiliares” Chimbas⁹⁹, o comandante determinou a saída de um destacamento para efectuar uma saída em força com o objectivo de «reconhecer as mais próximas libatas do Cuamato Grande designadamente a região muito povoada de Naloeque e, de um modo geral, desafogar o acampamento, muito inquietado pelo inimigo, e (afirmado pelo Aguiar no processo

⁹⁴ A outra, trazida de bordo pela secção de marinheiros, terá possivelmente ficado com o pessoal que guarnecia o Humbe.

⁹⁵ Este, foi ali denominado de “morro do imbondeiro”.

⁹⁶ Genipro de Almeida, *op. cit.*: I^a Parte: 30.

⁹⁷ As mais notórias foram as surtidas de Gomes da Costa e dos seus auxiliares, Dragões e um pelotão da 6^a indígena no dia 19; e outra vez Gomes da Costa e os auxiliares no dia 21.

⁹⁸ Acordando estremunhado por tiros do inimigo, o capitão Pinto de Almeida precipitou-se fazendo disparar uma peça *Hotchkiss* que, porém, atinge os nossos, matando 3 “auxiliares” e ferindo vários outros soldados. Contudo, o relatório acima referido do comandante Aguiar é omissis acerca deste caso.

⁹⁹ Tribo habitando então a região situada entre o rio Curoca e a margem direita do Cunene, onde existem as povoações de Otchinjau e Chitado. Estes mercenários aliados dos portugueses retiraram-se deixando, porém, as armas no acampamento. Segundo o pouco credível relato de Noronha (1924: 361), estariam também indispostos porque «quando os mandavam em exploração, só lhes forneciam dez caruchos.», o que é uma afirmação bastante plausível.

criminal) abrir caminho para a coluna e desmoralizar o gentio pelas perdas e danos sofridos e também pelo efeito moral do fogo da artilharia»¹⁰⁰. O comando foi atribuído ao capitão Gomes da Costa. Esta força – da ordem dos 500 homens, incluindo um pelotão a cavalo e uma peça *Hotchkiss* manobrada por marinheiros¹⁰¹ – marchou durante cerca de 5 horas pela mata vizinha atravessando duas clareiras¹⁰², trocou tiros de pouca intensidade e duração com um inimigo fugidivo, incendiou algumas cubatas onde encontrou mantimentos e munições, e regressou ao estacionamento sem ter feito prisioneiros ou recolhido informações de viva voz. «Foi incontestavelmente um reconhecimento com êxito. A consequência imediata foi o inimigo deixar de nos incomodar nesse dia e no dia 24 e noite seguinte.» – escreveu no seu relatório o comandante Aguiar¹⁰³.

Para o dia 25, o governador-comandante resolveu insistir na mesma tática, enviando novo destacamento a fazer mais um «reconhecimento ofensivo», desta vez para leste, em direcção a Mogogo e ao Cuamato Pequeno, mas com os mesmos objectivos: mostrar iniciativa e desafogar a pressão sobre o estacionamento; impressionar o inimigo pelo uso ofensivo da artilharia; e preparar um caminho acessível aos carros para um avanço sobre a embalas dos sobas insubmissos. Com alguma surpresa, o comando foi atribuído ao capitão de artilharia Luís Pinto de Almeida e a força saiu mais reforçada do que a do dia 23. Compunham-na: os dois pelotões de “disciplinares” (na face da frente)¹⁰⁴; dois pelotões da 16ª companhia indígena (na face direita)¹⁰⁵ e dois da 6ª (na face esquerda)¹⁰⁶; um pelotão da companhia europeia¹⁰⁷ e outro de Dragões apeados (na face traseira)¹⁰⁸; dois pelotões a cavalo¹⁰⁹; 2 peças de 7cm.¹¹⁰; o médico dr. Silveira, carro-ambulância¹¹¹ e maqueiros – num total de 19 oficiais e 480 praças (das quais cerca de 150 europeias),

¹⁰⁰ Genipro de Almeida, *op. cit.*: I: 38.

¹⁰¹ Com o guarda-marinha Filémon de Almeida.

¹⁰² Que receberam as designações de «chana A» e «chana B».

¹⁰³ AHM 3/7/Cx. 3.519 - 2º vol.: 232.

¹⁰⁴ Com o tenente do quadro colonial José Maria Ferreira e o alferes do mesmo quadro Manuel Francisco Oliveira.

¹⁰⁵ Com os tenentes de infantaria Pais de Oliveira e Matias Nunes.

¹⁰⁶ Com os alferes de infantaria Albino Chalot e do quadro colonial Correia da Silva. Em algumas fontes, regista-se troca das posições destas unidades de infantaria indígena: a 6ª à direita e a 16ª à esquerda.

¹⁰⁷ Com o tenente de infantaria Luz Rodrigues.

¹⁰⁸ Alferes de cavalaria Santos Nunes.

¹⁰⁹ Com os oficiais de cavalaria tenente Freire Temudo e alferes Manuel Vendeirinho, sob o comando do tenente Adolfo Ferreira (que era ajudante do governador da Huíla).

¹¹⁰ Puxadas por muars e conduzidas por “auxiliares” pretos das unidades. Estavam sob as ordens do alferes de artilharia Joaquim Rodrigues.

¹¹¹ Genipro de Almeida (*op. cit.*: I: 42) fala em «uma mochila de ambulância». Em África, a “mochila” (ou “machila”) era uma lona dependurada de uma estrutura de madeira levada a ombro de homens para o transporte de gente de elevado estatuto social (geralmente oficiais brancos). Neste caso, pelos testemunhos que dizem a ambulância ter carregado alguns feridos na retirada, é de inferir que se tratava de um dos dois carros puxados a bois preparados para esse efeito que faziam parte da coluna de operações.

além dos “auxiliares” Humbles¹¹², cujo comando foi atribuído ao alferes Pacheco Leão¹¹³. O municionamento das praças foi o ordinário: 120 cartuchos por homem de infantaria, 60 para cavaleiros, artilheiros e soldados indígenas; e 24 tiros para cada uma das peças. De novo sem logística, mas com ordens «para a distribuição de quinino com o café e para o enchimento dos cantis antes da marcha, e igualmente para a distribuição de um rancho frio.»¹¹⁴. Como adjuntos do comando seguiram o segundo-tenente João Roby e o tenente de cavalaria Francisco Resende. O «capitão colonial Moraes é encarregado de reconhecer o terreno para ser aberto caminho para o comboio da coluna»¹¹⁵, indo igualmente como adjunto do comando. O tenente António Trindade, de administração militar, voluntário, segue também na formação devido a especial empenho do seu chefe de serviço. Talvez devido à questão da hierarquia de postos militares, todos os comandantes das subunidades são tenentes ou alferes¹¹⁶. O único guia africano que levavam era de Luanda e não inspiraria grande confiança¹¹⁷.

O destacamento saiu às 5,30H e, cumprindo as instruções orais recebidas, inter-nou-se pela mesma mata de Mucohimo percorrendo inicialmente idêntico trajecto ao do dia 23. Avançava com dispositivo de marcha, pronto a passar ao quadrado, mas com dificuldade na progressão devido à natureza do terreno: a mata era bastante fechada, com predominância do espinheiro; o capim tinha uma altura média de meio metro. Atingida sem novidade a chamada “chana A”, fez-se um alto de 15 minutos, prosseguindo-se depois na direcção NE ou NNE, agora com a fracção que deveria formar a frente do quadrado estendida em atiradores, avançando na mata com este dispositivo de pré-combate. Cerca de 2km adiante, pelas 7,30H a guarda avançada atingiu a “chana B”, mais ampla do que a anterior e com dois núcleos de cubatas, à direita e à esquerda.

Avistados dois negros, partiram a galope o capitão Moraes, o tenente Roby e uma ordenança, travando-se escaramuça. Logo de seguida, rompeu nutrido tiroteio de espingarda por parte de guerreiros Cuamatatas abrigados na mata ou em montes de *salalé*, a distâncias não superiores a 200m. Apanhado a descoberto e de surpresa – nem os exploradores a cavalo nem os “auxiliares” na frente e nos flancos haviam dado o mínimo sinal –, o destacamento estacionou em quadrado, sem qualquer abrigo (ou sequer máscara), com

¹¹² Não quantificados, mas provavelmente não excedendo o efectivo correspondente a um pelotão.

¹¹³ Pertencia ao efectivo dos “disciplinares” e só aqui lhe foi atribuída esta missão.

¹¹⁴ Genipro de Almeida *op. cit.*: I: 42.

¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶ Apenas o médico e o responsável do comboio (oficial do quadro colonial, que não passara pela Escola do Exército) se lhe equivaliam em graduação. Note-se que também o comandante da coluna de operações apenas tinha o posto de capitão, o mesmo que diversos outros oficiais da sua força. Mas esse era o governador do distrito e, segundo os regulamentos militares da época, pela função de comandante superior das forças em campanha, tinha prerrogativas de general de brigada. Além disso, a presença de uma major de administração militar não embaraçava esta lógica porque, em sentido funcional, estava fora da “cadeia de comando”.

¹¹⁷ Segundo Artur de Moraes, «[...] que tinha sido desterrado para o Humbe e que dizia conhecer o Cuamato.» (Moraes, *Memórias de Angola*, 2007: 124).

as suas linhas de atiradores estendidas em cada face ao longo de 150 a 200m. A cavalaria avançada recuou, apeou e integrou o quadrado. As duas peças colocaram-se nos ângulos da face da frente. O fogo inimigo envolvia esta face e parte das alas esquerda e direita, mas os seus homens deslocavam-se constantemente, gritando por vezes, e ameaçando mais a face direita do quadrado. Este, respondia com descargas mais ou menos regulares, à ordem dos oficiais, mas um pouco às cegas e os tiros da artilharia não produziam efeito, com um inimigo assim tão perto, invisível e móvel.

Ao fim de alguns minutos e já com algumas baixas no quadrado, sai a cavalaria numa carga mal efectuada, dispersa e que logo perdeu o seu comandante, tenente Adolfo Ferreira, que foi o primeiro oficial a tombar. Porém, o exemplo arrastou para diante uma espontânea carga à baioneta dos “disciplinares”¹¹⁸. Mas os efeitos destas acometidas não foram sensíveis e todos estes soldados foram mandados regressar ao quadrado, enquanto diversas montadas tresmalhadas corriam em todas as direcções, muitas delas sem cavaleiros. Momentaneamente afastados, os assaltantes de imediato reocuparam as suas posições de fogo, na orla da floresta.

O combate foi assim sustentado por cerca de 45 minutos, com sucessivas baixas dos portugueses, incluindo vários oficiais, e com o moral dos homens a esmorecer. Os seus disparos tendiam também a desregular-se, fazendo-se fogo à vontade, começando em alguns lados a escassearem as munições, sem visíveis efeitos sobre o adversário, que quase envolvia agora toda a força. «Contudo – escreveu mais tarde um analista –, nesta situação quase angustiada, o quadrado nenhuma ordem recebeu para se deslocar, um só passo que fosse para a frente ou para a retaguarda, continuando pelo contrário a pé firme e sem abrigos a oferecer um alvo considerável ao fogo do inimigo»¹¹⁹. Os “auxiliares” Humbles embarçavam por vezes os campos de tiros, por se confundirem com o inimigo apesar dos sinais distintivos que os deviam identificar¹²⁰. A artilharia tinha também esgotado as suas granadas¹²¹, a desorientação era grande e o espectro do desastre assustava cada vez mais os soldados.

Finalmente, pelas 8,15H, da forma controversa que discutiremos adiante, o destacamento começou a retirar para a mata, em sentido inverso ao que fizera à ida. Conforme mandam as regras da táctica de infantaria, os dois pelotões de “europeus” e de Dragões apeados que constituíam a face da retaguarda do quadrado e tinham até então sido bastante poupados ao tiroteio passaram à posição inversa de sustentar o avanço dos Cuamatos, cobrindo a retirada dos seus camaradas. No entanto, dado o mato denso do bosque, as baixas e a proximidade cada vez maior do adversário, a formação perdeu quase toda a sua coesão de actuação conjunta. Os feridos e mortos eram deixados para trás. Segundo os apuramentos de Genipro de Almeida, neste trajecto as duas peças de artilharia acabaram

¹¹⁸ Ao que parece sob o impulso de um tal “cabo Bexiga”.

¹¹⁹ Genipro de Almeida, *op. cit.*: I: 47.

¹²⁰ Aos Chimbas (que haviam desertado no dia 22) haviam sido distribuídos braçais ou camisolas vermelhas, mas não é certo que o mesmo cuidado tivesse sido dado aos Humbles.

¹²¹ A peça da esquerda havia feito os seus 24 disparos; a da direita só fez 20 ou 21, por falha de fogo das restantes.

por ser abandonadas por ter sido inutilizado o gado de tracção. «As praças das companhias indígenas desordenavam-se e fraccionavam-se em pequenos grupos ou em homens isolados de que o inimigo se aproximava audaciosamente para lutar corpo-a-corpo, sem grandes riscos, favorecido pelas circunstâncias do terreno e pela dispersão dos combatentes. [...] Os fugitivos [...] eram implacavelmente trucidados à zagaiada [...]. Muitos homens, principalmente das companhias indígenas e algumas praças montadas do esquadrão de dragões procuram a salvação na fuga, desviando-se do caminho [...] para ganharem por trilhos mais curtos o refúgio seguro do acampamento»¹²². Os oficiais capazes de comandar também começaram a faltar: logo no início, o tenente de cavalaria Adolfo Ferreira (com Roby, um dos mais entusiastas da campanha); em seguida, o tenente José Maria Ferreira; o tenente Trindade e o alferes Manuel Oliveira estão feridos, prostrados, mas o capitão Moraes, apesar da cutilada e das duas balas recebidas no corpo, consegue fugir apanhando uma montada perdida; e já no decurso do movimento de retirada caem os tenentes cavaleiros Resende e Temudo, o tenente Matias Nunes e os alferes Chalot e Pacheco Leão, de infantaria. O médico Silveira, ferido e transportando às costas de soldados, é apanhado e massacrado, tal como o alferes Correia da Silva. É incerto o momento da morte do capitão Pinto de Almeida, havendo quem diga que foi atingido por «uma bala que lhe entrou pela boca e saiu pela nuca»¹²³, mas não exactamente onde e quando, embora já em fase de retirada. Quanto a João Roby, terá sido atingido, derrubado do cavalo que lançou contra os perseguidores e finalmente massacrado à arma branca, nas circunstâncias que tentaremos circunscrever mais adiante, provavelmente quando o que restava da força estava ainda embrenhada na mata mas prestes a volver à “chana A”.

A partir daí, a fuga foi ainda mais desordenada, mas havendo sempre homens que momentaneamente se reagrupavam e faziam fogo contra os Cuamatos, que agora perseguiam em euforia os soldados desenquadrados e os acabavam num «combate corpo-a-corpo, à azagaia, à faca, a machadinho, a porrinho [...]»¹²⁴. O derradeiro núcleo de resistência, em retirada, agrupa-se em torno do tenente Luz Rodrigues (da companhia europeia), com a ajuda dos alferes Santos Nunes e Joaquim Rodrigues.

A última cena desta tragédia ocorreu cerca das 10H quando o conjunto principal dos sobreviventes atingiu a orla da mata de Mucohimo, a uns 800m do estacionamento, e deste foram feitos três disparos de artilharia: uma das granadas explodiu perto deles, prostrando mais 3 oficiais e 22 praças. Deste incidente, que naturalmente provocou em todos os presentes grande emoção e revolta, dando origem a posterior processo judicial, daremos nós conta já adiante, do mesmo modo que aí discutiremos outras decisões controversas como foram: a estratégia geral da campanha; o desempenho do comandante do destacamento e, em geral, dos seus oficiais; e o armamento e tática usados pelo inimigo. Porque a isso se ligam directamente actuações do tenente João Roby, analisaremos num

¹²² Genipro de Almeida, *op. cit.*: I: 52-53.

¹²³ *Apud* Manuel Francisco Contreiras Júnior, *O Massacre do Cunene*, 1937: 31 (com todas as reservas que nos merece este testemunho do tal cabo de Dragões não identificado).

¹²⁴ Moraes, *op. cit.*: 126.

ponto posterior a questão da ordem de retirada da “chana B” e o hipotético grito de “salve-se quem puder”, além das circunstâncias da morte do jovem oficial de marinha.

Pouco antes das 9,30H, haviam chegado esbaforidos ao estacionamento dois soldados de cavalaria, que deram o alarme, falando em massacre e esgotamento de munições. Sacos com cartuchos foram imediatamente reenviados por algumas praças. Mas o destempero psicológico foi enorme e imediato, e não poupou o capitão Aguiar. «Sob a penosa impressão do formidável desastre, o comandante da coluna montou a cavalo e meteu a galope na direcção da mata mas antes de atingir a orla, ganhando a serenidade momentaneamente perdida, regressou sem demora ao quadrado, onde a sua acção seria insubstituível, para serem tomadas as providências urgentes reclamadas pela gravidade da situação»¹²⁵ – escreveu na sua análise o coronel Genipro de Almeida, apesar de, em geral, defender a actuação do governador. Acompanhou-o (à ida e à volta) o capitão Gomes da Costa, de longe o mais habituado de todos a este tipo de combates. O comando deu então ordem para avançarem em direcção aos fugitivos um pelotão da companhia europeia e parte da 15ª companhia indígena (sob o comando dos capitães Salgado e Veiga, respectivamente), além de “auxiliares” transportando cunhetes de munições. Mas, temendo nova emboscada, o comandante Aguiar recomendou-lhes que não se internassem na mata, mas apenas apoiassem os fugitivos e recolhessem os feridos, para o que foram também enviados maqueiros e tipóias. 38 cadáveres foram então recolhidos.

No final, foram contabilizados 324 mortos (16 oficiais, 12 sargentos¹²⁶ e 296 soldados), e 50 feridos recolhidos ao acampamento¹²⁷. Os três únicos oficiais sobreviventes foram Artur de Moraes (ferido), Manuel Vendeirinho e Pais de Oliveira. O inimigo não fez prisioneiros (pelo menos, que fossem combatentes regulares)¹²⁸. Os feridos deixados no terreno foram chacinados à arma branca. Ignora-se o número de baixas causadas ao inimigo pelo fogo do destacamento. Os portugueses também não lograram fazer qualquer prisioneiro, permanecendo assim interrompidas as comunicações entre as duas partes.

No acampamento, os ânimos exaltaram-se muitíssimo, alarmando-se com a possibilidade de nova acção ofensiva dos Cuamatas e culpando-se os comandos pela situação criada. Segundo o apurado por Genipro de Almeida, a maior parte dos oficiais da coluna de operações reuniu-se e procurou destituir o capitão João Maria Aguiar do comando, por incompetente, oferecendo-o a Gomes da Costa, que («nobrememente», diz o analista)

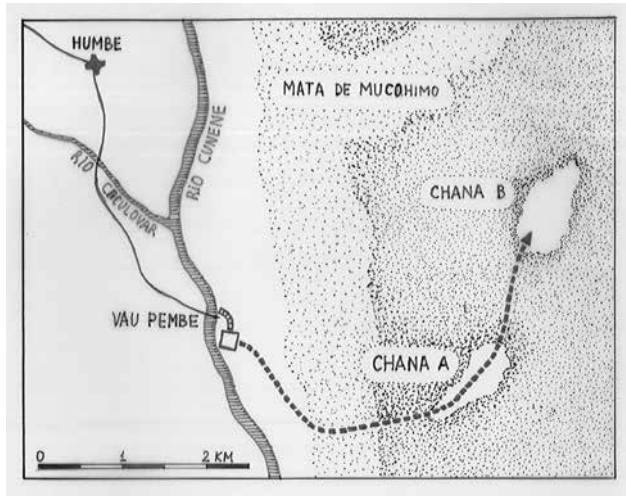
¹²⁵ Genipro de Almeida, *op. cit.*: I: 57.

¹²⁶ De nomes Ernesto Tavares, Domingos Marques Jr., António Abreu, Silva Carrajola, Silva Rodrigues, Manuel Machado, António das Neves, Barbosa Madureira, Rodrigo Nunes, António Joaquim, João da Cunha e António Matos (telegrama do governador Aguiar no Humba, a 30 de Setembro, para o governador-geral, em Moçâmedes – AHM 2/2/9/7: 58 – Confidenciais: 58).

¹²⁷ Extraviaram-se 27 dos 63 solípedes da força.

¹²⁸ Refira-se que os *lengas* devolveram «o intérprete preto que acompanhava as forças e que, tendo sido preso pelos Cuamatas, foi depois por eles mandado embora por ser costume indígena poupar a vida a um dos prisioneiros e restituí-lo ao inimigo.» (do relatório final do capitão Aguiar – AHM 3/7 Cx. 3.519 - 2º vol.: 243).

o recusou. Mas Aguiar terá acabado por convocar um conselho de oficiais¹²⁹ que opinou unanimemente¹³⁰ pela retirada para o Humbe, temendo um ataque do inimigo ao estacionamento, ainda que os capitães Salgado e Veiga não tivessem encontrado sinais dos negros na abordagem da mata. Cerca das 18H toda a força tinha transposto o Cunene em sentido inverso. Para aqui tinha vindo a 12ª companhia indígena de Moçambique, chamada de urgência do Humbe, por telégrafo, para cobrir esta travessia. E 3 horas depois (pela 21,45H) a coluna de operações chegava ao Humbe. Terminava um domingo de pesadelo para todos os intervenientes do lado português.



Teatro das operações além-Cunene

No dia seguinte e outra vez por unanimidade, novo conselho de oficiais opinava mesmo o abandono desta praça e a continuação da retirada em direcção aos Gambos, mas Aguiar opôs-se (e com isto mais ganhou o respeito do coronel-analista Genipro). Aquela posição derrotista contava porém, não só com a opinião quase unânime dos oficiais, mas inclusivamente com o apoio do chefe do estado-maior da coluna, o capitão de cavalaria João Duarte Ferreira, pondo em causa a disciplina e a autoridade do comando. Incompatibilizado com Aguiar, este oficial acabou por deixar a coluna de operações a 27 de Setembro, apresentando-se no Quartel-General em Moçâmedes a 11 de Outubro, onde voltou a desempenhar as funções de chefe do estado-maior da Província¹³¹. Para o substituir como chefe do estado-maior da coluna de operações, o comandante Aguiar nomeou Gomes da Costa, com confirmação pelo governador-geral a 14 de Outubro¹³².

¹²⁹ Ou formalizou assim aquela reunião, para evitar reconhecer um grave acto de indisciplina castrense.

¹³⁰ Portanto também com os votos de Gomes da Costa e do chefe do estado-maior da coluna Duarte Ferreira.

¹³¹ Publicado na *Ordem à Força Armada - da Guarnição da Província de Angola*, Nº 11/30.Nov.1904.

¹³² *Ordem à Força Armada - da Guarnição da Província de Angola*, Nº 10/21.Out.1904. A edição seguinte da mesma Ordem publica a portaria de exoneração de Gomes da Costa de chefe do concelho

E é claro que estas tensões entre oficiais não são por referidas pelo capitão Aguiar, nem nos telegramas que envia ao governador-geral, nem no seu relatório final de 14 de Dezembro.

Em Moçâmedes, onde se havia instalado para seguir mais de perto o desenrolar da campanha, o governador-geral Custódio Borja terá ficado alarmadíssimo quando recebeu de Aguiar, ainda no dia 25 de Setembro, um telegrama balbuciano: «Maior sentimento participar V.Ex.^a que coluna [...] capitão Pinto Almeida [...] derrotada completamente [...] quase tudo se perdeu. Oficiais 3 salvos. Estou formado quadrado esperando ser atacado julgo poder resistir [...]»¹³³. Imagina-se a estupefacção do Quartel-General e do próprio Custódio Borja¹³⁴. No dia seguinte, dois novos telegramas são enviados do Humbe para Moçâmedes: no primeiro, diz-se «Retirada efectuada ontem mesmo boa ordem com comboio e força para Humbe onde cheguei 9 e meia. Morreram 16 oficiais.»¹³⁵; no segundo «Abatimento moral que desastre produziu entre tropa foi grande. Não se pode contar com ela para entrar novamente em operações [...]»¹³⁶. Responde então o governador-geral: «Lamentando profundamente acontecido rogo informar com urgência número baixas havidas e nomes oficiais mortos e feridos. Se julga força ainda restante insuficiente para vingar afronta vencendo inimigo e ir tomar Magogo [Mogogo] ou se considera insustentável situação coluna na margem esquerda Cunene [...] ponderando bem todas as consequências desastrosas que dessa retirada podem advir para nosso prestígio colonial e político.»¹³⁷. E logo segue um aditamento: «Visto V.Ex.^a ter retirado já para o Humbe, pelos motivos expostos no seu último telegrama de hoje, mantenha-se na fortaleza com elementos de defesa que possui e em que confia para resistir qualquer eventualidade [...]»¹³⁸.

4.2 Repercussões em Lisboa

É só no dia 27 de Setembro, terça-feira, que o governo de Lisboa toma conhecimento do acontecido, através de um telegrama do governador-geral que começa assim: «Com a mais extensa mágoa transmiti textualmente V.Ex.^a telegrama ontem recebido do comandante coluna de operações [...] Vou mobilizar uma companhia de marinheiros

do Humbe, a datar de 22 de Outubro (*Ordem à Força Armada - da Guarnição da Província de Angola*, Nº 11/30.Nov.1904).

¹³³ AHM 2/2/9/7: 58 – Confidenciais: 51.

¹³⁴ Na sua prosa desenvolta, o capitão Artur de Moraes escreveu: «Em 25 de Setembro, havia um banquete em sua honra, seguida de baile, oferecido pela população de Moçâmedes. Quase no final do banquete, e quando o champanhe espumante arrendava as taças de cristal, era entregue ao Governador-Geral o telegrama anunciando-lhe o desastre das nossas forças! Triste final de banquete! Dois dias mais tarde, o Governador e sua comitiva embarcavam para Luanda [...]» (Moraes, *op. cit.*: 122). Na realidade, o governador-geral Custódio Borja só regressou a Luanda no mês de Novembro.

¹³⁵ AHM 2/2/9/7: 58 – Confidenciais: 51.

¹³⁶ AHM 2/2/9/7: 58 – Confidenciais: 51-52.

¹³⁷ AHM 2/2/9/7: 58 – Confidenciais: 53.

¹³⁸ *Ibidem*.

pronta marchar primeira voz caso necessário aguardando ordens V.Ex.^a. Ao comandante coluna pedi já relatório circunstanciado causa tão grande quanto imprevisto desastre podendo contudo garantir desde já V. Ex.^a. que não foi por insuficiência de força nem de muições.»¹³⁹. O Ministro da Marinha e Ultramar, conselheiro (e general) Rafael Gorjão responde só a 29: «Queira V.Ex.^a comunicar comandante coluna que lamentar profundamente desastre, mas que sorte das armas está sujeita a estas eventualidades e outros países as têm tido. O que urge agora é tomar todas as providências precisas para evitar incursões cuamatós ou ataque ao Humbe [...]»¹⁴⁰. Os jornais, que vinham noticiando a evolução da expedição, nada falam nestes dias sobre o desastre militar. Mas o parlamento reabre os seus trabalhos no dia 29¹⁴¹ com o devido cerimonial (presença do rei incluída¹⁴²) e o ministro telegrafa assim para Moçâmedes no dia 30: «Estando abertas câmaras às quais tenho de dar informações exactas dos acontecimentos no sul de Angola, peço V.Ex.^a dar-me com a maior urgência informações telegráficas que for possível dar, sem demora, para ler no parlamento.»¹⁴³. De facto, a discussão dos factos estava prestes a mudar de nível institucional, situando-se já no plano governamental e político-parlamentar, como indicia claramente este novo telegrama de Lisboa, no mesmo dia 30: «Pelo seu telegrama de 27, parece que corpo principal coluna não chegou a entrar em fogo, ou que ao menos não foi batido, o que é muito importante, visto que lamentável desastre no destacamento poderia dar-se qualquer que fosse efectivo expedição. Peço informar sobre este ponto.»¹⁴⁴. Com efeito, já desde Agosto passado que n’*O Século*¹⁴⁵ se vinham reproduzindo informações provenientes do sul de Angola (supostamente de missionários e outros¹⁴⁶) alertando contra os efectivos da coluna de operações em preparação, julgados insuficientes perante uma suposta força dos negros Ovambos muito superior e bem armada – consideração que, muito mais tarde, o analista coronel Genipro de Almeida se empenhou em demonstrar ser falsa¹⁴⁷ e que, pela nossa parte, analisaremos em ponto posterior.

¹³⁹ AHM 2/2/9/7: 58 – Confidenciais: 55.

¹⁴⁰ AHM 2/2/9/7: 58 – Confidenciais: 56.

¹⁴¹ Havia sido encerrado por decreto real de 20 de Abril de 1904, tendo-se realizado eleições a 26 de Junho, ao abrigo da lei eleitoral de 1901 (tratada de “ignóbil porcaria”) e com vitória clara dos regeneradores de Hintze Ribeiro: 105 mandatos para o Partido Regenerador, 43 para o Progressista, 1 para o Regenerador-Liberal, 1 para o Nacionalista e 4 independentes (José Dias Ferreira, Mariano de Carvalho, conde de Mangualde e Moreira de Almeida).

¹⁴² No formal “discurso da Coroa”, Sua Majestade só se referiu à região sul de Angola para relembrar a obra feita pelo governo em funções, e unicamente isto: «Reviu-se o sistema de concessões de terrenos marginais [...] de Porto Alexandre.» (*O Jornal da Manhã*, 30.Set.1904).

¹⁴³ AHM 2/2/9/7: 58 – Confidenciais: 59.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

¹⁴⁵ Ver o editorial intitulado «Na África Ocidental» da edição de 12 de Agosto deste jornal.

¹⁴⁶ Ver a publicação *Portugal em África: revista científica*, em particular a notícia «Os Cuanhamas» (Vol. 11, Nº 121, Jan.1904: 40-41), o artigo «Sul de Angola» não-assinado (Nº 127, Jul.1904: 393-405), e sobretudo a crónica também não-assinada publicada no mesmo número de Julho: 432.

¹⁴⁷ Ver sobretudo a IIª Parte do seu estudo in AHM 2/2 Cx. 62, Nº 14 – págs. 1 a 47.

Àquele pedido instante do ministro, responde o governador-geral a 1 de Outubro com um largo manancial de informações técnicas tendente a melhor habilitar o governo contra os possíveis ataques políticos. Entre outras afirmações, Borja conclui enfatizando que «de modo algum se deve atribuir desastre a insuficiência força ou deficiência organização coluna mas tão-somente ao acaso a que sorte das armas está sujeita [...]»¹⁴⁸. Porém, assim não pensam certos jornais da capital nem a oposição partidária, nesta altura aproximativamente constituída pelos deputados do Partido Progressista (de José Luciano de Castro Corte Real) e dos partidos Regenerador-Liberal (de João Franco Castelo Branco) e Nacionalista (de Jacinto Cândido da Silva), além dos republicanos e dos socialistas (estes fora das câmaras). Só no dia 4 de Outubro, uma terça-feira, o ministro Gorjão levou ao parlamento a sua versão dos acontecimentos, sob uma geral tensão, ávida de conhecer a identidade das principais vítimas. Mas «quando o sr. Ressano Garcia¹⁴⁹ pediu a palavra para apreciar a declinação de responsabilidades do sr. Ministro, a minoria apoiou-o calorosamente.»¹⁵⁰. Contudo, Rafael Gorjão continuou a não fornecer a lista das baixas, enquanto os corredores do seu ministério se enchiam de familiares ou amigos dos expedicionários reclamando informações fidedignas.

A imprensa também se manifestou dolorida, mas criticamente. É provável que os rumores circulassem já entre os corredores ministeriais e as mesas de redacção, pois o sempre “pró-governamental” *Diário de Notícias* publica no dia 2: «Segundo nos consta, o sr. ministro da marinha não recebeu ainda ontem telegrama de Angola relativo a marcha da coluna expedicionária que vai combater os cuanhamas.». Mas, antes de todos, o jornal republicano *Vanguarda* titula no mesmo dia do debate parlamentar (4 de Outubro) em 1ª página: «Derrota em Angola», onde se informa: «Recebemos ontem, por via do Cabo, o seguinte telegrama: ‘As tropas portuguesas da guerra dos Cuanhamas acabam de sofrer um grande revés, havendo a lamentar a perda de 350 homens’. Infelizmente, esta notícia é da máxima gravidade, como vêem. É este o primeiro dissabor ocasionado pela terrível luta encetada há pouco com o aguerrido gentio do sul de Angola, a pedido e em obediência à Alemanha. [...] Nós dissemos que era preciso cautela com esta guerra, pela fama que tinha o gentio com o qual nos íamos pôr em luta. Melhor seria que a tivéssemos evitado [...] o sr. Borja provou que era um mau general e que pouco conhece de Angola. [...]».

E no dia seguinte, quarta-feira 5, o mesmo jornal alarga-se, com mais pormenores e comentários, sob o título: «A derrota em Angola – A inépcia do governo - Os ministros só falam em último caso», escrevendo-se no corpo do artigo que: «Só ontem, depois da *Vanguarda* publicar um telegrama que referia o assunto, é que o sr. ministro da marinha declarou ao país, por intermédio do parlamento, a gravidade da situação». No texto, relaciona-se explicitamente a guerra travada entre os Hereros rebeldes – «no uso de um direito que lhes não queremos negar», diz o redactor – e as tropas alemãs no território vizinho; escreve-se também que «este revés das armas portuguesas coloca numa situação

¹⁴⁸ AHM 2/2/9/7: 58 – Confidenciais: 62.

¹⁴⁹ Líder parlamentar do Partido Progressista, já em fim de carreira política.

¹⁵⁰ *O Século*, 5.Out.1904: 1.

excepcional o governador-geral de Angola, único culpado de todo este desastre gravíssimo», depois de o caracterizar como «[...] dando-se ares de general valente, Napoleão de café-concerto, capaz de dar o maior lustre às armas portuguesas.». Nesse mesmo dia, escreve-se no editorial d' *O Século*¹⁵¹, de maneira mais contida: «Lamentamos deveras este terrível desastre que o país vai profundamente sentir e que ainda não é conhecido nos seus pormenores. Não nos surpreendeu, porém, como já frisámos, se bem que não supuséssemos que ele viesse a assumir tamanhas proporções.». Por seu lado, pel' *O Jornal da Manhã*¹⁵², ainda de 5 de Outubro, pode saber-se que, na câmara dos deputados, «o sr. ministro da marinha leu alguns telegramas para demonstrar que não regateou meios, em pessoal e material [...]. Em tudo o mais foi nebuloso e vago. [...] Não teve sequer uma palavra para prantear o triste fim dos que, quem sabe por que imprevidências, alcançaram a morte, defendendo a honra da sua pátria.». Como se percebe, entre vibrações patrióticas e justificados pedidos de esclarecimentos ou identificação dos responsáveis, insinuava-se já a intencionalidade sectária de desancar nos governantes.

No mesmo dia 5, na câmara dos pares, Rafael Gorjão teve de responder às interpeleções de Sebastião Dantas Baracho¹⁵³, Sebastião Teles¹⁵⁴ e Aires de Ornelas de Vasconcelos¹⁵⁵, não conseguindo rebater os argumentos adversos ou apaziguar as ansiedades. Na edição seguinte, *O Jornal da Manhã* escreveu, insistindo nas críticas: «[...] temos a convicção de que não se disse a verdade ao parlamento, que o sr. ministro da marinha a evitou e torneou propositadamente para fugir às tremendas responsabilidades que o esmagam.»¹⁵⁶. Mas, à noite, no salão do Ministério do Reino, perante ministros e deputados do seu partido, o chefe do governo Hintze Ribeiro discursou, da maneira que o jornal *A Tarde*, seu correligionário, relata assim: «Expõe, num quadro nítido, toda a questão da África ocidental, resultante do tratado com a Alemanha de 1886. [...] Daí mostrou a necessidade da campanha contra o Cuanhama, e nem o revés sofrido nos devia desanimar. [...] O sr. Gorjão devia ficar tranquilo em sua consciência. Para a defesa da pátria, dera tudo quanto lhe haviam pedido, acrescentado de muito mais, em forças e material de toda a ordem. Não se podia ser mais previdente do que S.Ex.^a soubera ser.»¹⁵⁷. Nada, porém, podia já salvar o destino próximo do responsável da Marinha e Ultramar.

Aliás, o nervosismo dos dirigentes nacionais revela-se bem na reacção do ministro ao tomar conhecimento de uma carta do capitão Gomes da Costa publicada no jornal

¹⁵¹ Dirigido por França Borges, era de tendência republicana mas procurando firmar-se como grande jornal de informação geral, como o *Diário de Notícias*.

¹⁵² Afecto ao Partido Progressista.

¹⁵³ General do Exército. Fora do Partido Regenerador, mas afastou-se a partir de 1901, como Par do Reino. Acabou a sua evolução como republicano, mas desiludido com o caminho tomado pelo novo regime.

¹⁵⁴ Do Partido Progressista. Foi Ministro da Guerra no governo seguinte de Luciano de Castro.

¹⁵⁵ Herói das campanhas de Mouzinho em Moçambique entrou para a Câmara dos Pares como independente mas, nesta altura, acompanhou os “regeneradores” que combatiam Hintze e o rotativismo.

¹⁵⁶ *O Jornal da Manhã*, 6.Out.1904: 1 – no editorial sob o título «O desastre do Cunene».

¹⁵⁷ *A Tarde*, 6.Out.1904: 1.

católico *Novidades* a 12 de Setembro. Nesse texto, datado de 30 de Junho, o capitão tece considerações sobre a inexistência de cartografia da região, apenas frequentada por alguns comerciantes brancos (que não divulgam os seus itinerários por razões de concorrência), limitando-se a nossa administração a uns poucos «postos, onde mandamos só dentro das pseudo-fortalezas. Para fora dos muros de terra solta não mandamos nada. Se mandarmos chamar um preto, ele virá ou não, conforme for de seu gosto; e o comandante não tem meio de o obrigar a obedecer porque a guarnição se compõe de 10 ou 20 soldados Angolas, covardes, rotos, cheios de vícios.»¹⁵⁸. Apesar disto, considera o capitão que o soba Cuanhama não terá intenção de hostilizar os portugueses. E utiliza várias passagens do seu caderno de apontamentos¹⁵⁹ para divulgar as suas opiniões sobre a ocupação do território, que nós próprios transcreveremos mais adiante. Por último, deixa escrita uma opinião que terá irritado algumas personalidades da vida portuguesa: «Ainda não se sabe por aqui quem vem dirigir as operações de guerra. Sem querer pôr em dúvida os méritos de quem quer que seja, direi que será para sentir se não for escolhido o major Eduardo Costa [...] bravura serena e fria [...] inteligência lucidíssima [...] saber, energia e resistência raras [...]»¹⁶⁰ – isto quando já estaria então assente para a função o governador João Aguiar, provavelmente detentor de boas relações pessoais em Lisboa. Prova dessa irritação é o texto de um telegrama cifrado expedido pelo ministro Rafael Gorjão para o governador-geral de Angola em data de 27 do mesmo mês de Setembro: «Confidencial. Jornal *Novidades* publicou correspondência inconvenientíssima capitão Gomes da Costa sobre nossa ocupação Angola e expedição Cuanhamas Exonere-o já de chefe do Humbe se disto não resultar prejuízo serviço, não havendo procedimento mais rigoroso atenção anteriores serviços. Coloque-o outra comissão recomendando-lhe abstenção publicações sobre operações Cuanhamas.»¹⁶¹. Esta muito dura intervenção política do ministro na esfera de acção administrativa do governador-geral é amenizada a 15 de Outubro em novo telegrama cifrado, mas não retira os sinais de incómodo provocados por gente prestigiada “do terreno” que assim ousava exprimir as suas opiniões: «Confidencial. Meu telegrama de 27 Setembro sobre capitão Gomes da Costa foi expedido antes de ter conhecimento do desastre do Cunene. Decerto V. Ex^a. não lhe terá dado execução em vista do que lhe dizia sobre operações, em todo o caso previno que julgo conveniente conservá-lo confidencial e não proceder.»¹⁶². É que, entretanto, Gomes da Costa fora nomeado chefe do estado-maior da coluna de operações¹⁶³ e não conviria envenenar mais o ambiente.

¹⁵⁸ Artigo de meia página, no lugar habitual do editorial, intitulado “Ecos ultramarinos – No distrito da Huíla”, *Novidades*, 12.Set.1904: 1.

¹⁵⁹ Publicado em Carlos Gomes da Costa compil., *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa*, 1931.

¹⁶⁰ *Novidades*, 12.Set.1904: 1.

¹⁶¹ AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiador ANG 700.

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ Por manifesta desatenção ou descuido pessoal, Gomes da Costa virá a publicar nas suas *Memórias* (1930: 113 e 243) ter exercido esse cargo, sem mencionar as datas e circunstâncias.

No dia 7 de Outubro, de novo na câmara dos deputados, o ministro forneceu mais informações sobre o acontecido e enfrentou as observações do conde de Penha Garcia¹⁶⁴ e do deputado António Cabral¹⁶⁵ gerando-se um «incidente parlamentar» quando este último afirmou «(com grande energia): - Pois entendo que V.Ex.^a é culpado, e já está sofrendo o castigo, porque a opinião pública lança sobre o sr. ministro da marinha a responsabilidade do desastre.»¹⁶⁶. Intervieram ainda neste debate os deputados Lourenço Caiola¹⁶⁷ e Rodrigues Nogueira¹⁶⁸, em tom mais ou menos crítico mas sempre pedindo melhores esclarecimentos e a assunção de responsabilidades ao titular da pasta.

Todos os jornais referidos, mais o *Diário de Notícias*, *O Dia*, *O Mundo* e outros, continuaram nos dias e semanas seguintes a alimentar o caso, com novas informações, opiniões e polémicas, num ambiente político deletério – em que se dizia que os piores inimigos estavam dentro do próprio partido. Na semana seguinte à do conhecimento dos factos, houve novos debates no parlamento sobre o tema: no dia 13, na sua interpelação, o deputado Caiola criticou a insuficiente preparação da expedição, o início tardio das operações, o armamento desadequado e a má organização dos serviços; e no dia seguinte Rodrigues Nogueira focou-se na suposta insuficiência de forças para os objectivos pretendidos – questões rebatidas, uma a uma, na análise crítica de Genipro de Almeida¹⁶⁹.

Mas, no dia 18, *O Século* escreve em editorial: «Crise ministerial», onde se esclarece: «Conforme noticiámos, o ministério não saiu demissionário do seu último conselho. Como era bem evidente, a situação do governo perante o parlamento, depois dos últimos acontecimentos de África e da nova proposta relativa ao contrato dos tabacos, tornou-se bastante melindrosa. Os acontecimentos precipitaram-se ontem [dia 17, segunda-feira] com a negativa de el-rei ao pedido de adiamento das cortes, feito pelo sr. presidente do conselho, com a intenção de ser tratada no intervalo parlamentar a questão dos tabacos. Como era natural, em vista daquela recusa, o sr. presidente do conselho deu a demissão de todo o gabinete, que foi aceita» – tudo isto dentro do clima de tristezas, indignações e acusações motivadas pelo desastre do Vau de Pembe. E no dia 20, os jornais anunciavam a constituição do novo governo, presidido pelo “progressista” José Luciano de Castro (com Sebastião Teles no departamento da Guerra e Manuel Moreira Júnior¹⁷⁰ na Marinha e Ultramar), minoritário mas homogéneo, nomeado nesse mesmo dia e que conse-

¹⁶⁴ José Franco Frazão, do Partido Progressista. Desportista, veio a ser o primeiro presidente do Comité Olímpico Português.

¹⁶⁵ Diplomata, 2º conde de Tomar, filho de António Bernardo da Costa Cabral. Havia estado próximo do Partido Regenerador, mas afastou-se, agastado. Foi o chefe de gabinete do presidente do conselho, Luciano de Castro, no governo que entrou em funções a 20 de Outubro. Faleceu em 1905.

¹⁶⁶ *O Século*, 8.Out.1904: 1.

¹⁶⁷ Militar (de artilharia) e jornalista, do Partido Progressista. Era o «director político» de *O Jornal da Manhã*.

¹⁶⁸ Militar (de engenharia), deputado do Partido Progressista.

¹⁶⁹ Genipro de Almeida, *op. cit.*, cap. 12 da IIª Parte.

¹⁷⁰ Um conhecido médico de Lisboa, geralmente referido por “Moreirinha”, sem grande experiência política.

guiu durar¹⁷¹ até às eleições de 12 de Fevereiro de 1905, nas quais logrou obter maioria, o que lhe permitiu exercer o poder até Março de 1906¹⁷². O segundo “rotativismo” partidário estava a entrar em crise com o fenómeno das dissidências e a emergência de outras formações partidárias, mas aqui ainda sobreveio a lógica da alternância entre os dois maiores e os seus respectivos chefes.

Além da mudança de governo e do titular da pasta, assistiu-se em sequência lógica à exoneração dos cargos de governador da Huíla e de governador-geral de Angola, como já anteriormente assinalámos. Porém, estes processos não foram isentos de conflitos, complicações e duração no tempo. Se o ministro Gorjão parecia fazer confiança no governador-geral e em Aguiar, com Moreira Júnior as coisas começam a mudar, possivelmente agravadas pelas opiniões desprimorosas de Borja para com o comandante da coluna contidas num relatório enviado para Lisboa a 19 de Outubro¹⁷³ (e que adiante comentaremos).

De facto, no dia 31 desse mês segue para Angola telegrama cifrado do ministério do seguinte teor: «Confidencial. Se capitão Aguiar não é indispensável segurança Humbe entregue comando a oficial confiança dele e vá Luanda aguardar instruções. Pode V. Ex^a. dizer-lhe que demora dele essa província não prejudicará promoção vista concessão lhe foi feita ministério guerra.». Apesar desta última garantia, em 15 e 16 de Novembro trocam-se entre as mesmas entidades mensagem mais secas: pergunta o ministro com um «Rogo dizer urgência se capitão Aguiar está aí»; e responde o governador, de novo em Luanda, dizendo «Capitão Aguiar está ainda Humbe». Porém, no dia seguinte, 17, Custódio Borja transmite para o ministério o seguinte telegrama, já em tom agastado: «Visto opinião imprensa continuar imputando-me responsabilidades desastre Cuamato certamente por mal esclarecida respeitosamente peço V. Ex^a. inquérito meu procedimento em todo assunto operações Cuanhamas e secundando pedidos feitos parlamento por ilustres deputados Ressano Garcia, Cayola e outros. Rogo mais V. Ex^a. ordenar publicação *Diário do Governo* todos meus officios e telegramas concernentes assunto [...] espero merecer da inteireza e rectidão carácter V. Ex^a. para crédito meu nome como governador-geral desta província e oficial superior armada.»¹⁷⁴.

Daqui em diante, a animosidade entre as duas personalidades apenas é filtrada pela boa-educação e costumes da época. O ministro telegrafia a 21 de Novembro directamente para o governador do distrito de Moçâmedes¹⁷⁵ (substituindo o governador-geral durante uma sua viagem a Malange) – mas, de facto, “passando por cima” da pessoa de Custódio

¹⁷¹ Com o parlamento encerrado logo a partir de 12 de Novembro.

¹⁷² No entanto, enfraquecido logo em Maio de 1905 pela cisão aberta com a saída do seu ministro da Justiça e dos Cultos, José de Alpoim, que então formou a Dissidência Progressista. Quando caiu José Luciano, voltou de novo ao poder um (último) governo chefiado por Hintze Ribeiro, de curtíssima duração, pois foi apanhado pela surpresa da revolta dos marinheiros no Tejo, na Páscoa de 1906. Seguiu-se a experiência de João Franco, o regicídio, a “acalmção” e a aceleração do caminho para a revolução republicana.

¹⁷³ Ver AHM 2/2/9/14 (1904, Moçâmedes).

¹⁷⁴ Todos em AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiadador ANG 700.

¹⁷⁵ O capitão de cavalaria José Ferreira Margarido.

Borja – pedindo informações sobre o estado da coluna e perguntando: «Informe situação capitão Aguiar se consta qualquer coisa respeito sua saúde [...]». No dia 24 telegrafa o governador-geral: «Em face telegrama de V. Ex^a. dirigido encarregado do governo Moçâmedes e a que respondo hoje em cumprimento meu dever como governador-geral desta província, respeitosamente insisto minha exoneração.». E responde o ministro, de imediato: «Está V. Ex^a. exonerado como tinha solicitado. Telegrama de 21 foi expedido governador Moçâmedes por V. Ex^a. estar viagem Lucala não podendo responder necessária urgência. Estranho V. Ex^a. dito governador demora resposta. Insto resposta meu telegrama marinheiros Chibia.»¹⁷⁶.

Mas, apesar da situação de demissionário do governador-geral, as substituições destes altos cargos eram morosas. Só a 5 de Dezembro um telegrama de Lisboa anuncia finalmente: «Novo governador-geral conselheiro Ramada Curto partiu 1 corrente [...]». Em sentido inverso, o ministro recebe no dia 16 este singelo telegrama do novo titular: «Tomei posse.». A renovação destes altos funcionários coloniais de Angola foi vasta: além do governador-geral, foram também substituídos o chefe do estado-maior da Província (Duarte Ferreira) e os governadores de distrito de Moçâmedes (Ferreira Margarido)¹⁷⁷ e da Huíla (João Aguiar, em Março de 1905).

E a entrada em funções deste governador-geral é pontuada por algumas trocas telegráficas significativas. Do ministério, a 21: «Revogada censura telegráfica determinada 15 Outubro»; e a 22, «Urgentíssimo. Confidencial. Eduardo Costa apresentou projecto expedição uma só coluna de 4.323 homens, sendo 3.233 europeus idos do reino [...] Peço opinião V. Ex^a. urgência [...]». Por seu lado, de Luanda, no dia 29: «Julgo indispensável por enquanto conservação capitão Aguiar governador Huíla; chegou relatório operações além-Cunene [...]» – a que contrapõe o ministro no dia 5 de Janeiro, com um «Confidencial. Colónia boer Humpata telegrafou-me dizendo comandante coluna Cuanhama não cumpriu contrato carros pedindo providências.»¹⁷⁸. Eram sinais de que as consequências do desastre do Vau de Pembe ainda iriam prolongar-se e que já não seria com Ramada Curto que se resolveria a “questão do Cuanhama”, pois que Eduardo Costa voltou à chefia da província em Maio de 1906 (aliás por pouco tempo, pois faleceu um ano depois).

Voltemos aos ecos na imprensa de Lisboa. Várias das publicações militares da época referiram-se ao desastre do Cunene. Os *Anais do Clube Militar Naval*¹⁷⁹ inseriram logo uma página de luto «À memória dos nossos camaradas João de Faria Roby Miranda Pereira e Manoel João da Silveira – Mortos em combate no dia 27 [sic] de Setembro de 1904», com um curto texto de consternação e homenagem àquelas «vítimas do dever» e referindo os factos terem ocorrido no «sul da província de Angola», sem mais quaisquer pormenores.

¹⁷⁶ Ambos os telegramas em AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiador ANG 700.

¹⁷⁷ *Ordem à Força Armada - da Guarnição da Província de Angola*, nº 1/31.Jan.1905.

¹⁷⁸ Todos telegramas constantes em copiador (AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiador ANG 700).

¹⁷⁹ Vol. XXXV, Nº 9 – Setembro 1904 (página não numerada, antes do fecho da edição).

A *Revista de Artilharia*¹⁸⁰ – Arma de pertença do malgrado capitão Pinto de Almeida – abre com tarja negra, inserindo: «Notícias coloniais – Sul de Angola» e dizendo apenas: «Deixando para ocasião oportuna a apreciação dos factos [...], limitamo-nos a prantear o desastre sofrido com a perda dos nossos camaradas [...]».

A *Revista de Cavallaria*, iniciada nesse ano, abre o seu número subsequente aos factos com um artigo da autoria de Cristóvão Aires intitulado “A catástrofe” que começa assim: «Está de luto o exército português. A catástrofe que no sul de Angola, para além do Cunene, imolou ao azar da guerra tantos oficiais e praças de pré é das que mais profundamente o tem magoado nos últimos tempos»; e prossegue dizendo que «dado o carácter técnico desta Revista cabia-nos o dever de apreciar os factos [...]. Mas ainda é cedo para isso [...]»¹⁸¹. Mais adiante, considera, olhando o futuro: «Em todos os tempos, foi dos reveses da guerra que a organização militar dos povos tirou as melhores lições. [...] Fala-se numa expedição [...]. Que essa expedição vá devidamente organizada e munida de todos os elementos necessários para bem cumprir o seu dever [...]»¹⁸². Estes votos parecem conter algum implícito criticismo à forma como a campanha fora conduzida.

Na *Revista do Exército e da Armada*¹⁸³ insere-se um artigo não assinado «O Desastre do Cunene. Uma opinião» onde são expostas críticas técnicas muito pertinentes sobre o uso de “auxiliares” e as táticas mais adequadas para aquelas situações.

Finalmente¹⁸⁴, a *Revista Militar* nada refere este assunto no ano de 1904. Mas no ano seguinte aparece um artigo de Ortigão Peres (capitão de infantaria e do Serviço de Estado-Maior), intitulado «A organização militar do Ultramar»¹⁸⁵ onde a certa altura se diz: «O desastre do Cunene deve atribuir-se, em grande parte, à falta de consistência das tropas expedicionárias, derivada da falta de instrução e de homogeneidade das suas unidades.»¹⁸⁶. Em número seguinte insere-se uma pequena nota intitulada «Desastre do Cunene» onde, citando como fonte o *Portugal em África*¹⁸⁷, se diz que já terá sido concluído o inquérito militar sobre este «lamentável sucesso»¹⁸⁸. Finalmente, ainda no mesmo ano sai um artigo do major (do Estado-Maior) Eduardo da Costa intitulado

¹⁸⁰ Nº 4 – Outubro 1904: 145.

¹⁸¹ Nº 3 – Outubro 1904: 65.

¹⁸² *Ibidem*: 66. E no nº 6, de Janeiro de 1905 (p. 165-166) a revista volta a abrir com um texto sobre o mesmo assunto intitulado “Holocausto”, agora assinado por António Brandeiro.

¹⁸³ Vol. XXIII, Julho-Dezembro 1904: 307-313.

¹⁸⁴ A *Revista de Engenharia Militar* (a Arma do capitão João Aguiar) não se refere ao caso do Cunene nos anos de 1904, 1905 e 1906.

¹⁸⁵ Referindo-se ao decreto de 14.Nov.1901.

¹⁸⁶ *Revista Militar*, nº 4, Abril 1905: 309.

¹⁸⁷ Esta revista, essencialmente missionária, fez referências à campanha militar de 1904 nos números de Julho, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 1904;

¹⁸⁸ *Revista Militar*, nº 6, Junho 1905: 504.

«A Questão do Cuanhama»¹⁸⁹, que prossegue nos dois números seguintes da revista¹⁹⁰ e foi publicado autonomamente como opúsculo¹⁹¹.

Em fecho deste ponto da análise, devemos realçar a rapidez de circulação da informação já existente à época (permitida pelo telégrafo terrestre e pelo cabo submarino), o papel da imprensa no debate público¹⁹², a vigorosa dinâmica político-partidária nos órgãos de soberania nacionais e a postura mais pausada dos corpos militares em ambientes de alguma tensão emocional.

Deve referir-se que um dos temas desde logo discutidos, tanto entre responsáveis militares e políticos como publicamente, foi o da necessidade de “vingar a afronta” da derrota sofrida no terreno, como já acontecera em outras ocasiões de campanhas africanas mal sucedidas. O próprio posterior analista Genipro de Almeida não se coíbe, criticando a retirada precipitada da coluna, de afirmar: «Nestas circunstâncias, a continuação da campanha era não só possível, mas até se impunha, para prestigiar a Nação e a sua força armada. [...] A retirada foi, pois, pelo menos extemporânea». Mas o autor culpa disto, não o comandante Aguiar, mas o conjunto dos seus oficiais, que a tal o forçaram¹⁹³. Porém, com a época das chuvas já a correr e os rios da região muito alagados, todos reconheceram que a nova campanha devia ser remetida para anos posteriores, o que de facto aconteceu, nomeadamente com operações preparatórias em 1905 e 1906 e uma expedição mais decisiva em 1907, todas sob o comando do capitão Alves Roçadas¹⁹⁴, que sucedeu a Aguiar no governo do distrito da Huíla.

Finalmente, chamamos a atenção para o facto de que, ao invés do que quase sempre acontece em circunstâncias semelhantes, neste caso os altos cargos militares e políticos inibiram-se de homenagear qualquer participante no confronto do Vau de Pembe, quando certamente terá havido comportamentos individuais merecendo o louvor ou a condecoração apropriada à valentia demonstrada em tão difíceis circunstâncias. Isto ilustra o ambiente depressivo por todos vivido após aqueles tristes acontecimentos.

4.3 O processo judicial

Os processos administrativos para o exacto conhecimento dos factos e o apuramento das responsabilidades começaram logo imediatamente após o acontecimento. Na sua Ordem do Dia nº 35, certamente ditada a 26 de Setembro, no Humbe, o governador João de Aguiar determina aos comandantes das unidades que tiveram homens participantes no combate do dia 25 para recolherem com urgência das praças graduadas

¹⁸⁹ *Revista Militar*, nº 9, Setembro 1905: 734-741.

¹⁹⁰ *Revista Militar*, nº 10, Out. 1905: 773-782; e nº 11, Nov. 1905: 863-967.

¹⁹¹ Ver na Bibliografia, com o mesmo nome.

¹⁹² Infelizmente, não conseguimos ter acesso a alguma imprensa publicada em Angola, nomeadamente em Moçâmedes (o *Correio de Mossamedes* e eventualmente outros), de onde saíram várias correspondências que ajudaram a inflamar os ânimos em Lisboa.

¹⁹³ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 33 e 35.

¹⁹⁴ Pode ler-se o essencial em Freire, *Olhares Europeus sobre Angola*: 142-154.

a «narração dos factos» e aos oficiais sobreviventes do massacre relatórios (depoimento, no caso do capitão Moraes, por estar ferido) sobre «a marcha, combate e retirada» do destacamento comandado pelo capitão Pinto de Almeida¹⁹⁵.

Como já se disse, o governador do distrito e comandante da coluna de operações, capitão João Maria de Aguiar apresentou o seu relatório final da campanha a 14 de Dezembro de 1904¹⁹⁶. No seguimento de uma portaria assinada em 24 de Novembro pelo ministro Moreira Júnior e de uma outra de 28 de Dezembro do governador-geral Ramada Curto, foi nomeado o coronel Manuel da Purificação Ferreira para «proceder a um inquérito sobre as causas do desastre sofrido [...]», cujos resultados foram entregues em Luanda em documento manuscrito na data de 25 de Março de 1905¹⁹⁷. Este oficial interrogou muitos dos intervenientes e, anotando deficiências aqui e acolá (mau comportamento dos “disciplinares”, má qualidade das mueres, excesso de optimismo geral na avaliação das capacidades do inimigo, pânico fácil dos soldados indígenas, etc.), julga *aceitáveis* o nível de municamento fornecido ao destacamento, a reacção que houve no estacionamento quando se aperceberam do desastre, a decisão de retirada da coluna, as razões das falhas-de-fogo da artilharia (incluindo o acidente que vitimou portugueses) e as baixas provocadas em forças próprias. Pelo contrário, considera como *factores que concorreram para a derrota*: a nomeação do capitão mais moderno (Pinto de Almeida) para comandar o destacamento do dia 25, por ter arrastado a participação de apenas *fracções de unidades*, comandáveis por subalternos; a formação de combate em quadrado, que não terá sido a mais apropriada para as circunstâncias; e duas razões imputáveis a Pinto de Almeida: «a acção do comando deixou de se fazer sentir muito cedo» e «a ordem de retirada veio tardia»¹⁹⁸. Mas, *fundamentalmente*, para o coronel Purificação Ferreira, «o desastre foi devido à falta de preparação das tropas, que não tinham a instrução nem a disciplina, de onde resultou a indisciplina do fogo [...]»¹⁹⁹.

Entretanto, em Lisboa, o mesmo titular da pasta da Marinha e Ultramar consultava também o Supremo Conselho de Justiça Militar (SCJM)²⁰⁰, então constituído pelos generais Dantas Baracho (deputado) e Avelar Machado, e pelos almirantes Augusto Castilho e Teodoro de Almeida, com o dr. Navarro de Paiva como auditor de justiça. Este órgão veio a apresentar um parecer em 15 de Julho de 1905 considerando que Aguiar «estava incurso em 14 infracções disciplinares e crimes»²⁰¹, concluindo que este deveria ser presente a Conselho de Guerra, na metrópole, para maior imparcialidade. Então, o Ministro da Marinha e Ultramar, por despacho de 25 de Julho, remeteu o parecer do

¹⁹⁵ Do relatório do capitão João Maria de Aguiar, de 14 de Dezembro de 1904 (AHM 3/7 Cx. 3.519 - 2º vol.: 49-50).

¹⁹⁶ AHM 3/7 Cx. 3.519 - 2º vol.

¹⁹⁷ Documento constante em AHM, 3/7 Cx.3519 - 1º vol.: 134-159.

¹⁹⁸ AHM, 3/7 Cx. 3.519 – 1º vol.: 159-160.

¹⁹⁹ AHM, 3/7 Cx. 3.519 – 1º vol.: 160.

²⁰⁰ Designação à época do Supremo Tribunal Militar.

²⁰¹ Expostos em Genipro de Almeida, *op. cit.*: II-Apêndice: 11-26. Este analista considera ilegítima esta posição do SCJM, atribuindo-a às pressões e influências políticas e da imprensa.

SCJM com o inquérito feito em Angola pelo coronel Ferreira para o Ministro da Guerra que, em 1 de Agosto, enviou estes documentos para a 1ª Divisão do Exército (com sede em Lisboa e do comando do general Francisco Craveiro Lopes), que ordenou o levantamento do competente auto de corpo de delito.

O «sumário de culpa» acusou Aguiar de 3 crimes²⁰²: ter despachado destacamentos para reconhecimentos nos dias 23 e 25 sem unidades constituídas, contra o estipulado no «regulamento provisório para o serviço do exército em campanha de 1890»²⁰³; «não ter socorrido a tempo, como era seu dever, o destacamento que, em 25 do citado mês e ano, foi aniquilado pelo inimigo e dispõe o nº [...] do citado regulamento [...]»; e «não fazer prender o alferes Álvaro Mendes Abóbora logo que deu os tiros de peça sem a sua ordem e que originaram a morte de três oficiais e vinte praças [...]». Incrimina também o alferes Abóbora por 2 crimes: ter «[...] disparado três tiros de peças de artilharia sem ordem superior [...]»; e ter «procedido com negligência na forma como deu os tiros, não empregando a alça ou quadrante nas pontarias [...]»²⁰⁴.

Uma vez formulada a acusação, estes dois oficiais ficaram detidos preventivamente na casa de reclusão da 1ª Divisão, em Lisboa. O processo desenrolou-se a partir de Agosto de 1906 no tribunal de Santa Clara, com inquirição de testemunhas, etc. O julgamento e a pronúncia foram feitos a 4 e 6 de Outubro deste ano. Aguiar escolheu o advogado dr. Luciano Monteiro para o defender, enquanto o Abóbora teve defensor oficioso²⁰⁵. As sessões deste conselho de guerra da 1ª Divisão Militar foram relatadas pela imprensa²⁰⁶.

Na audiência, os réus foram inicialmente interrogados separadamente. Mas em seguida, acerca do caso dos disparos de artilharia que vitimaram portugueses, assistiu-se à repetição da penosa cena de os dois réus se acusarem mutuamente sobre a ordem de disparar. As declarações das testemunhas de acusação Artur de Moraes e tenente Veiga Ventura (que também estivera na expedição) vieram complicar ainda mais o apuramento da verdade neste caso, com quatro versões quanto ao emissor da ordem: Aguiar, Gomes da Costa, o chefe do estado-maior Duarte Ferreira ou iniciativa pessoal do próprio Abóbora (que, note-se, não era de artilharia mas do almoxarifado militar e se manifestou hesitante

²⁰² Que Genipro também contesta (*op. cit.*).

²⁰³ *Regulamento Provisório para o Serviço do Exército em Campanha*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890 (BIBEX 9254/27/1), o qual foi substituído por um outro a partir de 1904. As *Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África*, foram redigidas pelo major Eduardo Ferreira da Costa, chefe do estado-maior da coluna de operações do coronel Galhardo durante a campanha de Moçambique de 1895, e «revogam as disposições contraditórias dos títulos III, IV, V e VI do regulamento provisório para o serviço do exército em campanha», tendo sido publicadas pelo governador-geral Mouzinho de Albuquerque no *Boletim Oficial de Moçambique* nº 35/29.Ago.1896 (p. 376-380) para aplicação nesta província. Em Angola, em 1903, foram as mesmas postas em execução pelo governador-geral interino Eduardo F. Costa, com um ligeiro acrescento, sendo publicadas no *Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola* nº 49, de 5.Dez.1903 (p. 749-755).

²⁰⁴ AHM, 3/7 Cx. 3.519 - 4º vol.: 868-869 frente e verso.

²⁰⁵ O capitão de infantaria Nascimento Pinto.

²⁰⁶ Ver, por exemplo, *O Século* de 7 e 9 de Outubro de 1906. A acta manuscrita da audiência encontra-se em AHM, 3/7 Cx. 3.519 - 5º vol.: 975-980 frente e verso.

o júri²¹⁰ reuniu-se e três horas depois anunciou a sua deliberação, dando como improcedente a acusação e absolvendo os réus, «que foram muito festejados pelos amigos e camaradas»²¹¹.

Verifica-se assim que as testemunhas cruciais que eram Artur de Moraes e Gomes da Costa terão preferido adoptar uma atitude contida no julgamento, talvez para evitar mais recriminações e ressentimentos entre militares. Mas, tendo sido ambos também actores importantes dos acontecimentos, seria sempre difícil obter por esta via o esclarecimento cabal do acontecido.

4.4 Críticas e querelas

4.4.1 Fontes e bibliografia a manusear com precaução

Além dos militares inquiridos no processo disciplinar-judicial que se seguiu, as melhores testemunhas dos acontecimentos bélicos teriam sido os oficiais que pereceram na contenda: Pinto de Almeida, Roby, os tenentes Resende e Adolfo Ferreira, o alferes Pacheco Leão, o alferes Trindade, o tenente Luz Rodrigues e outros.

Examinemos então as posições que vieram a ser assumidas por alguns outros protagonistas, e posteriormente por analistas e escritores que, de uma forma ou doutra, não quiseram deixar esquecida essa nefasta jornada.

Gomes da Costa foi uma personalidade ímpar, mas muito ilustrativa dos melhores militares do seu tempo. Valente em operações, mas sabendo aí agir com discernimento, bom condutor de homens, devia ser, contudo, uma personalidade muito incómoda para chefes incompetentes. Sem tento na língua (embora sempre apto de introduzir locuções latinas nos seus escritos), anota ou escreve missivas particulares usando palavras muito próximas do que realmente pensa e sente. Segundo os documentos postumamente publicados por seu filho²¹², encontrava-se no Humbe desde Junho de 1904 como chefe do concelho e comandante militar, subordinado portanto ao governador do distrito João Aguiar, mas muito insatisfeito com os escassos recursos de que dispunha, as tarefas de que o incumbiam e as iniciativas que não lhe eram consentidas. Fundamentalmente, mandaram-no abrir estrada para o Pembe, na extensão de 13km e colocar postes telegráficos até lá. À pergunta do seu superior sobre a implantação de postes além-Cunene, a 28 de Julho: «Respondo não julgar possível colocar postes na margem esquerda Cunene: posso ir lá pô-los se mandarem, mas Cuamatos destrui-los-ão. Na margem esquerda só se poderia fazer alguma coisa na rectaguarda da coluna de operações.»²¹³. Mas Gomes da Costa

²¹⁰ Presidido pelo coronel de artilharia Abílio Rosado, tendo como vogais o tenente-coronel de cavalaria Alfredo Albuquerque, o major de infantaria Sousa Moura e o major de caçadores Cerveira e Serra, como auditor o dr. Eugénio de Castro e promotor o major de infantaria Alexandre Sarsfield (*O Século*, 7.Out.1906).

²¹¹ *O Século*, 9.Out.1906: 6.

²¹² Carlos Gomes da Costa compil., *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa*, 1931, caps. VIII e IX.

²¹³ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 163.

realiza sozinho vários reconhecimentos na margem direita do rio, corresponde-se com os padres missionários na zona e recebe instruções para contratar aos comerciantes Lopes o fornecimento dos postes. Tem contactos e visita mesmo sobas rebeldes ou duvidosos, o que lhe vale uma advertência de Aguiar, à qual reage assim a 27 de Julho: «Respondi não confio Luhuna, só pretendia aproveitar-me serviços; como também não confio nos Lopes que só pensam em explorar situação e não dão um passo sem interesse imediato e que lhes afirme influência na região. Que os verdadeiros chefes do concelho são eles, porque chefes concelho anteriores²¹⁴ os têm deixado usurpar na autoridade. É essa a razão porque é difícil obter gente trabalho. Lopes conseguem obtê-la mas pedem sempre compensações ou procuram pôr os chefes na sua dependência.»²¹⁵. Quanto às tropas de recrutamento local, anota ainda: «Forças das companhias indígenas daqui não têm solidez; não confiar muito nelas»²¹⁶; mas em carta a Aires de Ornelas de 10 de Julho havia-se espreado sobre este particular: «[...] você conhece de Moçambique o soldado ‘angola’; mas não conhece este daqui: o próprio, o genuíno, com todos os seus vícios e sem educação nem instrução alguma. Não sabem nada, e entrar com eles numa sarrafusca deve equivaler a um suicídio. Que canalha!»²¹⁷. Mas sabe como lidar com o meio africano de então, como se percebe do que registou no seu caderno de apontamentos a 29 de Agosto: «Ighura chefe cuamato manda-me uma preta de presente. Mando-a depositar na casa do Chicongo e prometo-a ao preto que primeiro molhar a zagaia no inimigo.»²¹⁸. Finalmente, anota que reuniu a 18 de Agosto 600 “auxiliares”, com quem falou, e que recebeu a 12 de Setembro o comando geral dos “auxiliares” da coluna de operações, tendo como subalterno o alferes Leão: aos Chimbas, organizou-os em secções de 20 homens e 1 chefe, armando-os com espingardas *Snider*, *Martini* e *Minié*; não refere os Humbes nem os efectivos destes guerreiros mas no dia 18, véspera da marcha para o Cunene, regista que «os ‘auxiliares’ estão prontos e acampados em volta da residência»²¹⁹.

Alguns dos comportamentos de Gomes da Costa durante as operações além-Cunene são por nós analisados noutra lugar mas é importante referir aqui que a sua correspondência particular com Aires de Ornelas contém muitas referências desvalorizadas e mesmo desprimorosas para o comandante da coluna João Aguiar e a sua «engenheirice»²²⁰ (desadequada e negativa para quem, como ele, já era combatente experimentado em operações de guerra em Goa e em Moçambique, mas também expressão ilustrativa

²¹⁴ Além de outros, fora o caso do capitão Artur de Moraes, entre 1901 e 1902.

²¹⁵ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 162.

²¹⁶ *Ibidem*.

²¹⁷ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 187.

²¹⁸ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 165.

²¹⁹ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 167.

²²⁰ Em carta a Ornelas datada de 7 de Julho: «[...] material telegráfico e ferramentas, antes de munições... Enfim, isto será o que Deus quiser, mas palpita-me campanha *engenheirática*, com muito rolo de arame telegráfico, muita ferramenta e muita porrada [palavra omitida pelo compilador]. Eu cá estou, mas não estou contente [...]» (Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 191). E a 27 de Agosto: «Tenho aqui concentrado uma infinidade de material telegráfico e outro; até âncoras, cabos e outros feitiços, para fazer pontes. Vou aprender imensa engenharia [...]» (*Op. cit.*: 194).

das rivalidades estruturais existentes entre as diversas Armas e Serviços do Exército), bem como das suas opções enquanto chefe militar, antes e depois da jornada de 25 de Setembro. Seguindo a ordem cronológica em que foram escritos, atente-se nestes excertos de suas cartas e anotações:

27. Ago.: «O Governador faz caixinha e andamos às escuras; ele o pagará, porque muito serviço que poderia fazer-se, não se faz»²²¹;
21. Set. já no estacionamento do Pembe, incomodado pelo fogo dos Cuamatos: «propus ao comandante que uma companhia de infantaria com duas peças de tiro rápido ocupasse um alto que fica em frente do nosso campo [...]»²²²;
22. Set.: «o comando deu ontem ordem para se ocupar um morro a 500m para a nossa frente; hoje deu contra-ordem.»²²³;
24. Set.: «Continuamos no mesmo bivaque. Não se faz nada. Chefe sem iniciativa, sem valor, desertaram os auxiliares ontem e hoje»²²⁴;
26. Set. no Humbe: «O comando manda pôr os feridos na residência e entrincheira-se na fortaleza!... Os feridos ao abandono!... Tudo em confusão: homens, animais e material!... E no meio disto tudo, de tanta coisa para tratar e pensar, manda-me chamar para perguntar porque pedi as 2 ordenanças indígenas! Este capitão Aguiar, mostra dia a dia a sua inépcia. Ou é tolo ou [...] ilegível, diz o compilador, seu filho»²²⁵;
28. Set., rememorando a tragédia do dia 25: «Foi terrível, pavoroso! [...] Sossegados um pouco os ânimos, o Comando dá ordem para retirarmos para o Humbe. Como melhor pude, fiz passar os carros, bagagens e víveres e por fim as tropas; vaidade à parte (que não é ocasião para isso), fui talvez o único que conservei o sangue frio preciso para empolgar o comando e dirigir a retirada. [...] gritavam-me: – tome o comando, capitão!... Não tomei oficialmente porque era inútil; mas ordenei tudo, sem que o comandante me fosse à mão [...]. Fui agora nomeado chefe do estado-maior. Vamos a ver se meto um pouco de ordem nisto!»²²⁶;
14. Nov. já nos Gambos: «Como você vê, o Eduardo Costa enganou-se com o Aguiar, se é que o supunha capaz de dirigir uma campanha. O Costa conhece o Aguiar como governador, como administrador, e nesse ponto acho que é muito bom. É homem económico, cuidadoso e arranjado. Como guerreiro, é o que se viu: não presta para nada. Não lhe falta coragem pessoal, isso não; mas falta-lhe o golpe de vista e a intuição das coisas de guerra.»²²⁷.

²²¹ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 194.

²²² Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 167.

²²³ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 168.

²²⁴ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 169.

²²⁵ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 171.

²²⁶ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 197-198.

²²⁷ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 200.

Artur de Moraes é decerto a testemunha do desastre que mais transpôs para o papel a sua memória africanista e a visão que forjou daquele evento²²⁸. No livro publicado incluem-se importantes documentos relativos à região da Huíla num período frescamente antecedente desta campanha, quando o autor desempenhou as funções de chefe do concelho do Humbe (1901-1902). Nesta altura, Artur de Moraes teve também recon-tros com os insubmissos Cuamatas de além-Cunene e travou próximo conhecimento com os missionários católicos ali residentes, com régulos e seculos das proximidades e até com um ou outro alemão que transitava vindo do outro lado da fronteira. Desta experiência, ele conclui que «a ocupação militar do Cuanhama podia ter sido feita pacifi-camente em 1902»²²⁹. Em 1904, sendo administrador do concelho da Humpata, Moraes é requisitado pelo governador do distrito João Aguiar para comandar o “comboio” da coluna de operações, isto é, o seu abastecimento logístico, com carros *boer* e manada de bovinos para abate, todos conduzidos por “auxiliares” indígenas. Na acção de reconheci-mento ofensivo do dia 25 de Setembro, Artur de Moraes vai para estudar a abertura da estrada em direcção à embala do Cuamato Pequeno, mas acaba por ter um desempenho militar saliente: primeiro, na exploração que fez com o tenente Roby na “chana B” e na escaramuça que desencadeou o tiroteio; depois, porque, já ferido por zagaia e dois tiros de espingarda, foi abandonado no chão pelos maqueiros que o transportavam e conse-guiu escapar-se a cavalo, sendo dos raros oficiais sobreviventes a participar no combate e a presenciar parte do massacre²³⁰. Porém, como assinalamos noutro lugar, o seu testemu-nho (em particular sobre as mortes de João Roby e do dr. Silveira) aparece como pouco coerente com as versões de outros participantes igualmente inquiridos *a posteriori*, o que levou o analista Genipro de Almeida a falar das «fantasias do capitão Moraes»²³¹ e da «loquela abundante deste oficial nas suas minuciosas declarações»²³². Por isso, os escritos de Artur de Moraes devem ser acolhidos com cautela. Mas ao longo de todos os episódios tratados nas referidas *Memórias de Angola*, é patente o seu destemor e o à-vontade com que lida com aquelas populações, mesmo em circunstâncias delicadas ou perigosas.

Contreiras Júnior, um marinheiro-artilheiro que participara na campanha, tam-bém publicou uma brochura dedicada ao tema onde consigna as suas memórias dos acontecimentos²³³. Contém algumas interessantes informações, sobretudo porque

²²⁸ Artur de Moraes, *Memórias de Angola*, 2007. O seu escrito original – “Apontamentos”, segundo in-dica o organizador do volume – foi utilizado por Ralph Delgado (1944), Gastão de Sousa Dias (1945) e outros que escreveram sobre o tema.

²²⁹ Artur de Moraes, *op. cit.*: 103.

²³⁰ O *Diário de Notícias* de 20 de Abril de 1905 publica uma local, de Beja, com retrato à pena de Artur de Moraes, referindo a difícil recuperação dos seus ferimentos e reclamando a concessão de uma pensão de sangue.

²³¹ Genipro de Almeida, *op. cit.*: I: 54 e 55.

²³² Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 24.

²³³ Manuel Francisco Contreiras Júnior, *O Massacre do Cunene*, Lisboa, Cosmos (Cadernos Coloniais, nº 44), 1937.

observadas por alguém “dos de baixo”, que se encontrava nas fileiras, mas não escapa à escrita no género hagiográfico quando se refere a certas personagens. Difundiu o testemunho de um outro participante não-identificado, de prosa muito confusa e emocional, perigosa de ser reproduzida por escritores posteriores que não acautelassem a coerência e verosimilhança do depoimento²³⁴. O seu autor teria sido um cabo de Dragões, a quem os sobreviventes do destacamento «delegaram [...] a narração, perante formatura»²³⁵; quando? onde? – nada nos é dito. Tal como o texto de Artur de Moraes, o livrinho de Contreiras Júnior deve ser lido com precaução e sobretudo como retrato do estado anímico das tropas portuguesas ali empenhadas.

Quanto aos que intentaram fazer história sobre este desastre militar, devem destacar-se o coronel Genipro da Cunha de Eça de Almeida na década de 20²³⁶ e o capitão Gastão de Sousa Dias, já nos anos 40²³⁷. Os seus trabalhos são indispensáveis para qualquer investigação séria sobre o tema, o primeiro escalpelizando muitos pormenores, o segundo mais dirigido à divulgação. Mas em especial as opiniões de Genipro não estão isentas de alguma parcialidade, a que voltaremos mais adiante. Um livro de Ralph Delgado da mesma época, historiando a colonização portuguesa do centro e sul de Angola, contribuiu para uma perspectiva mais analítica deste processo mercê de sistemática recolha de informação documental e bibliográfica²³⁸, mas não se interessou particularmente por este assunto. Na realidade, sobre a malograda campanha de 1904 transcreveu sobretudo excertos dos testemunhos de Contreiras Júnior e de Artur de Moraes.

Na restante bibliografia existente²³⁹ (com excepção do organizador do livro de memórias de Artur de Moraes, que revela outras preocupações²⁴⁰), ou predomina a perspectiva do heroísmo militar ignorante de quaisquer outras considerações, ou repete-se o já escrito por antecedentes, sem preocupações de investigação ou exame crítico²⁴¹, geralmente sempre com exaltação colonial. Citemos apenas algumas passagens ilustrativas:

²³⁴ Veja-se o caso de Ferreira Martins, *Marinheiros em Terra*: 221-223.

²³⁵ Contreiras Júnior, *op. cit.*: 31.

²³⁶ AHM, 2ª Div., 2ª Sec., Cx. 62, Nº 14 – Documento de arquivo «Expedição Militar do Cuamato, 1904 – Elementos para o estudo da campanha», pelo coronel Genipro da Cunha de Eça de Almeida, datado de 1927.

²³⁷ Gastão de Sousa Dias, “O desastre do Vau de Pembe (1904)”, *Revista Militar*, 1945, Ano 97: 636-653.

²³⁸ Ralph Delgado, *Ao Sul do Cuanza: Ocupação e aproveitamento do antigo reino de Benguela*, 1944, 2 v.

²³⁹ O historiador militar Carlos Selvagem refere da maneira mais sucinta o insucesso da campanha (Selvagem, 1931:652).

²⁴⁰ Artur de Moraes, *Memórias de Angola*, 2007, livro publicado com o patrocínio da Comissão Portuguesa de História Militar. O seu organizador, médico Doutor João Augusto David de Moraes, familiar descendente de Artur de Moraes, teve a iniciativa de finalmente publicar os importantes “Apontamentos” deixados por este, com um trabalho assinalável de pesquisa bibliográfica, além de, naturalmente, gostar de ver conhecida e valorizada a acção colonial daquele seu antepassado.

²⁴¹ Além dos que se seguem, breves referências ao desastre são também feitas em Roçadas (1910), Eduardo Lupi (19__), Pélissier (1997) ou regalado (2004).

– Eduardo de Noronha: «[...] o quadrado abrasa-se num estupendo vômito de metralha. A gente portuguesa responde com intrepidez, com serenidade, com desassombro ao tiroteio nervoso, basto, intermitente, sacudido do gentio. [...] Em frente dos quatrocentos e noventa e nove portugueses aglomeram-se dez mil cuamatos admiravelmente armados e municidados.»²⁴².

– O coronel Ferreira do Amaral²⁴³: «Nesse combate, ao escassearem as munições, tinha-se tentado em duas cargas impetuosas dominar o gentio do Cuamati, mas os esforços desesperados dessa gente portuguesa tinham sido infrutíferos e o epílogo fora um horrível e pavoroso massacre a quatro quilómetros, se tanto, do rio Cunene [...]» (1922: 41); e, segundo este autor, já no Humbe, ao enterrar alguns dos mortos, Gomes da Costa terá dito «– ‘Vamos prestar as nossas últimas homenagens e despedidas àqueles dos nossos companheiros que, vítimas dos mais sagrados deveres militares, caíram para sempre na luta de há vinte e quatro horas!’ [...] – ‘Por isso, àqueles que são religiosos e acreditam em Deus, eu peço que rezem uma Avé-Maria, por alma dos nossos bravos companheiros, que não puderam vencer!... e aos que não crêem em Deus eu peço que por momentos, apenas alguns, entreguem o seu pensamento à memória dos que estamos vendo pela última vez!’»²⁴⁴.

– Rocha Martins, historiador e homem do seu tempo, escreveu: «Desde 1896 que se conheciam as forças dos cuanhamas e seus fortes aliados. [...] O régulo Jula [ou Iula] vivia em Anjiva [N’Giva], vestido à europeia e servia-se de móveis europeus. Mais de dez mil guerreiros lhe obedeciam e alguns montavam a cavalo. Devia ser de trinta mil o número de combatentes negros e serviam-se, muito bem, de espingardas. Junto deles viviam os herreros [hereros], os grandes adversários dos alemães [...]. Os cuamatos tinham-se aliado aos cuanhamas e dar-se-ia um terrível encontro. [...] Os povos do Cuamato insubordinaram-se ao receberam a nova, espalhada pelos alemães, de que os portugueses não iam bater os cuanhamas mas construir uma fortaleza em território cuamato. A maior parte destes negros possuía excelentes espingardas *Martini* e as munições eram tantas que o padre Antunes, ao vê-las, prevenira o governador da Huila. Os cuanhamas chegaram a receber um carro bóer atulhado de balas e pólvora. [...] O inimigo, cheio de ódio, numerosíssimo, hábil e esforçado, senhor do terreno, assaltara os expedicionários no vau de Pembe e numa fúria indómita. Visava de preferência os oficiais [...]»²⁴⁵.

– O já referido Contreiras Júnior, muitos anos depois dos acontecimentos, relata assim a chegada da coluna de operações ao Humbe, no dia 11 de Setembro: «À entrada da povoação, entre as pessoas que nos esperavam, encontrava-se o capitão Gomes da

²⁴² Eduardo de Noronha, *Em Redor de África*, 1924: 364.

²⁴³ Condecorado da Grande Guerra, veio a ter papel de relevo como chefe da Polícia de Segurança Pública em Liboa.

²⁴⁴ Ferreira do Amaral, *A Mentira da Flandres... e o Mêdo!*, 1922: 48-49.

²⁴⁵ Rocha Martins, *História das Colónias Portuguesas*, 1933: 487.

Costa, administrador do concelho e comandante militar. [...] No semblante daquele homem, ainda novo, desempenado, forte e cheio de saúde, notava-se alegria e satisfação. A sua farda descuidada, com dois ou três rasgões, ostentava várias medalhas e mostrava nas mangas três velhos galões ganhos nos campos de batalha juntamente com a Torre e Espada. Ao olhá-lo, sentíamo-nos na presença de Alguém. A maior parte dos componentes da coluna não sabia quem era aquele oficial. Mas correu célere a notícia de que seria ele o Chefe do Estado-Maior da expedição nomeado por S. EX^a. o Governador. Os que já o conheciam, pessoalmente ou pela história das campanhas de África, fizeram saber aos restantes que estavam em presença de um dos companheiros de Mouzinho. O seu ingresso na expedição aparecia como uma garantia de êxito [...]»²⁴⁶. E o antigo marujo concluía desta maneira o seu testemunho: «E, assim, para nós terminava um episódico trágico da vida: o da campanha e do *Massacre do Cumene* – em que mais de três centenas de portugueses morreram ao serviço da Pátria e da Civilização.»²⁴⁷.

– Finalmente, Ferreira Martins, referindo-se aos oficiais da Armada presentes no combate, repete a narração de um sobrevivente concluindo: «Ressalta, desta triste narrativa do 1º cabo de Dragões, a acção temerária do bravo e desventurado João Roby, que assim morreu como um herói de lenda!»²⁴⁸.

Em todos estes escritos há, pois, tanto traços da realidade quanto de ideias-feitas, do “ouvir dizer-se”, repetição de leituras ou de simples notícias de imprensa não confirmadas. Num parêntesis, diga-se que, quanto aos meios bélicos de que dispunha o inimigo, adiante consideraremos todas as avaliações técnicas que puderam ser emitidas por credenciados especialistas e que geralmente se afastam dos números citados, muito irrealistas.

Diferentemente, o relato de Bento Duarte, já com um estilo de escrita dos dias de hoje, mas literariamente empolgante, não deixa de ser rigoroso na sua referência aos factos apurados e plausível nas suas interpretações, apesar deste assunto constituir apenas o objecto de um dos capítulos do seu livro. Estamos aqui perante uma síntese muito feliz e bem feita de toda a dinâmica humana, apoiado em séria investigação documental (que, porém, não identifica), mas não deixando de empregar palavras fortes para pincelar o quadro psicológico da tragédia do dia 25 de Setembro. Vejam-se estas duas passagens relativas aos antecedentes do combate: «Dos esconsos do arvoredado escapa-se por vezes a sugestão de uma presença, um sobressalto [...] mas é somente uma impressão, um estremecer de folhagens, um fortuito jogo de sombras. Não há vestígios do inimigo e o destacamento prossegue o avanço.». E, logo adiante: «Este sossego não passa, todavia, de uma cortina de ilusões. A verdade é que a mata fervilha, agora como no princípio, de guerreiros cuamatas prontos para o combate. Entre os lengas²⁴⁹, o dia 24 foi um

²⁴⁶ Contreiras Júnior, *O Massacre do Cumene*, 1937: 9-10

²⁴⁷ *Ibidem*: 46.

²⁴⁸ Ferreira Martins, *Marinheiros em Terra*, 1952: 223.

²⁴⁹ Lembre-se: chefes de guerra.

precioso espaço de discussões da estratégia a perfilhar. [...] Ao romper do dia 25, mensageiros velozes trazem a notícia há muito aguardada: os Portugueses deixaram finalmente o acampamento e avançam para o interior. Mas há uma particularidade estranha. Em vez de um golpe avassalador com todo o exército, a coberto das bocas-de-fogo guardadas junto ao rio, eles decidem-se por uma surtida limitada [...]. Os Cuamatos alegram-se com este providencial fraccionamento. Daí em diante, sem que de tal logrem aperceber-se, os Portugueses têm todos os gestos medidos por espíões que se confundem prodigiosamente com as sombras e os acidentes da mata, como se fizessem parte da paisagem. É assim que os lengas tomam conhecimento de que os seus vaticínios se confirmam: com efeito, passo a passo, a coluna portuguesa encaminha-se inexoravelmente para a *Chana B*, agora transformada, em termos militares, numa vastíssima zona de morte.»²⁵⁰.

Em todo o caso, ninguém como Genipro de Almeida levou tão longe a análise dos factos e dos testemunhos, apesar dos anos já transcorridos, para tentar apurar as causas e verdadeiras responsabilidades envolvidas nesta tragédia. Nem sempre concordamos com as suas conclusões – porque também ele parece sensível a simpatias e antipatias não confessadas, como quase todos – mas o seu trabalho de pesquisa e cotejo de depoimentos não pode ser desperdiçado. Por isso, recorreremos aqui sobretudo à sua investigação, no exame dos sucessivos factores que podem ter contribuído para o desastre.

A análise de Genipro de Almeida identifica (ou refuta) os seguintes pontos críticos que terão marcado o desenrolar e o desfecho desta campanha:

– Em relação ao planeamento dos meios que foram mobilizados, é criticado o número excessivo de peças de artilharia e o enorme volume dos “auxiliares”. O efectivo total e composição da força são equacionados em relação ao objectivo principal a atingir, que foi um ponto que ficou mal esclarecido pelos planeadores da expedição. Discutiremos isso no ponto 4.4.2, tal como a questão do armamento;

– É elogiada a longa marcha da coluna do Lubango para o Humbe (cerca de 350km em 21 dias), sem um só retardatário; mas observada a posição do “comboio” como inconveniente, por ter seguido adiante sem escolta;

– É reconhecido a Aguiar o cuidado e meticulosidade postos na preparação da coluna (com base nas suas ordens publicadas), cuidando das diversas medidas de logística;

– O comandante Aguiar é criticado por no dia 19 de Setembro não ter deixado forças na margem direita do Cunene (sujeitando-se a uma manobra de envolvimento do inimigo), o que poderia ter feito com parte da sua excessiva artilharia;

– São principalmente criticados os dias de imobilidade da coluna no Pembe. O comandante devia ter percebido que a táctica do inimigo era a da flagelação da posição e de tentar emboscar as tropas em deslocamento, pelo que deveria evitar mais reconhecimentos e organizar uma verdadeira penetração em força para o Cuamato Pequeno;

²⁵⁰ José Bento Duarte, *Senhores do Sol e do Vento*, 1999: 249-250.

– São compreendidas as razões da escolha feita por Aguiar para o comando do destacamento do dia 25 – ser capitão, com experiência de guerra africana, para uma operação sem grandes riscos e talvez para lhe dar a oportunidade de se redimir da infelicidade nocturna que provocara –, mas critica que ela tenha recaído sobre Pinto de Almeida, tendo em vista o incidente ocorrido três dias antes, que mostrara as suas limitações de temperamento, sangue-frio e capacidade para tomar decisões em ambientes de incerteza ou tensão;

– É aceite por Genipro a decisão de Aguiar de evacuar feridos e mortos, mas discorda da decisão de retirada para o Humbe na tarde do dia 25, embora a compreenda, tendo em vista a unanimidade do parecer do seu conselho de oficiais (sem pôr em causa este procedimento e não se referindo ao facto de nela terem tomado parte Gomes da Costa e o chefe do estado-maior). Justifica a discordância desta retirada, quer pela razão de poder ser atacado durante a travessia ou por antecipação do inimigo sobre a margem direita, cortando-lhe a marcha para o Humbe, quer pelo infundado receio de um assalto em massa ao estacionamento de Pembe (porque o inimigo já mostrara que só sabia combater a coberto, não a descoberto). Além disto, a suspensão da campanha só pôde reforçar o sentimento de impunidade dos Cuamatos, sendo que tinha forças bastantes para prosseguir e bater estes (embora não para atingir o Cuanhama, que poderia ficar para o ano seguinte, se se consolidasse o avanço alcançado);

– É louvada a posição de Aguiar de recusar seguir a nova unanimidade do seu conselho de oficiais, já no dia 26 no Humbe, que era a de retirar para norte, até aos Gambos, largando aquela fortaleza (que já sofrera um cerco em 1898 e veio a ser abandonada e reocupada em 1914-15);

– Nenhuma observação crítica é feita ao estilo de liderança adoptado pelo comandante Aguiar, e também não há qualquer pronunciamento sobre os comportamentos do capitão Gomes da Costa em vários momentos cruciais da acção militar. Outrossim, são deixadas algumas indicações desvalorizadoras dos testemunhos do capitão Artur de Moraes e fortemente atacado o capitão Duarte Ferreira, chefe do estado-maior da coluna;

– Finalmente, quanto às 4 causas do desastre apontadas no relatório de Março de 1905 do inquérito realizado em Angola pelo coronel Purificação Ferreira – «1ª falta de preparação das tropas; 2ª indisciplina dos fogos; 3ª má composição do destacamento, em que não se encontrava nenhuma unidade constituída; 4ª – falta de direcção no combate.»²⁵¹ –, Genipro de Almeida rebate liminarmente as três primeiras e rodeia, de certa maneira, a confirmação da última, dizendo que «a conclusão não se ajusta com os factos ocorridos e narrados»²⁵² mas reconhecendo: «A imobilidade do quadrado durante uma hora, causa principal, se não única, do desastre é ainda uma grave manifestação, ainda que negativa, da acção do comando», tal como «a decisão da retirada e a fixação da oportunidade do movimento não podem deixar de ser considerados como actos de

²⁵¹ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 39.

²⁵² Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 42.

comando e com capital importância na direcção do combate. Não pode pois ser aceite como uma das causas do desastre uma falta que não teve existência. Errada orientação táctica, admite-se; mas um erro de orientação não pode confundir-se com falta de direcção»²⁵³. Como se vê, Genipro apenas corrige a formulação da 4ª causa acusatória do inquérito, não a sua essência.

A análise de Genipro de Almeida é mais frágil (e frequentemente já não fundamentada) no que toca à apreciação do processo judicial e das discussões públicas havidas no parlamento e na imprensa. Por exemplo, trata várias vezes de «informações terroristas» as estimativas divulgadas pelos jornais da força militar potencial do inimigo²⁵⁴. Apesar de o tratar com algum respeito, Genipro refere-se à intervenção de Aires de Ornelas na câmara dos pares como tendo sido «pouco feliz», provocando o efeito de conseguir «adensar a atmosfera de desfavor que entre as multidões se ia formando em volta das responsabilidades do comandante da coluna»²⁵⁵. Com efeito, apesar das observações críticas a que acabámos de fazer referência sobre acções ou omissões apontadas ao desempenho de João Maria de Aguiar, este é, no fundamental, ajuizado positivamente pelo analista, que lhe sobreevaloriza a decisão de não abandonar a posição fortificada do Humbe, contra a opinião dos seus oficiais. O autor vai mesmo até ao ponto – já manifestamente excessivo e traíndo talvez uma qualquer empatia pessoal não explicitada – de escrever que: «bem merecia, pois, a promoção a major por distinção e a graça da comenda da ordem da Torre e Espada.»²⁵⁶.

Por tudo isto, valorizando embora o seu trabalho de análise reconstitutiva de factos passados há mais de vinte anos, não podemos deixar de alertar para alguns unilateralismos e enviesamentos patentes no seu estudo. Não por caso, talvez num momento de menos rigor – não esquecendo que o texto nunca foi revisto para publicação pelo seu autor –, em Agosto de 1927, já perto de concluir o seu trabalho e um tanto a despropósito, Genipro de Almeida põe de manifesto o seu desgosto pelo facto do coronel de infantaria Veríssimo de Sousa, que em 1915 salvou o quadrado de Pereira d’Eça na Môngua (com este já prestes a suicidar-se... – diz ele), não ter sido distinguido por tal acção «enquanto que Norton de Matos, Leote do Rego, Ribeiro de Carvalho e Pereira Bastos, sem ter ouvido o sibilar das balas alemãs na Flandres ou nas Colónias, mereceram da facciosa e convencional representação da soberania nacional a distinção das estrelas do generalato por problemáticos serviços prestados à República. Ignóbil política.»²⁵⁷.

4.4.2 Quatro casos sujeitos a discussão

Pela nossa parte, e examinados que foram todos os contributos disponíveis para uma análise mais completa do desastre militar, vamos agora concentrar-nos sobre qua-

²⁵³ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 43.

²⁵⁴ Por exemplo, em Genipro de Almeida, *op. cit.*: I: 30 e 47; ou II: 19.

²⁵⁵ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 36.

²⁵⁶ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 38.

²⁵⁷ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 49.

tro casos de importância desigual, mas que suscitaram mais dúvidas e acesa discussão (pública e técnica), tentando apurar as (nossas) conclusões mais plausíveis. De fora fica, contudo, a apreciação do desempenho pessoal do tenente Roby, que reservamos para o último ponto deste trabalho. Essas quatro questões tocam: a) a estratégia geral da campanha; b) o comando do destacamento do dia 25; c) o poder efectivo do inimigo; d) a desmoralização das tropas portuguesas após a derrota.

A - A estratégia geral da campanha e a acção do seu responsável

Decerto que a decisão de realizar uma campanha para a ocupação militar da zona de fronteira do sul de Angola foi tomada em concertação entre o governo de Lisboa e o governador-geral da província, capitão-de-mar-e-guerra Custódio Borja, precedendo auscultação do governador do distrito da Huíla, capitão João Maria Aguiar. Nos discursos de transmissão do cargo de governador-geral a 17 de Março de 1904 em Luanda, quer o exonerado quer o empossado fizeram referência aos territórios da Huíla entre o Cunene e o Zambeze onde a soberania portuguesa não estava ainda afirmada, sem mais qualquer pormenor além da necessidade de a efectivar²⁵⁸. Escreve Genipro de Almeida no seu estudo, com base no processo criminal, que «o governador-geral fora superiormente autorizado a proceder à ocupação da região do sul da província entre o Cunene e o Cubango, devendo presumir-se que essa autorização fosse solicitada pelo governador do distrito em virtude da atitude de rebeldia do gentio»²⁵⁹. De facto, de uma troca de telegramas entre Lisboa e Luanda havida em Abril²⁶⁰, fica a saber-se que o governador da Huíla havia apresentado em ofício de 11 de Fevereiro um conjunto de medidas para a ocupação do distrito e acabar com as razias praticadas pelos povos Ovambos, a que o governo-geral de Angola dá agora o seu *agrément* para Lisboa, acrescentando que a «situação tende a precipitar-se brevemente pelos movimentos agressivos, de maior vulto, que o Cuanhama pretende levar a efeito [pelo que] a ocupação dessa parte do distrito da Huíla se fará pela força das armas» para «inutilizar as veleidades guerreiras e independentes, não só do seu povo como dos Evals e Cuamatos, com um forte e poderoso castigo»²⁶¹.

Sabemos que o capitão Aguiar esteve em Lisboa entre Março e Julho de 1904 para realizar o tirocínio para major. Mas não sabemos se este tinha relações privilegiadas com o ministro Gorjão ou alguém influente no seu gabinete. No entanto teve certamente conversações directas no ministério acerca desse empreendimento, pois é em Lisboa que ele redige um primeiro esboço de plano da campanha, despachado pelo ministro a 18 de Maio e logo distribuído ao Ministério da Guerra, Depósito do Ultramar, repartição de contabilidade, governador-geral de Angola, e governador do distrito de Moçâmedes²⁶².

²⁵⁸ Ver a revista *Portugal em África*, Vol. 11 - 1904, Nº 124, Abr.: 248-250; e Nº 125, Mai.: 307-310.

²⁵⁹ Genipro de Almeida, *op. cit.*: I: 6.

²⁶⁰ Documento confidencial nº 26 de 27 de Abril contido em AHM 2/2/9/7: 6.

²⁶¹ Mensagem confidencial de 27 de Abril contida em AHM 2/2/9/7: 7.

²⁶² Documento manuscrito com o título de «Relatório apresentado pelo governador do distrito da Huíla sobre o objectivo, caminho a seguir, etc., etc., nas operações e orçamento respectivo» (AHM /3/7

Neste documento, em termos ainda aproximativos, define-se o objectivo da campanha – que discutiremos já adiante –, o itinerário previsto e meios de transporte e comunicação, indicam-se os efectivos humanos e a duração das operações, uma lista de material de guerra e vários cálculos das cargas a transportar. De notar que, desde logo, se considera não serem necessárias tropas expedicionárias enviadas de Lisboa, embora muita *impedimenta* fosse daqui expedida e vários oficiais tivessem sido destacados com destino à campanha²⁶³. Este ponto do projecto de operações deve ter agradado particularmente ao governo, pois, cada vez que foi necessário enviar forças extraordinárias da metrópole, isso traduzia-se por dificuldades adicionais para as periclitantes finanças públicas do reino.

O comando das operações foi decerto decidida (ou combinada) em Lisboa, pois em telegrama cifrado do ministro para Angola expedido a 9 de Maio prescreve-se: «Governo concordando necessidade ocupação Cuanhama resolveu que se organize coluna operações sob comando governador Huíla, capitão Aguiar [...]»²⁶⁴, mas a nomeação formal foi feita só a 16 de Julho por Custódio Borja. Em comunicado ao ministério em Lisboa, o governador-geral esclarece: «Relativamente ao plano a seguir nessas operações, deixei-o à inteligência do comandante da coluna, na iniciativa, que lhe dei, conveniente à sua acção» mas indica que «as operações [...] deverão ser iniciadas nos princípios do mês de Setembro, partindo Humbe, ponto de concentração de todas as tropas.»²⁶⁵. Mas o próprio governador-geral, como era hábito, decidiu a publicação de uma portaria estabelecendo que, por virtude das operações militares que vão ocorrer em breve, «são suspensas as garantias em todos os concelhos do distrito da Huíla [...]»²⁶⁶. A ordem jurídica constitucional assim o obrigava.

Regressado à Huíla e de novo em funções desde 22 de Julho, Aguiar começa a preparar no Lubango a concentração de todos os meios necessários à campanha. A sua Ordem de Serviço nº 1 é datada de 31 de Julho e começa assim: «Ordem nº 1 [...] 1º Devendo proceder-se à ocupação militar da região compreendida entre os rios Cunene e Cubango

Cx. 3.519 – 1º vol.: 111-117).

²⁶³ Em telegrama cifrado de 9 de Maio do ministro para Angola anuncia-se «[...] vapor carreira extraordinária que conduzirá contingente destinado essa província. [...] No contingente seguem praças completar unidades europeias. [...] Até 16 devem embarcar L. Marques 142 solípedes destinados dragões e artilharia. Embarcam vapor *Cazengo* 801 volumes material víveres devendo receber Cabo Verde 4 peças *Hotchkiss* Restante material e munições vão pacote 18.» (AHU – SEMU – GM Lv 9 1903-1904 Telegramas copiador ANG 699). E a 18 de Junho: «Seguiu hoje vapor *S. Tomé* contingente conforme pedido seu telegrama 21 Abril composto 11 oficiais, 64 sargentos 227 cabos soldados. [...]» (AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiador ANG 700).

²⁶⁴ Copiador de correspondência (AHU – SEMU – GM Lv 9 1903-1904 Telegramas copiador ANG 699). Em carta manuscrita de 18 de Junho do ministro para Luanda volta-se a escrever-se que «[...] será organizada no distrito da Huíla uma coluna de operações com a composição abaixo mencionada da qual assumirá o comando o governador do mesmo distrito, o capitão de engenharia João Maria de Aguiar [...]» (AHM /3/7 Cx. 3.519 – 1º vol.: 126-127).

²⁶⁵ Ofício confidencial nº 2.096 de 16.Jul.1904, contidos em AHM 2/2/9/7: 15.

²⁶⁶ Portaria nº 550 de 25 de Julho (*Ordem à Força Armada - da Guarnição da Província de Angola*, Nº 7/31.Jul.1904).

no distrito da Huila e de harmonia com as instruções do governo de Sua Majestade, [determino que] seja organizada uma coluna de operações com a seguinte composição: Quartel-General – Comandante, capitão de engenharia João Maria de Aguiar; chefe do estado-maior, capitão de cavalaria João Gregório Duarte Ferreira [...]»²⁶⁷. Seguem-se, uma após outra, todas as disposições normativas e medidas concretas para organização, marcha, estacionamentos e operação em guerra da coluna. Esta elaboração veio a suscitar referência elogiosa de Genipro de Almeida, pelo cuidado e detalhe posto nesta regulamentação, mas também suspeitas de burocratismo e menor atenção aos aspectos de liderança das centenas de homens sob o seu comando. Em todo o caso, a responsabilidade do planeamento da campanha cai toda sobre o capitão Aguiar – como de resto o governador-geral e o ministro não se esquecerão de lembrar quando as coisas correram mal. O papel do chefe do estado-maior da coluna de operações, capitão Duarte Ferreira, terá sido quase inexistente neste plano, a despeito de ter formalmente integrado a força desde o início²⁶⁸ e contra-assinar as todas as Ordens (com a nº 1, a sair em 31 de Julho de 1904), pois, segundo testemunhos, o comandante concentrava em si todo o trabalho de planeamento²⁶⁹. Notícias publicadas na imprensa acusam Aguiar «não conviver com os oficiais, de não ouvir conselhos e até de ter reduzido o chefe do estado-maior ao papel secundário de simples ajudante de campo, sem conhecimento do plano de campanha.»²⁷⁰. Estes termos ilustram as más relações existentes entre o comandante e o seu chefe do estado-maior, com efeitos descendente e ascendentes, como teremos oportunidade de esmiuçar um pouco mais adiante.

De facto, o modo de trabalhar de Aguiar e o seu relacionamento com os restantes oficiais foi apontado, de vários lados, como tendo sido sempre deficiente. O próprio Genipro reconhece que era pessoa de «espírito muito concentrado e com o hábito de não delegar o cumprimento dos seus deveres»²⁷¹; e Contreiras Júnior conta-nos que «no acampamento havia um certo mal-estar. Alguns oficiais mostravam-se descontentes [...] desde a partida do Lubango, quando qualquer oficial passava distraído e não lhe fazia a continência, o Governador admoestava-o na presença fosse de quem fosse. O próprio major chefe dos serviços administrativos e auxiliares – seu superior na escala hierárquica – fazia parte do número dos descontentes, por também ser vítima de descortesias. O Governador, ao passar pelos oficiais, correspondia às continências destes sem nada lhes

²⁶⁷ *Ordem à Força Armada - da Guarnição da Província de Angola*, Nº 7, 31.Jul.1904: 26.

²⁶⁸ Com efeito, terá destacado do Quartel-General a 19 de Julho (*Ordem à Força Armada - da Guarnição da Província de Angola*, Nº 7/31.Jul.1904).

²⁶⁹ Também não se pode pensar que o tenente Adolfo Ferreira, ajudante e colaborador directo do governador da Huila, tivesse tido nisto algum papel significativo, pois só fora nomeado para o cargo de chefe do estado-maior do distrito da Huila em 26 de Agosto (*Ordem à Força Armada - Angola*, Nº 10/21. Out.1904). O governador Aguiar acabou por lhe entregar o comando da força montada da coluna, por ser o mais antigo dos tenentes de cavalaria presentes.

²⁷⁰ O *Século* de 14 e 15 de Novembro de 1904 com correspondências de Moçâmedes de 12 e 27 de Outubro, presumivelmente informadas pelo capitão Duarte Ferreira (*Apud* Genipro de Almeida, *op. cit.*: I: 70).

²⁷¹ Genipro de Almeida, *op. cit.*: I: 9.

dizer, às vezes sem sequer os olhar. Mas ao corresponder à continência de qualquer praça, que se levantava para o fazer, dizia-lhe sempre: – Deixa-te estar... Põe-te à vontade. A diferença de tratamento era flagrante.»²⁷².

Entre os vários planos em que podemos analisar a justeza ou inadequação da estratégia adoptada figura a questão das *informações militares* – e por ela começamos. Naturalmente, as informações militares têm na base elementos de conhecimento geográfico e das populações que habitam essas regiões, que já procurámos apresentar nos pontos 3.1 e 3.2 deste trabalho e que não iremos aqui repetir.

Deve esclarecer-se que o governador-geral Custódio Borja tomou as suas precauções a este respeito em devido tempo. Em Março atribuíra ao capitão Ramos da Silva a «missão inteiramente secreta» de realizar um serviço de reconhecimento e vigilância na fronteira sul, tendo em atenção «todos os movimentos de tropas da possessão confinante alemã, actualmente empenhadas em conflito com os Hereros e talvez com os Ovambos»²⁷³; e em Maio dera instruções confidenciais a Gomes da Costa para, «com a máxima prudência e discrição», fazer o reconhecimento da região compreendida no triângulo entre Cassinga, Cuanhama e Humbe²⁷⁴ – ou seja, levantarem todas as informações revelantes para a cobertura da zona limítrofe da fronteira e do território de penetração eventual pelos alemães em direcção às reservas minerais já conhecidas em Cassinga²⁷⁵, que era também aquele que mais resistia à implantação da soberania portuguesa

Gomes da Costa, o chefe do concelho do Humbe, suposto conhecer bem a situação apesar de estar ali há pouco tempo, diz em carta a Aires de Ornelas escrita a 10 de Julho: «Os reconhecimentos que fiz confirmam a suspeita que eu já tinha a respeito de dois pontos capitais: falta de água e estado de revolta proveniente de extorsões de negociantes brancos»²⁷⁶. A primeira vai ser o mais terrível inimigo da coluna de operações [...] e não há no Humbe um único reservatório onde se possa armazenar água para qualquer força importante. Conforme o meu costume, que você já conhece, pedi para o Lubango depósitos de ferro ou zinco e carros e gado para este serviço: até à data nada veio.»²⁷⁷. E noutra missiva para o mesmo destinatário a 7 de Agosto: «O inimigo pior são os Evals e sobretudo os Cuamatos. Estes cavalheiros raziam tudo entre o seu território e o

²⁷² Contreiras Júnior, *op. cit.*: 17.

²⁷³ Instruções confidenciais dadas a 24 de Março de 1904 (AHM 2/2/9/7: 29-32).

²⁷⁴ Instruções confidenciais dadas a 2 de Maio de 1904 (AHM 2/2/9/7: 28-29).

²⁷⁵ Até 1915, foi sempre este o cenário de agressão externa imaginado pelos militares portugueses no sul de Angola.

²⁷⁶ Esta é uma ideia forte de Gomes da Costa acerca da colonização portuguesa: escreveu ele, antes da campanha, no seu estilo directo: «Eu não quero defender os pretos nem dizer que eles são muito boas pessoas, mas a experiência diz-nos que a maioria dos casos de rebelião dos pretos são originados por extorsões e abusos dos brancos. O que os pretos neste caso fizeram ao branco, faria qualquer saloio dos arredores de Lisboa em idênticas circunstâncias, e ainda ninguém por isso se lembrou de declarar a guerra ao soba da Porcalhota ou de Loures. Polícia e fiscalização é que são indispensáveis neste interior, e com eles evitariam muitas guerras.» (Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 150-151).

²⁷⁷ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 185.

Humbe, onde têm chegado até vir raziar a 150m da fortaleza. Este ano ainda não vieram porque o Cunene só agora começa a dar passagem. [...] Não se bater [já] o Cuanhama talvez não seja tolice, sem se conhecer o terreno. Mas bater os Cuamatos e os Evales era indispensável para se poder ocupar isto e trabalhar em sossego. O Cuanhama é fácil de domar, sobretudo com o medo com que está de que os alemães tomem conta deles²⁷⁸; contudo, a ocupação é indispensável, a bem ou a mal. Você conhece a minha opinião antiga. Para ocupar é preciso sempre bater primeiro e *bater bem*.»²⁷⁹.

Já referimos anteriormente que a coluna de operações terá partido para o Cunene com um único guia africano, que nem era originário da região. Também não foram utilizados como pisteiros os «sertanejos europeus de grande fama entre os negros de aquém-Cunene»²⁸⁰ nem gente habitante no Humbe que pudesse ter relações com os povos Ovambos. As notícias recebidas da fronteira e do Sudoeste Africano, por via de *boers*, não eram confirmadas e falavam da ofensiva alemã e da eventual entrada dessa guerra no território de soberania portuguesa, levando o governador-geral a comunicar para Lisboa a 27 de Abril que «[...] Cuanhama logo rio ofereça passagem tempo frio mais em diante espalhará gente em guerrilhas pelo distrito Huíla [e] Benguela. Actualmente Cuanhama não consente outro comércio nas terras se não armas, munições, cavalos, aguardente, tendo passado todo seu gado para Cubango e tem comprado cavalos. [...] Minha opinião aproveitar próxima época fria cair rápido quanto possível sobre Cuanhama, acabar de vez potestado, arrasar povos Cuanhamas sem esperar ataques distritos. Forças distritos Moçâmedes [e] Huíla, mesmo província, actualmente insufficiente essas operações. Necessidade urgente montar esquadrão dragões. [...]»²⁸¹.

Quanto ao número espectral, ao armamento e táticas do inimigo, essa foi uma matéria que deu azo a grandes debates e especulações, antes como depois do desastre, e que trataremos *per se*. Mas digamos desde já, para sintetizar, que as informações disponíveis sobre o inimigo eram: poucas e más.

Um segundo plano de observação analítica seria racionalmente constituído pela maneira como foram definidos os *objectivos* da campanha. Esse foi um tópico que, tendo quase certamente sido concebido na origem pelo governador Aguiar, obteve forçosamente a concordância do governador-geral e do ministro em Lisboa (ou pode ter sido o resultado de alguma negociação entre estas personalidades, a despeito de os telegramas trocados serem mudos a tal respeito). No Relatório preliminar apresentado por Aguiar a 18 de Maio em Lisboa escreve-se «Objectivo principal: Tomada e ocupação de N'Giva, residência do soba Weyulu. Conseguido este *desideratum*, bater-se-ão seguidamente as diferentes embaldas dos fidalgos ou lengas principais do sobado.»²⁸². As instruções escritas

²⁷⁸ Alusão à ofensiva das tropas alemãs ainda em curso, de sul para norte, contra os Hereros.

²⁷⁹ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 191-192.

²⁸⁰ De um relatório manuscrito do governador-geral para o ministro datado de 19 de Outubro (AHM 2/2/4/19).

²⁸¹ Mensagens confidenciais contidas em AHM 2/2/9/7: 8.

²⁸² Documento já citado: AHM /3/7 Cx. 3.519 – 1º vol.: 112.

dadas pelo governador-geral em 18 de Junho²⁸³ e 16 de Julho relativamente à campanha tratam da organização, meios e etapas a que deverá cingir-se a coluna militar, sem melhores especificações do que o entendimento de que «o objectivo principal das operações é a ocupação da região entre os dois rios Cunene e Cubango, batendo o soba dos Cuanhamas [...]» mas sabendo que «entre o rio Cunene e o Cuanhama outro povo existe – o Cuamato – por igual rebelde a todo o acto de soberania [...]»²⁸⁴.

Posteriormente, todos os documentos oficiais publicados referem a campanha ou a coluna de operações «do Cuanhama». No entanto, o desastre de 25 de Setembro deu-se em território e por acção de guerreiros Cuamatos. E tanto no parlamento como na imprensa se discute, tendo em conta a época do ano e as forças envolvidas, se o objectivo era o Cuanhama (mais distante) ou os Cuamatos, cujos territórios se lhes interpunham. Recorremos aqui à formulação analítica de Genipro de Almeida que, baseado sobretudo no processo judicial, escreveu que «se contava com a neutralidade dos cuanhamas para se conseguir a ocupação da N'Giva, objectivo principal da expedição. Destes elementos de informação depreende-se [depreende o A.] que o objectivo político da expedição seria a ocupação efectiva dos Cuamatos e do Cuanhama, determinada pelo estado de rebelião destes povos e pelas exigências do tratado de Berlim. O objectivo militar declarado era a ocupação da N'Giva, embala do soba Weyulu, soba do Cuanhama com cuja neutralidade, mais do que duvidosa [diz o A.], se contava depois da ocupação da embala do Cuamato, no caminho de marcha da coluna de operações.»²⁸⁵. Porém, na sua própria interpretação (talvez mais propícia à defesa de Aguiar contra as acusações de que era alvo), Genipro conclui que «a expedição teria o objectivo *real* da ocupação do Cuamato e o objectivo apenas *hipotético* da ocupação pacífica do Cuanhama. [...] No caso mais do que provável da resistência dos Cuanhamas, o objectivo da expedição ficaria limitado à ocupação do Cuamato, sendo a ocupação do Cuanhama adiada para 1905, em que uma nova campanha seria em extremo facilitada pela preparação anterior e pela ocupação forte da linha de comunicação entre o Humbe e a embala do soba do Cuamato.»²⁸⁶.

Registe-se que, de acordo com a doutrina militar então existente²⁸⁷, a velocidade de marcha da coluna seria da ordem de 20km por dia, pelo que o trajecto do Humbe até à N'Giva dos Cuanhamas deveria durar dois a três dias.

O mesmo Genipro de Almeida considera, com razão, que a ***avaliação da suficiência dos efectivos da coluna*** – outro pomo de discórdia publicamente exposto – só pode ser feita relativamente aos objectivos visados: se fosse só o Cuamato, seria uma coisa; se se visasse de facto o Cuanhama, outra. Assim, eis a sua «Conclusão: a força da coluna seria mais do que suficiente para conseguir a ocupação dos Cuamatos, mas muito fraca

²⁸³ Instruções confidenciais para a campanha de 18.Jun.1904 (AHM 2/2/9/7: 24-25).

²⁸⁴ Instruções confidenciais ao comandante da coluna de 16.Jul.1904 (AHM 2/2/9/7: 26).

²⁸⁵ Genipro de Almeida, *op. cit.*: I: 6.

²⁸⁶ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 2-3.

²⁸⁷ Ver Eduardo Costa, *Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África*.

para ganhar com luta a região de Cuanhama»²⁸⁸. Ficamos, portanto, na subsistência desta dúvida.

O volume dos “auxiliares” africanos envolvidos nas operações também deu azo a opiniões contrastantes. Em números arredondados (porque estes não são referidos nos documentos genuínos com o rigor das tropas regulares), saíram do Humbe para o Cunene 400 “auxiliares” Chimbas recrutados nos Gambos e 500 Humbles recrutados neste concelho por Gomes da Costa²⁸⁹. Mas enquanto o governador-geral Borja critica fortemente Aguiar por só ter levado «400 ‘muximbas’²⁹⁰ e no Humbe alguns centos de ‘muhumbes’²⁹¹, número assaz insuficiente em relação à força numérica da coluna, às qualidades guerreiras do inimigo e ainda ao seu número», quando «o emprego dos auxiliares indígenas é essencial para cobrir a coluna das surpresas do inimigo e suportar o seu primeiro choque de fogo, cansá-lo pelo desperdício de munições, farejar o terreno, saquear e incendiar-lhe as povoações [...]»²⁹²; diferentemente, Genipro de Almeida considera que «durante o combate em regra são mais um empecilho do que uma utilidade para os combatentes regulares» tendo por «missão principal, se não única, a protecção a distância das colunas em marcha ou em estação» e «neste caso, nenhum serviço útil de protecção prestaram à coluna»²⁹³, aumentando muito a carga do comboio com a alimentação e água correspondentes, considerando finalmente que teria sido mais útil «alguns auxiliares apenas, cuidadosamente seleccionados, instruídos e enquadrados por europeus»; ou, sendo muitos, empregues na abertura dos caminhos e levantamento de trincheiras «quando se prestassem a executar trabalhos desta espécie»²⁹⁴.

No que respeita à composição orgânica da força de operações, nenhuma crítica substancial foi feita, para além da opinião de Genipro de Almeida sobre a dispensabilidade de uma parte da artilharia aqui empregue: «Na campanha, [...] parece que duas bocas-de-fogo seriam suficientes para apoiar as forças da expedição, podendo a restante artilharia ser substituída com manifesta vantagem por metralhadoras pesadas, de mais fácil transporte e de maior eficiência táctica»²⁹⁵. Contudo, sempre vale a pena recordar que as bocas-de-fogo de 7cm foram utilizadas várias vezes na campanha, para afugentar os inimigos que incomodavam o quadrado do Pembe e também para proteger a travessia do Cunene na retirada. E sobre a cavalaria – que Gomes da Costa considerava essencial: «Para fazermos obra com jeito, julgo indispensável que a coluna traga cavalaria em quantidade [...]»²⁹⁶ –, é de acentuar que também o governador-geral alertou a Lisboa

²⁸⁸ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 9.

²⁸⁹ Este havia falado a 600 convocados, a 18 de Agosto (Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 164).

²⁹⁰ Isto é, Chimbas.

²⁹¹ Ou seja, Humbles.

²⁹² Relatório de 19 de Outubro (AHM 2/2/4/19).

²⁹³ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 11.

²⁹⁴ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 11.

²⁹⁵ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 10.

²⁹⁶ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 152.

para isso: «sem cavalaria nenhuma operação deverá ser tentada contra Cuanhama»²⁹⁷, frisando a má qualidade das muares existentes e a conveniência de virem cavalos do reino. Posteriormente o major Eduardo da Costa desenvolveria as diferentes missões que em África cabiam então à cavalaria – os serviços de exploração e de segurança em marcha e, quando possível, «como arma de choque [...], montando-a toda em cavalos, pois só estes são animais próprios para imprimirem à carga o ardor e a energia que ela precisa ter»²⁹⁸ –, distinguindo-a claramente da infantaria montada «que da infantaria possui a força, aumentada com a de uma velocidade de marcha que esta arma, só por si, não pode alcançar»²⁹⁹; nesta última, a montada é só o veículo de transporte e geralmente os homens desmontam e combatem a pé (com a carabina), sendo também adequada para perseguições prolongadas ou realização de pequenas operações secundárias.

Quanto à qualidade do armamento, deve dizer-se que ele não era inferior ao utilizado por outras potências colonizadoras em África. A espingarda *Kropatchek*³⁰⁰ armava as unidades de soldados metropolitanos, a *Snider*³⁰¹ as companhias de infantaria indígena e os “auxiliares”, e havia ainda as *Martini-Henry*³⁰², em menor número. Além da artilharia e das metralhadoras, que os africanos não possuíam, tratava-se de um armamento individual superior (em características, homogeneidade, remuniamento e treino específico) ao possuído pelos seus inimigos. Apenas se haviam registado queixas de que as *Snider* estariam envelhecidas e o seu cartuchame frequentemente deteriorado. Mas, segundo parecer de analista militar, as peças de artilharia da coluna seriam excessivas, em número, para a missão³⁰³. Deveriam ter sido parcialmente substituídas, com vantagem, por metralhadoras que, em muitas outras operações africanas (por exemplo, na Guiné), haviam mostrado o seu efeito devastador naquele tipo de inimigo.

Sobre os fardamentos e outro equipamento individual, nada é referido de particular nos relatórios da expedição. As tropas terão usado os seus uniformes africanos habituais à época – de brim, tecido forte de algodão ou cânhamo, fresco, de tom esbranquiçado – com calçado, cinturão e cartucheiras em cabedal.

Diga-se ainda uma última palavra sobre o valor combatente das tropas aqui mobilizadas. Das companhias de infantaria indígena de Angola, as opiniões emitidas eram sempre para assinalar as suas fracas capacidades como soldados, muito inferiores às dos

²⁹⁷ Mensagem confidencial datada de 27 de Abril, contida em AHM 2/2/9/7: 8.

²⁹⁸ Depois de Mouzinho em Macontene (Moçambique, 1896), ganhou celebridade nos meios militares portugueses a carga de lanceiros conduzida pelo tenente Martins de Lima no combate do Mufllo, durante a campanha de 1907 contra os Cuamatos comandada por Alves Roçadas.

²⁹⁹ Eduardo da Costa, *A Questão do Cuanhama*, 1906: 50.

³⁰⁰ Modelo 1886, de fabrico austríaco, era uma arma de cano estriado, calibre 8mm, alcance 2km (eficaz a 500m) com sistema de culatra e ferrolho com depósito interno de 8 munições, permitindo por isso o “tiro de repetição”, isto é, sem que o atirador tivesse que desfazer a pontaria.

³⁰¹ Modelo 1860, de fabrico inglês, calibre 14,7mm, cano estriado, com sistema de alimentação manual, tiro-a-tiro, cartucho de papel e percussão por cão e fulminante.

³⁰² Modelo 1870, de fabrico inglês mas reproduzido alhures e com variantes. Calibre 11,4mm, cano estriado, com sistema de alimentação manobrado por alavanca inferior, permitindo o “tiro de repetição”.

³⁰³ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 10.

correspondentes moçambicanos (landins ou outros), tendo sido criticada por alguns a opção do comandante Aguiar de deixar a 12ª companhia (vinda de Moçambique) em reserva no Humbe, em vez de a integrar na acção ofensiva. Em geral, consideravam-se muito melhores combatentes os soldados brancos das unidades de infantaria, de cavalaria, de artilharia ou mistas. Quanto às praças do Batalhão Disciplinar, é assinalado que elas protagonizavam frequentemente quebras nas regras da disciplina militar, mas muitos desses homens eram considerados como de grande valentia no combate, fosse por razões de índole pessoal ou porque esperassem com isso ver reduzida a sua pena. Finalmente, se o enquadramento em cabos e sargentos metropolitanos seria aceitável, vários dos subalternos e capitães que comandavam estes homens tiveram muito pouco tempo de habitação mútua, o que veio a prejudicar a eficácia das acções ordenadas pelos comandos.

Quanto à *preparação da força* para a campanha, muitas críticas foram feitas posteriormente à sua falta de treino para o combate, à indisciplina de fogo e mesmo a outras manifestações de indisciplina *tout court*. Os relatos do dia-a-dia da coluna desde que chegou ao Cunene e principalmente da acção do destacamento do capitão Pinto de Almeida só podem confirmar essa ideia. Apesar das instruções de fogo «por descargas», isto é, em salvas e à ordem de «fogo!» dos oficiais, registam-se muitos disparos dos homens logo que vêem negros à distância; e, por arrastamento, tiroteio desordenado por muitos dos seus camaradas. Os exercícios tácticos e de fogos reais restringiram-se aos efectuados entre os dias 14 e 17 de Setembro no Humbe. Eis a descrição feita por Genipro de Almeida: «Nos exercícios parciais a infantaria foi instruída em táctica abstracta e em fogos à voz; a cavalaria em táctica abstracta, cargas e reunião; e a artilharia em tomadas de posição e fogos. No exercício geral a coluna procurou preparar-se para realizar a passagem e sem confusão das formações de marcha ao quadrado, considerado na ordem para o exercício como dispositivo apenas preparatório [sublinha o A.] para o combate. As tropas neste exercício também foram instruídas na preparação e desenvolvimento dos ataques de frente e de flanco, em linha e em escalão e a cavalaria procurou adestrar-se em preparação e execução de contra-ataques. Não faltaram repetidas recomendações para se conseguir no combate a disciplina dos fogos, sendo aconselhada a preferência dos fogos à voz e por descarga, de mais efeito do que o fogo individual à vontade, e prevendo as dificuldades do reabastecimento de munições no mato sem caminhos.»³⁰⁴. Pelo que se observou no terreno, esta instrução militar foi muito insuficiente, talvez também por deficiência do desempenho dos oficiais comandantes das unidades e subunidades.

O municionamento individual foi feito na base de 120 cartuchos por soldado de infantaria, e de 60 para os de cavalaria e artilharia³⁰⁵. O trem de combate transportava em 5 carros reservas de «34.000 cartuchos *Kropatchek*, 64.000 cartuchos *Snider* e 7.000 *Martini*, 360 tiros de peça de 7cm sendo 300 granadas ordinárias, 120 granadas com balas e 40 lanternetas, 100 tiros de peça *Hotchkiss* e 4.942 cartuchos de metralhadora

³⁰⁴ Genipro de Almeida, *op. cit.*: I: 21.

³⁰⁵ Esta é a dotação que figura nos relatórios do comando e que foi sempre reafirmada pelos responsáveis políticos perante acusações que foram feitas de sub-municionamento. Porém, visto o armamento das companhias de infantaria indígena (*Snider*) e o volume total de munições da expedição, pode pôr-se em dúvida esta informação, sendo quase certo que os soldados africanos levassem apenas 60 cartuchos.

Nordenfeld.»³⁰⁶, nunca surgindo aqui acusações de erros ou imprevidências, a não ser por motivos de manifesto descontrolo emocional ou maledicência³⁰⁷.

Tal como Gomes da Gomes recomendara (e as autoridades alemãs do Sudoeste Africano faziam), a preparação da operação deu especial atenção à questão da água potável, com severas recomendações contra o seu desperdício, cuidados com o abastecimento em cacimbas ou poços e inclusão no “comboio” de 6 carros de água, com pessoal especializado. Atente-se que «Os sapadores são reorganizados em 11 [de Agosto] ficando o pelotão constituído por 1 oficial, 1 sargento, 4 artífices e 30 praças indígenas, predominando nos artífices o ofício de tanoeiro por merecer ao comando especial atenção o reparo do vasilhame destinado ao transporte da água.»³⁰⁸.

Outro elemento importante da linha estratégica da campanha foi a **escolha do itinerário**. Entre os diversos vaus de passagem do Cunene – o de Nahumdongo (junto ao qual veio a ser construído o Forte Roçadas), o de Nampaca³⁰⁹, o de Macopa (também considerado por Aguiar por ser o mais curto para a N’Giva e que era usado pelos comerciantes do mato), os de João ou Duenque (referidos como possíveis por Gomes da Costa³¹⁰) e o de Pembe (também apoiado por este oficial³¹¹) – foi este de Pembe o escolhido pelo capitão Aguiar, como sendo o caminho mais directo para Mogogo, embala do Cuamato Pequeno³¹², primeira fase do plano de operações adoptado. A linha de etapas prevista, embora de maneira bastante imprecisa, também não mereceu críticas de qualquer dos especialistas que se pronunciaram sobre este caso.

Para concluir este tópico de análise, vamos considerar a **acção táctica da coluna e o exercício do seu comando** por parte do capitão João Aguiar.

Apesar de, ao longo do seu trabalho de pesquisa, transparecer uma atitude geralmente abonatória do comandante Aguiar, o coronel Genipro de Almeida não se inibe desta crítica à sua actuação táctica: depois do reconhecimento do dia 23 e da «atitude fraca do inimigo em contacto com o destacamento Gomes da Costa, poderia inferir-se que a marcha ofensiva da coluna não ofereceria embaraços sérios; no entanto, estas atendíveis indicações não provocaram a imediata marcha ofensiva, preferindo o comando superior continuar a esclarecer-se pelo processo dos fortes reconhecimentos, para completar ou ao menos aumentar as suas deficientes informações antes de levantar o estacio-

³⁰⁶ Relatório final de João Aguiar (AHM 3/7 Cx. 3.519 – 2º vol.: 194-195).

³⁰⁷ Com efeito, foi sobretudo em correspondências publicadas na imprensa (*O Século*, 14 e 15.Nov.1904) que se falou de imprevidência e de sub-muniamento do pessoal do destacamento do dia 25, referindo-se que as praças apenas levariam de 10 a 20 cartuchos. Sabe-se que algum pessoal europeu e quase certamente as praças indígenas só tinham uma dotação de 60 munições, mas estamos ainda longe daqueles quantitativos. A não ser que se referissem aos “auxiliares” ou por virtude de cartuchame deteriorado.

³⁰⁸ Genipro de Almeida, *op. cit.*: I: 10.

³⁰⁹ Que, como o anterior, figuram em croquis anexados ao documento AHM 2/2/62/14.

³¹⁰ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 163,

³¹¹ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 164.

³¹² Relatório final (AHM 3/7 Cx. 3.519 – 2º vol.: 191).

namento da coluna no Pembe.»³¹³. Ou seja, reconhece-se aqui a prudência excessiva ou tibieza do comandante Aguiar, sobretudo dado o adiantado em que já ia a estação seca.

Um antigo oficial da guarnição de Angola entrevistado pela *Revista do Exército e da Armada* discorre de maneira interessante sobre a inadequação da formação “em quadrado”³¹⁴, quando aplicada mecanicamente, e sobre a melhor forma de conduzir a guerra naquelas regiões. Diz ele que: «Aprendi a tática da guerrilha à custa da minha experiência e nos exemplos e conselhos de Paiva, de Luna e de Padrel. É possível que haja melhor e que quero dizer que não. O que sei é que... pela tática antiga nenhum de nós parava um dia sequer. [...] No mato não se deve parar, sobretudo quando o inimigo não está esmorecido. É preciso procurar o ensejo de o bater fortemente, de o desmoralizar, de lhe abater a coragem. Nesta campanha – como em todas, afinal – o objectivo dever ser tomar a *embala* do soba. [...] Concentram-se todos na defesa do que poderíamos chamar a sua capital. Ora a artilharia presta então serviços de primeira ordem. [...] Daí em diante a guerra não oferece grandes perigos. Pode dizer-se que a resistência está expirante. Começam as deserções, os protestos de amizade, os presentes e a submissão dos sobas mais prudentes.»³¹⁵.

Por seu lado, o experiente militar colonial que já era Gomes da Costa escreveu antes da campanha, no mesmo sentido: «Fica a embala do Cuanhama a proximamente 16 horas de marcha para leste do Humbe e chama-se Quiva [ou seja, N’Giva]. Para se chegar, porém, à terras do Cuanhama tem de se atravessar o território dos *Cuamatis*, gente de má raça, bandidos que vivem de razias no nosso território e que por hábito se atribuem aos Cuanhamas. Apesar disto, porém, eu, se comandasse uma coluna, iria direito como uma bala à embala do Cuanhama, porque é aí que deve dar-se a acção decisiva, e resolvida esta, toda a gente se submeteria a todas as nossas imposições»³¹⁶.

Como vimos, não foi essa a opção de Aguiar, e tomou-a sozinho sem escutar outras opiniões, em especial as de Artur de Moraes (que já tinha servido na região), de Gomes da Costa (que aí estava em funções) e de Duarte Ferreira (cujas tarefas de chefe do estado-maior o obrigavam mesmo a tal) – mas também é provável que não tivesse forças suficientes para o fazer. Em todo o caso, o primeiro daqueles oficiais evitou pronunciar-se claramente sobre as decisões e comportamentos do comandante. Gomes da Costa escreveu a Aires de Ornelas a 10 de Julho dizendo: «Se o Eduardo Costa por aqui estivesse, ainda lhe escreveria dizendo um certo número de coisas, mas com outro não vale a pena porque não se importam com estas coisas.»³¹⁷; e em nova missiva do Humbe, a 28 de Setembro, já depois do desastre (e nomeado chefe do estado-maior interino da expedição): «Uma coluna com a força que esta tinha, se tem um comando hábil, que

³¹³ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 26.

³¹⁴ Prescrita, em termos gerais, pelas *Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África*, publicadas no *Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola* nº 49, de 5.Dez.1903: 749-755.

³¹⁵ “O desastre do Cunene: uma opinião”, *Revista do Exército e da Armada*, Vol. XXIII, Jul.-Dez.1904: 309.

³¹⁶ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 152.

³¹⁷ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 189.

a tornasse sólida e homogénea, nada disto sucederia. Eu não percebo que se desse o comando de uma coluna destas a um homem sem precedentes que justifiquem a concessão do mando.» E, ao seu modo caserneiro, termina: «Estou maluco! Adeus!»³¹⁸. Quanto a Duarte Ferreira, não são conhecidas tomadas de posição escritas suas, mas terá sido certamente um discordante aberto de muitas das decisões do comando. Lembramos que votou (ou instigou?) a retirada do Pembe para o Humbe no dia 25; que tomou igual posição no dia seguinte advogando o recuo até aos Gambos; que no dia 27 abandonou a coluna sozinho (e provavelmente o comandante preferiu vê-lo pelas costas), pondo-se a caminho de Moçâmedes onde se encontrava o governador-geral, de quem era genro; que se supõe ter sido ele a alimentar dali as correspondências para *O Século*, em Lisboa, atribuindo as principais culpas do desastre ao comandante Aguiar³¹⁹; que, uma vez no quartel-general do governo-geral, voltou a exercer as importantes funções de chefe do estado-maior da província³²⁰; e que decerto foi ele que informou directamente Custódio Borja de um conjunto de acusações que este reproduziu num longo relatório manuscrito enviado ao ministro com data de 19 de Outubro³²¹. O seu conteúdo e o exame das datas e locais que referenciam os movimentos do capitão Duarte Ferreira dão toda a verosimilhança a esta interpretação.

Este relatório de Borja para Lisboa é acabrunhante para a competência e mesmo para o carácter de João Maria de Aguiar. Entre várias expressões pouco dignificantes, este é criticado por: ter definido um itinerário de marcha sem água ou de salubridade duvidosa, marchando “às cegas” (isto é, sem informações) em território adverso; ter fraccionado a coluna na travessia do Cunene em 19/20 de Setembro expondo-se a um ataque; hesitar na ocupação do morro fronteiro à posição do quadrado no Pembe; e ter deixado em reserva e talvez retardado a utilização na operação da 12^a companhia indígena (de Moçambique). O governador-geral considera, ademais, terem sido «erros graves» do comandante da coluna, além do número insuficiente de “auxiliares” devidamente seleccionados (já acima referido): a época adiantada do ano para a realização das operações; o «reconhecimento ofensivo» do dia 25, pela sua inutilidade (repetindo o do dia 23), dividindo “quase ao meio” a força disponível e arriscando-se a um oportuno aproveitamento táctico pelo inimigo, como se verificou; o fraccionamento das unidades (companhias) na

³¹⁸ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 199.

³¹⁹ Ver *O Século* de 14 e 15.Nov.1904 que publica correspondências de Moçâmedes de 12 e 27 de Outubro. Duarte Ferreira chegara a Moçâmedes no dia 11. De referir que, na época, era corrente oficiais de baixa patente exprimirem na imprensa os seus pontos de vista acerca de operações militares em curso: um caso flagrante dessas práticas refere-se ao jovem Churchill, conforme é relatado no livro de Sebastian Haffner, *Churchill*, Lisboa, Expresso, 2011, p. 27-37.

³²⁰ Nesta época, não existia o cargo de comandante militar, o qual era, no fundo, exercido pelo próprio governador. Por isso, o chefe do estado-maior do quartel-general da província dispunha de um poder efectivo muito alargado, tomando decisões que fazia em seguida subscrever pelo governador e às quais todos os comandos de unidades tinham de obedecer. Pelo contrário, no caso dos navios da Armada, o comandante da divisão (ou estação) naval exercia as funções previstas na “*Ordenança*” e era ele quem superintendia todos os meios navais ali estacionados.

³²¹ AHM 2/2/9/14 (Moçâmedes, 1904).

constituição desse destacamento; e o modo como organizou a retirada do Cunene para o Humbe no fim da tarde daquele dia aziago, com o reforço bélico da rectaguarda (onde o próprio comandante se encontrava) em vez da vanguarda onde pontificava o chefe do estado-maior (pelo risco de envolvimento e intercepção pelo inimigo, já que o rio estava vadeável em vários sítios), com particular indignação de Borja pela alusão que Aguiar teria feito em telegrama de 3 de Outubro de que o capitão Duarte Ferreira seria um dos primeiros “na fuga”. Note-se que não encontramos registo desta comunicação, mas isto demonstra uma vez mais as péssimas relações pessoais existentes entre aquelas duas principais figuras da coluna, agora também com o governador-geral ao lado do chefe do estado-maior. Influiriam aqui as afinidades familiares? Ou apenas os jogos de interacção individual em clima psicológico depreciativo? Em resumo, Custódio Borja considera agora que o capitão Aguiar mostrou à evidência a sua falta de qualidades de comando em operações. Mas não se refere aos “conselhos de oficiais” que terão pressionado o comandante para retirar, primeiro no Pembe, atravessando o rio de imediato³²², e depois no Humbe – apenas referindo a «unanimidade» de opiniões existente no primeiro caso, negando o pânico ou a precipitação e antes assinalando que se tratou de «uma resolução estratégica que o exame da situação realmente indicava»³²³ e como tal fora defendida pelo chefe do estado-maior.

Poderíamos aqui chamar à colação os contributos posteriores de Eduardo Costa, Alves Roçadas e mesmo Pereira d’Eça (como chega a fazer o analista Genipro de Almeida) para averiguar que concepções – ou ideia estratégica de campanha – teriam estes reputados militares sobre o modo de ocupação dos territórios dos Ovambos. Seria, porém, alargar demasiadamente este já extenso trabalho, pelo que nos limitamos a remeter para a principal bibliografia publicada³²⁴.

B - O desempenho do comandante do destacamento e, em geral, dos seus oficiais

Apesar de já ter experiência de campanhas africanas (em Moçambique, nos Namarais e em Gaza, em 1896-97), o recém-promovido capitão Luís Pinto de Almeida demonstrou aqui não estar à altura da missão de que fora incumbido. O juízo analítico mas descendente de Genipro de Almeida não se terá enganado a seu respeito quando escreveu: «[...] O incidente [disparo de peça *Hotchkiss* por ele, estremunhado, causando baixas próprias na noite de 21 para 22 de Setembro], em si de pequena importância, ofere-

³²² Recordemos as memórias de Gomes da Costa, referindo ter sido ele a cuidar da travessia do Cunene nestas circunstâncias (Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 197-198). Aqui, é o governador-geral que afirma: «foi ainda o estado-maior que dispôs a defesa dessa passagem, e quem dirigiu a passagem do vau, difícil porque a água dava pelos peitos dos homens» (AHM 2/2/9/14: 8, verso).

³²³ AHM 2/2/9/14: 7, 3º verso.

³²⁴ Nomeadamente: Eduardo da Costa, *A Questão do Cuanhama (Sul de Angola)*, 1906; Alves Roçadas, *Relatório da Campanha dos Cuamatos no Sul de Angola em 1907*, 1910; Pereira de Eça, *A Campanha do Sul de Angola*, 1922. Pode também ver-se: Regalado, *Cuamatos 1907*, 2004; e Freire, *Olhares Europeus sobre Angola*, 2011: 127-189.

cia contudo um ensinamento proveitoso que lamentavelmente passou despercebido ao comando, ou que este em má hora não quis aproveitar, talvez para não molestar melindres pessoais. O incidente revelou que, ao capitão Pinto de Almeida, para o comando de tropas em campanha faltava, pelo menos, a imprescindível serenidade de ânimo no meio do perigo. Bom soldado, mas contra-indicado para o comando responsável e autónomo.»³²⁵.

Vários autores tentaram representar por escrito a terrível situação vivida naquela manhã de domingo 25 de Setembro de 1904 e, em particular, os comportamentos do comandante do destacamento. São meras elucubrações. Por exemplo, escreveu Bento Duarte: no meio do fumo e do tiroteio já desordenado, «que é feito do comandante do destacamento? Ele vagueia pelo interior do quadrado, perdido num distanciamento de sonâmbulo, contemplando com uma fleuma arrepiante a inexorável realização do destino». E mais adiante: «a sorte acaba por mostrar-se misericordiosa para com este homem atormentado, provavelmente já sem hipóteses de uma sobrevivência digna»³²⁶. Na realidade, os testemunhos descosidos de vários sobreviventes apontaram que Pinto de Almeida tardou na tomada de decisões em combate, que as suas ordens (de viva voz ou através do seu corneteiro) não se ouviam ou não eram prontamente seguidas pelos outros oficiais e sobretudo que tardou muito na decisão de retirada, para subtrair o destacamento ao fogo do inimigo, da posição muito concentrada e completamente a descoberto em que se encontrava.

É claro que as já referidas falta de preparação ao combate e indisciplina de fogo da tropa portuguesa tiveram um coadjuvante importante na incapacidade demonstrada pelos oficiais em se imporem aos homens sob o seu comando directo e, simultaneamente, cumprirem prontamente as ordens que lhes chegassem do comandante. É uma cadeia que, militarmente, devia funcionar e não funcionou: clareza de avaliação da situação em emergência e decisões prontas e adequadas do comando; perfeito entendimento dessas ordens pelos oficiais; e liderança directa destes sobre os soldados para, pelo fogo e a manobra táctica, se furtarem à má postura em que estava a força, no meio da clareira.

O analista coronel Genipro de Almeida considera, na sua conclusão, que «o desastre só pode ser atribuído a um erro palmar de orientação táctica empregando uma formação em massa a descoberto durante uma hora a pé firme contra um inimigo bem abrigado e em posição a pequena distância»³²⁷.

Veremos já em seguida a questão da força inimiga que dizimou o destacamento de Pinto de Almeida (que, naturalmente, tem relação directa com o que acaba de ser dito), mas podemos admitir como boa a ideia de Roçadas³²⁸ de que *uma força com o efectivo e o armamento desta nunca deveria ter sido derrotada da maneira como o foi, a não ser por culpa própria*.

³²⁵ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 22.

³²⁶ Bento Duarte, *op. cit.*: 253 e 255.

³²⁷ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 44.

³²⁸ Cita-se: «O que não oferece porém dúvida [...] é que a coluna, propriamente dita, tinha efectivo e solípedes bastantes para nunca experimentar um desastre.» (Alves Roçadas, *op. cit.*: 10).

C - O efectivo, o armamento e tática usados pelo inimigo

Passamos agora à apreciação da questão da avaliação da força militar do inimigo.

Deixemos de lado os números fantasiosos de Eduardo de Noronha³²⁹ e de certa imprensa³³⁰. Admite-se que os alertas lançados pela revista *Portugal em África* e retomados por alguns jornais tenham inquietado escusadamente a opinião pública portuguesa e sido desde logo aproveitados por adversários políticos do governo ou jornalistas tentados pelo alarmismo. Artur de Moraes também terá falado no número de 10 mil negros na mata Mucohimo ao regressar ferido ao acampamento, que Aguiar refere no seu relatório final³³¹. Com outra responsabilidade, o governador-geral informara Lisboa 4 de Julho da «importante força Cuanhamas, Evals e Cuamatos computada 20.000 homens parte armados espingardas aperfeiçoadas.»³³².

Porém, não devemos esquecer algumas informações de fonte missionária que chegaram até às autoridades portuguesas. A 5 de Outubro de 1904, de Cassinga e desconhecedor ainda do desastre da coluna no Cunene, o padre Lecomte escrevia sobre os Cuanhamas, onde acabara de assistir ao funeral do soba Weyulu: «quanto à força de que dispõe o Cuanhama, parece-me que na Europa tem sido exagerada [...]. Muitas das armas aperfeiçoadas que os Cuanhamas possuem estão em mau estado e não abundam as munições. Além disso, dos três povos mais importantes do Ovambo, é o Cuanhama o menos valente e até o considero como bastante covarde» – ideias que correspondem *grosso modo* às que já referimos de Gomes da Costa. Mas continua a sua carta o padre Lecomte: «A propósito de armamento, li nos jornais que os alemães acusam os portugueses de terem fornecido as armas com que os Damaras ou Hereros lhes estão opondo tão porfiada resistência. Isto foi desmentido até por alemães; eu posso também fornecer algumas explicações a este respeito [...]. Não há comércio algum entre portugueses e o Damaraland. Apenas têm ido alguns negociantes portugueses, muito poucos, até à Donga; fraco negócio de armas, porém teriam feito, pois os Dongas têm tantas que as vendem por uma insignificância. [...] Antes da ocupação alemã, e talvez depois, devem ter entrado no Cuanhama via Walvis Bay e Omaruru ou Cabo da Boa Esperança, bastantes armas finas, trazidas por negociantes ingleses e por *boers*. [...] mas não há só o Cuanhama, há o Cuamato, muito mais pequeno mas mais atrevido [...]»³³³. E eis uma outra correspondência de Angola que foi publicada: «Tem-se dito muita coisa e talvez exagerado a força e armamento dos Cuamatos e das outras tribos. O que eles têm é coragem, boas azagaias e podem com 10 a 15.000 homens embarçar 4 ou 5.000 soldados

³²⁹ Que já referimos ter falado em «dez mil cuamatatas admiravelmente armados e municados» no combate do dia 25 (*Op. cit.*: 364).

³³⁰ Por exemplo, no editorial d' *O Século* do dia 2 de Setembro fala-se em «50.000 indígenas aguerridos e dispostos a lutar», ou em 11 de Outubro refere-se que estariam armados de espingardas *Martini-Henry* e disporiam de 200 a 300 cavalos. E, em geral, critica-se a exiguidade a expedição portuguesa.

³³¹ Ver relatório de 6 de Outubro do governador-geral ao ministro (AHM 2/2/9/7: 69).

³³² «Confidenciais» (AHM 2/2/9/7: 36).

³³³ *Portugal em África*, Vol. 11, nº 132, Dez.1904: 743.

brancos, sobretudo se não têm cavalaria.»³³⁴. De facto, a tendência persistente entre os portugueses foi sempre a de exagerar os efectivos do inimigo africano e de vê-lo, neste caso, manipulado por agentes alemães³³⁵.

O major Eduardo Ferreira da Costa, decerto o oficial africanista intelectualmente mais bem preparado do nosso Exército, após laboriosos cálculos sobre um conjunto alargado de fontes informativas, estima que a “coligação Ovambo” (isto é, Cuanhamas, Cuamatatas, Evals e outras tribos menores) poderia então reunir um máximo de 20 a 30.000 guerreiros, dos quais apenas uns 5.000 com armas de fogo relativamente modernas, e possuindo talvez umas 200 montadas, porém usadas geralmente por chefes tribais e *lengas*, e não como unidades de combate³³⁶.

Da análise pormenorizada dos depoimentos de sobreviventes e estribando-se na racionalidade do combate militar terrestre com armas modernas, Genipro de Almeida rebate reiteradamente, pelo menos quatro vezes ao longo do seu estudo³³⁷, os números muito exagerados e o suposto armamento aperfeiçoado dos guerreiros Cuamatatas que dizimaram o destacamento de Pinto de Almeida. Genipro discorre assim sobre o dispositivo táctico do inimigo e o seu número na emboscada feita ao destacamento do dia 25: o fogo cuamato foi aberto «primeiro contra a face da frente do quadrado, a 100 ou 150m de distância, estendendo-se em seguida sobre mais de metade de cada uma das faces laterais, mas sem ameaçar directamente a face da retaguarda. A extensão da sua linha de fogo não ultrapassaria, pois, os 700m»³³⁸, embora o autor diga que o gentio mudava de abrigo a cada tiro. Considerando «talvez menos de 2 homens por metro corrente de linha», calcula que «não iria muito além de 1.000 homens o número de cuamatatas [...] todos armados de zagaias, mas talvez nem todos dispusessem de armas de fogo de sílex ou dos mais grosseiros modelos de percussão. Armas aperfeiçoadas de repetição ou carregador, ao contrário do que constava e do que propalou bem pouco criteriosamente a

³³⁴ *Portugal em África*, Vol. 12, nº 133, Jan.1905: 41.

³³⁵ Deste viés não escapa o general Pereira d’Eça em 1915, que afirma: «segundo dados colhidos em autoridades, como Eduardo Costa e João de Almeida, e as informações por mim obtidas, o seu efectivo total deveria orçar por uns oitenta a cem mil combatentes» (in *Campanha do Sul de Angola em 1915 - Relatório*, 1923: 23).

³³⁶ Referindo-se aos Cuanhamas, Artur de Moraes havia falado em 70 cavalos em 1902 e em 150 em 1904 (*Op. cit.*: 102 e 118).

³³⁷ *Op. cit.*: «[...] nem estes combatentes haviam sido armados e instruídos pelos alemães, nem o seu número se aproximava sequer da décima parte do cálculo do relatório [...]» (I: 30); «[...] os factos mostraram sem contestação possível [que o inimigo] não dispunha de atiradores tão hábeis nem de armamento tão abundante e aperfeiçoado como lhe era atribuído» (I: 47); «[...] os cuamatatas não dispunham da multidão de combatentes e menos ainda da quantidade e qualidade das armas de fogo que lhes eram atribuídas [...]» (II: 19); «[...] não ousando os cuamatatas bater-se a descoberto em circunstâncias extremamente favoráveis [durante a travessia do rio pela coluna], deveria naturalmente concluir-se que a sua combatividade, que a sua afamada valentia, estavam muito mais perto da lenda do que da realidade dos factos» (II: 19); «[...] mais uma vez mostrou com a maior evidência que não passavam de uma lenda a importância das forças, a qualidade aperfeiçoada do armamento e a combatividade atribuídas aos cuamatatas» (II: 32).

³³⁸ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 45.

imprensa de grande circulação, decerto que nem uma única. De contrário, em uma hora de fogo, com munições bastantes e com a massa do quadrado a pequena distância, não teria ficado de pé um só homem do destacamento.»³³⁹.

Quanto ao modo típico de combater dos rebeldes, o mesmo autor considera que «a tática dos cuamatos se resumia em fatigar e desmoralizar o adversário com repetidos alarmes, provocando o consumo inútil e desordenado de munições, de difícil substituição, para habilmente desenvolverem a sua acção ofensiva quando aconselhada pelas circunstâncias favoráveis do cansaço, das desmoralização e do esgotamento das munições»³⁴⁰. No mesmo sentido vai a análise que Eduardo Ferreira da Costa desenvolveu pouco tempo depois, pensando numa severa acção de submissão daqueles povos: «Os Ovambos fazem a pior espécie de guerra que aos europeus é lícito esperar em luta contra selvagens, pois é uma guerra de surpresas e emboscadas, aproveitando o coberto dos matos para incomodar com fogos e só caindo a fundo e mostrando-se a descoberto quando vêem certa a derrota do inimigo, exausto de munições ou perdido de forças. [...] Repelidos de todo, esconder-se-ão nos matos das suas terras ou nas grandes matas de Otchimboro, que se estendem a 3 ou 4 dias de marcha a leste do seu país e para onde mandam gados, mulheres, etc. em tempo de crise.»³⁴¹.

Em jeito de síntese, pela nossa parte, tentaríamos pontualizar os seguintes aspectos:

– Sobre os efectivos de guerra dos povos Ovambos, em conjunto, vários autores haviam anteriormente feito estimativas muito variáveis³⁴². As “médias ponderadas” de Eduardo da Costa (20 a 30 mil homens, 5 mil armas, 300 cavalos) são as que nos merecem mais confiança. Quanto aos Cuamatos que montaram a emboscada na “chana B” de Mucohimo, é possível que eles contassem um número situado entre o dobro e o triplo do efectivo do capitão Pinto de Almeida, ou seja, sempre superior a um milhar de guerreiros;

– A vivacidade do fogo sustentado durante cerca de uma hora contra os portugueses indica que eram decerto largas centenas os homens armados de espingarda, onde predominariam armas *Martini* (“de repetição”) mas também existiriam muitas *Snider* (lentas e difíceis de recarregar), e mesmo mais antigas³⁴³. Tanto estes como os restantes estavam ainda armados com armas brancas (sobretudo zagaias³⁴⁴, facas e mocas) que manejavam na perfeição e empregaram com grande ferocidade nos combates corpo-a-corpo durante a perseguição e para acabar com os feridos deixados no terreno;

– Quanto à tradicional “falta de pontaria” dos rebeldes africanos, ela é talvez explicável quando os seus bandos se lançavam em massa sobre a formação “em quadrado” dos

³³⁹ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 45-46.

³⁴⁰ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 22.

³⁴¹ Eduardo da Costa, *op. cit.*: 32.

³⁴² Ver Eduardo da Costa, *op. cit.*: 22-29.

³⁴³ Segundo vários testemunhos e telegrama de Aguiar de 4 de Outubro (“Confidenciais” AHM 2/2/9/7: 65).

³⁴⁴ Seriam possivelmente o tipo de zagaias curtas, impostas por Chaka Zulu aos seus guerreiros.

européus, sendo frequentemente referido que a maior parte das balas zumbia por cima das cabeças dos soldados. No combate de 25 de Setembro isso só em parte se verificou, com muitos Cuamatos a fazerem fogo parados e de joelho em terra, e daí provavelmente a maior eficácia dos seus disparos (sem esquecer a prática que tinham de caçar com espingarda);

– Apesar dos testemunhos referindo a abundância de munições, é de crer que o inimigo tivesse grandes limitações neste domínio. As suas próprias cartucheiras mostram que cada homem só disporia de algumas poucas dezenas de munições³⁴⁵, decerto muito inferiores às 120 que traziam os soldados brancos, ou mesmo as 60 com que estava municiada a infantaria indígena. E não há notícia de que tivessem “trem de combate” ou reservas transportáveis;

– A despeito da mobilidade de posicionamento detectada por Genipro de Almeida, o fogo dos guerreiros Cuamatas terá sido quase sempre feito a coberto de abrigos (montes de *salalé*, árvores de porte, pequenos relevos do terreno) ou pelo menos da “máscara” que constituía o capim alto e os escondia da vista dos atiradores do quadrado – ou seja, em posições mais pausadas e de espera. No entanto, é de desconfiar da referência feita por certos sobreviventes de que haveria “atiradores especiais” (*snipers*) empoleirados nas árvores, visando especialmente os oficiais. Estes caíram em grande número mas, a curta distância, não seria difícil identificá-los pelas ordens que davam, os distintivos e talvez o próprio fardamento diferenciado do das praças³⁴⁶;

– As flagelações ao acantonamento, a observação do itinerário e da tática de progressão usados pelo reconhecimento ofensivo de Gomes da Costa no dia 23 e a silenciosa preparação da emboscada de 25 (sem se ouvir o habitual “bater da *cua*”³⁴⁷ que chamava os guerreiros ao combate) mostra a intencionalidade e o cuidado posto nesta acção de surpresa, para causar grande impacto sobre a coluna de operações e fazê-la desistir dos seus propósitos. O que implicou certamente grande concertação entre *lengas* e preparação espiritual dos guerreiros, que não exclui o recurso à toma de algum tipo de substâncias excitantes;

– Uma vez destroçada a formação defensiva do destacamento e iniciada a sua retirada, bastante caótica, os Cuamatas puderam então dar todo o azo à sua índole guerreira, caindo sobre os fugitivos individuais ou em pequenos grupos, massacrando-os, aposando-se das suas armas e mesmo despindo-os (como foi testemunhado), o que mostra o carácter bandoleiro das suas acções, não muito diverso daquelas que praticavam nas

³⁴⁵ Ver imagem em Freire, 2011: 113.

³⁴⁶ O nº 18 da ordem de marcha do início da campanha do capitão Aguiar, a 18 de Setembro, refere que «É permitido aos oficiais montados o uso do dólman de pano» (AHM 3/7 Cx. 3.519 - 2º vol.: 201), que era de cor azul, contrastando bastante com os tecidos de brim (esbranquiçado) ou de caqui (amarelo torrado) dos uniformes das praças. Mas, realmente, não sabemos como ia vestido no dia 25 o destacamento de Pinto de Almeida.

³⁴⁷ Aqui, tambores de guerra e de festa.

razias e rapinas que vinham fazer às imediações do Humbe, do Mulondo ou mesmo de Cassinga;

– Também o facto deste saque de vencedores – e provável festejo exuberante nas suas aldeias – se ter logo sobreposto a qualquer aproveitamento tático do êxito conseguido no dia 25, desperdiçando a posição fragilizada da coluna na nova transposição do rio e o seu péssimo estado anímico, mostra quão elementar eram os conceitos dos seus chefes (e a vontade que conseguiam impor aos homens), em termos de guerra moderna;

– Os cavalos que estes povos possuíam (e que empregavam nas suas habituais razias) não foram minimamente usados aqui. Outrossim, viram acrescentado o seu rebanho das 27 mueres que foram dadas como extraviadas pelo comando português³⁴⁸. Em telegrama do governador-geral para Lisboa de 6 de Outubro fica-se a saber que 282 armas e talvez 2.000 cartuchos³⁴⁹ ficaram em poder do inimigo, além das duas peças de artilharia, que porém não terão sabido aproveitar, sequer para a defesa de *embalas*, pois os seus restos foram encontrados no mato pela expedição de Roçadas em 1907;

– Por total ausência de informações, há diversas questões que ficam sem resposta. Uma delas, importante, é a dos desertores da força portuguesa no dia 25. Refiro-me aos soldados das companhias indígenas e aos “auxiliares”: apesar de relatos que referem estes comportamentos, não é claro para onde fugiram eles nem quantos terão sido. Estariam incluídos nos “extraviados” das primeiras horas e dados depois por mortos? Os antagonismos entre os “auxiliares” Humbes e os Ovambos seriam superiores aos castigos que a tropa lhes impunha pelas deserções? Outra questão não esclarecida é a da “coligação Ovambo”. É certo que o feito guerreiro do vau de Pembe e da mata de Mucohimo foi da exclusiva responsabilidade dos Cuamatas. Mas envolveu as gentes de guerra dos dois sobas, o Pequeno (emبالا em Mogogo) e o Grande (esta em Naloeque), ou só apenas o primeiro, cujas terras a expedição estava pisando? De modo mais alargado, mesmo sem a participação de guerreiros, colaboravam estas tribos entre si na troca de informações relativas à força e movimentação dos portugueses? E qual era o grau de proximidade, entrega de armas e troca de informações destes Ovambos com os Hereros que, do outro lado da fronteira, se batiam bravamente contra o exército alemão? Finalmente, desconhece-se em absoluto as baixas causadas pelas armas portuguesas na hoste adversária. O guia aprisionado e solto dois dias depois disse que teriam sido numerosas mas é impossível tentar uma quantificação das mesmas.

D - A desmoralização, a imperícia do fogo de artilharia e o encerramento da campanha

A reacção no acantonamento quando chegaram as notícias do morticínio foi de descontrolo, tanto dos comandos como dos soldados. Relembre-se a saída a galope de Aguiar e Gomes da Costa até à orla da floresta (e retorno), o pânico gerado entre os

³⁴⁸ “Confidenciais” AHM 2/2/9/7: 55 e 57.

³⁴⁹ “Confidenciais” AHM 2/2/9/7: 70.

homens de que o grosso da coluna fosse por sua vez ali atacado junto ao rio e as actuações pouco decisivas dos pelotões dos capitães Salgado (da companhia europeia) e Veiga (da 15ª indígena) que ajudaram fugitivos e recolheram feridos e corpos já cadáveres, não tendo enfrentado Cuamatás. Praticamente ignorado no relatório do comando, o pelotão do alferes Melo (da “europeia”) terá sido o que mais se internou na floresta, repelindo perseguidores negros e ajudando a salvar vários soldados³⁵⁰.

Já referimos no ponto da actuação da justiça militar em que Abóbora, Aguiar, Gomes da Costa e Duarte Ferreira foram todos envolvidos na delicada questão do fogo de artilharia, ocorrido pelas 10H. É impossível esclarecer as responsabilidades pessoais incorridas nesse dia 25 quando aquela granada caiu na orla da floresta e matou mais de 20 portugueses em fuga. As inquirições, acareações e discussões giraram em torno de dois pontos: quem deu a ordem de fogo e porquê um dos disparos causou tamanho prejuízo. A acusação de Aguiar não ter dado ordem de prisão ao alferes Abóbora após o acontecido parece ter sido rapidamente esquecida durante a audiência e menosprezada pelo júri. A má regulação do tiro ou falha-de-fogo ficaram manifestamente impossíveis de avaliar *a posteriori*, com Abóbora a afirmar ter regulado a alça correctamente (1.500m, segundo uns, 1.800 segundo outros) e vários a admitir falha parcial da carga da pólvora ou defeitos no projectil, deixando escapar gases para diante. O que fica patente nestes documentos é, mais uma vez, a confusão emocional que se gerou no acantonamento ao aperceberem-se que o destacamento havia sido desbaratado, com provável sobreposição de ordens por parte de vários oficiais de posição superior: Aguiar, Gomes da Costa e o chefe do estado-maior Duarte Ferreira, pelo menos. Em seguida, verificou-se o habitual mas lamentável jogo de “passa-culpas”³⁵¹. Neste ponto, tendo em vista a falta de provas concludentes, compreende-se a absolvição judicial, ficando o caso remetido para a categoria de “incidente”.

As votações e conselhos de oficiais, e as decisões de Aguiar acerca da retirada, no Pembe e no Humbe foram envolvidas na mesma disparidade de relatos, ou mesmo no seu silenciamento. Mas, em contraste com as manifestações indisciplina ou de balbúrdia, Contreiras Júnior descreve que: «A serenidade dos oficiais – que não faziam caso da má disposição de espírito, da perplexidade e da indecisão do Governador Aguiar – concorria, contudo, para fortalecer o moral das tropas. Encorajava-as, principalmente, a firmeza e o sangue-frio de Gomes da Costa que, entre outras atitudes, tomou a de convocar o conselho de oficiais para se resolver em face das circunstâncias. [...] E resolveu-se a retirada em boa ordem para a fortaleza do Humbe, resolução que foi aprovada por unanimidade.»³⁵². Pela sua condição de praça da Armada, terá aqui apenas reproduzido o sentimento que maioritariamente percorria os homens da fileira, que, como já citámos, tinham grande

³⁵⁰ Segundo o testemunho de Contreiras Júnior, só à noite atravessou o Cunene, quando a coluna estava já a caminho do Humbe.

³⁵¹ Entre muitos outros exemplos possíveis, refira-se uma carta do alferes Abóbora a Gomes da Costa escrita a 28 de Janeiro de 1905 no Lubango assegurando não ter sido ele quem lhe deu a ordem de tiro “mortífera”: «pode o meu capitão ficar descansado [...]» (AHM 3/7 Cx. 3.519 - 3º vol.).

³⁵² Contreiras Júnior, *op. cit.*: 25.

admiração por este militar, que falavra grosso e sem meias-palavras. Como é que isto se passou? À vista e ouvido dos soldados? No interior da grande tenda do Quartel-General? De modo minimamente organizado, com actas, etc.? Ninguém foi capaz de esclarecê-lo. Foram os oficiais que começaram espontaneamente a reunir-se, intimando depois o comandante a comparecer ou enviando-lhe uma espécie de ultimato? Neste caso, estaríamos perante uma gravíssima infracção disciplinar ou mesmo criminal! Foi Aguiar que os convocou, de modo mais ou menos formal? Qual a argumentação aqui desenvolvida pelo chefe do estado-maior e por Gomes da Costa? O certo é que todos os telegramas e relatórios produzidos que chegaram até Moçâmedes ou Lisboa são silenciosos a este respeito. E, no entanto, este terá sido um ponto crucial, sobre o qual sabemos apenas da unanimidade da opinião dos oficiais e das posições finalmente assumidas pelo capitão Aguiar, lamentando a primeira decisão (“nada mais poderia fazer”) e fazendo prevalecer a sua no caso da permanência no Humbe.

Por último, quanto ao encerramento da campanha já no mês Outubro, ela compreende-se perfeitamente devido às condições metereológicas e ao estado de depauperamento sanitário da coluna, que só poderia ir agora piorando³⁵³. Um telegrama de Gomes da Costa (novo chefe do estado-maior da coluna) para o governador-geral, a 3 de Outubro, é elucidativo a este respeito: «Chuvas começaram. Toda a coluna em bivaque. Dentro 15 dias não haverá 50 homens válidos. Como amigo, previno V.Ex.^a de que este desastre será terrivelmente maior do que o anterior porque julgo possível uma insubordinação das tropas desmoralizadas. Retirar coluna para Lubango é indispensável e não oferece perigo algum para esta região porque o inimigo não atacará e muito menos quando o rio encher. Basta deixar aqui as duas colunas indígenas, 20 cavalos, guarnições para 2 peças. Se V.Ex.^a não julgar razoável este modo de ver, peço-lhe que me chame aí, porque minha presença aqui é absolutamente inútil e aí talvez lhe possa ser útil.»³⁵⁴. Especulativamente, pode pensar-se que, se tivesse sido este oficial a exercer o comando da coluna, o desastre talvez não tivesse acontecido.

Contra a opinião dos oficiais, a povoação do Humbe não foi abandonada pela coluna, apenas se reforçando as suas defesas próximas. Além disso, os indígenas Humbles eram então considerados como leais aos portugueses, apesar de Luhuna, «um dos fidalgos mais preponderantes» da zona³⁵⁵, andar a monte e só ter sido preso no Outono de 1905³⁵⁶. Depois de melhoradas as condições de aquartelamento nos Gambos³⁵⁷, o governador-geral ordenou uma redistribuição das forças militares naquela região, aliviando a presença no Humbe e colocando ou reforçando as reservas nos Gambos, na Chibia,

³⁵³ Até à última guerra colonial (1961-74), era ponto assente para os estados-maiores das forças terrestres que as campanhas militares deviam ter lugar apenas na época do cacimbo, isto é, entre Abril e Setembro.

³⁵⁴ Carlos Gomes da Costa, *op. cit.*: 171-172.

³⁵⁵ *Portugal em África*, Vol. 12, Nº 143, Nov.1905: 719.

³⁵⁶ Acusado de traição e instigador de revoltas (*Portugal em África*, Vol. 12, Nº 144, Dez.1905: 796).

³⁵⁷ Vide, por exemplo, o telegrama enviado para Lisboa a 24 de Outubro (AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiadador ANG 700).

no Lubango e nos fortins existentes no Quiteve, Quipungo, Capelongo, Ganguelas e Ambuelas³⁵⁸. As operações de guerra só seriam retomadas no ano seguinte, já com Alves Roçadas e outro governador em Luanda.

Em síntese: na nossa opinião e ponderados criticamente todos estes elementos de informação, podemos concluir que, no desastre de 25 de Setembro, teve um *papel decisivo* a deficiente acção de comando do destacamento, muito principalmente, a do capitão Pinto de Almeida. É Genipro de Almeida quem afirma: «a determinante capital do desastre de 25 de Setembro de 1904 deve encontrar-se na imobilidade do quadrado a descoberto, durante uma longa hora, sob o fogo do inimigo, erro de orientação táctica consequente da deficiente preparação do capitão Pinto de Almeida para o comando de destacamentos mistos»³⁵⁹. O capitão Pinto de Almeida não sobreviveu para nos trazer a sua versão do desastre militar da “chana B”. Mas, pelo que nos foi possível apurar, a principal causa da derrota situa-se nas suas decisões (ou melhor as suas indecisões) no momento álgido do combate. Pagou com a própria vida estes erros, mas ficou também responsável pelas mortes de grande parte dos seus subordinados e pelo prejuízo colectivo que adveio desta derrota.

Tiveram igualmente *efeitos contribuintes* para esse péssimo desfecho para o lado português mais os seguintes factores:

– Para a hipótese de querer chegar mesmo à N’Giva do chefe Cuanhama, a expedição era manifestamente curta; mas era suficiente para meter o pé em território dos Cuamatatas, ocupá-lo com postos e posições fortificadas, preparando um posterior avanço para o outro objectivo. A má explicitação dos objectivos (e o próprio título dado à campanha) concorreu para esta indeterminação e nela têm responsabilidades o governo central, o governador-geral e o governador do distrito da Huíla, capitão Aguiar, sobre cujas informações as outras autoridades decidiram;

– Algo de parecido se pode pensar da data em que se iniciou a campanha, muito tardia e perto do início das chuvas. É provável que ao governo de Lisboa e ao governador-geral em Luanda coubessem as maiores responsabilidades neste atraso, mas o comandante da coluna deveria ter avaliado de maneira mais realista – e drástica, pela demissão, se necessário – as condições em que iria iniciar as operações;

– A estratégia geral de penetração em território inimigo, a escolha do itinerário e mesmo o estabelecimento de um estacionamento-base além-Cunene, no vau de Pembe, não merecem especiais reparos. Se olharmos para os planos de campanha de Roçadas em 1907 (que só enfrentou os Cuamatatos) e mesmo de Pereira d’Eça em 1915 (que finalmente submeteu os Cuanhamas) vemos que eles não se diferenciam essencialmente do de João Aguiar. Os meios militares portugueses é que foram então muito aumentados (porque Lisboa não toleraria um segundo fracasso) e – outro factor importante – a época

³⁵⁸ Telegrama de 27 de Outubro (AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiador ANG 700).

³⁵⁹ Genipro de Almeida, *op. cit.*: II: 49.

do ano escolhida foi mais adequada, embora o problema do abastecimento de água (que tanto preocupara Aguiar e Gomes da Costa) se tivesse voltado a pôr da maneira mais aguda;

– Apesar de ser visto com um consciencioso administrador colonial, o capitão Aguiar revelou aqui não ter as qualidades necessárias para comandar uma operação desta natureza e envergadura. São particularmente merecedoras de crítica: o seu estilo de liderança e de relacionamento com a sua oficialidade; a nomeação da pessoa do capitão Pinto de Almeida para chefiar o destacamento do dia 25; a missão que prescreveu a esta força; a reacção, hesitante e tímida, com que fez actuar o grosso da coluna aos primeiros sinais do desastre; e a maneira como terá permitido os tais “conselhos de oficiais” nos dias 25 e 26;

– Outras causas mais longínquas podem ser invocadas, complementarmente. A crença na tática do quadrado, que tão grandes resultados haviam permitido na campanha de Gaza (mas já não nos Namarrais), e que as regulamentações militares terão ajudado a “sacralizar”, será uma delas, a inscrever a débito dos especialistas de estado-maior. Outra, a escassez e falta de montadas de qualidade das tropas de cavalaria, da responsabilidade governamental. E fica ainda na sombra a questão das relações pessoais entre o governador-geral e o chefe do estado-maior da coluna, pelo desempenho que este revelou no exercício do cargo;

– Finalmente, também se pode concluir que o processo judicial que levou até à barra dos tribunais militares o comandante João Maria de Aguiar e o oficial subalerno Mendes Abóbora traduziu de maneira muito deficiente esta identificação de responsabilidades, tanto nas fases da investigação como na da formulação do sumário de culpas e ainda nas decisões finais tomadas pelo júri.



Guerreiro Cuamato (AHM-FE-110-B2-PQ-35-32)

5. JOÃO ROBY E A ACÇÃO DA MARINHA

5.1 João Roby: homem complexo, herói romântico

A folha de serviços que João Roby prestou nas campanhas de ocupação de Moçambique é muito elucidativa da sua personalidade. Como guarda-marinha (posto a que acedeu em 17 de Outubro de 1895, antecedendo a entrada no oficialato), embarcou na lancha-canhoneira *Lacerda* no final da campanha contra o Gungunhana em 1895-96, navegando pelo rio Incomati. Depois, em 1897, no norte da província, participou na segunda fase da campanha contra os Namarrais dirigida por Mouzinho, integrando a companhia de marinha comandada pelo primeiro-tenente João Azevedo Coutinho e tomando parte nos combates de Naguema e Ibrahim, a 3 e 6 de Março, respectivamente. Este seu chefe directo escreveu a respeito do comportamento tido na acção bélica: «Entrou com o 1º pelotão nos combates de Naguema e Ibrahim, distinguindo-se nos dois pelo modo como conduzia a sua secção ao fogo. Distinguiu-se sobretudo no Ibrahim, onde a sua secção avançou sob fogo mais vivo em atiradores, dirigindo-os e conduzindo-os muito bem.»³⁶⁰. Apesar disto, no relatório desta campanha, Mouzinho, depois de propor louvores e condecorações para vários militares individualmente considerados, acrescenta apenas: «Devem ser elogiados por terem sempre cumprido o seu dever, embora não tivessem ocasião de ser distinguir, os seguintes oficiais [...]», seguindo-se uma longa lista de 67 nomes (praticamente todos os que haviam participado na campanha) entre os quais figura o do guarda-marinha João Roby.

Logo de seguida, a mesma unidade de marinha toma parte na nova campanha de Gaza, contra o soba resistente Maguiguana, tendo Roby marchado com o 2º pelotão da companhia de marinha, assegurando a “guarda de rectaguarda” da coluna e vindo a participar no combate de Macontene travado a 21 de Julho de 1897. A primeira missão, o jovem tê-la-á recebido com decepção, pois escreverá a seu pai: «Eu tinha a meu cargo a guarda de rectaguarda e saí portanto bastante desconsolado, pois esperava que a minha face não fosse atacada; felizmente não sucedeu assim.»³⁶¹; mas a segunda ocasião é-lhe mais favorável: «Aqui o inimigo ataca frente a frente; a gente vê-os cair e isso influi-nos muito mais. [...] o fogo de todo o quadrado era feito por descargas de secções [...] empolgou-me como a todos as responsabilidades do comando. Só tratava das alças e das pontarias [...]; o fumo de tanta arma envolvia o quadrado por forma que às vezes se não via o inimigo [...]»³⁶². E pode confirmar: «Cada vez gosto mais das nossas praças em geral; não pode haver nada mais valente, mais sofredor e mais adaptável a todas as circunstâncias da vida que o marujo português.»³⁶³. De facto, na Ordem Geral nº 11 mandada publicar por Mouzinho nessa mesma noite são louvados, colectivamente mas

³⁶⁰ Mouzinho de Albuquerque, *A Campanha contra os Namarraes*, 1897: 103.

³⁶¹ *Apud* Martins, 1952: 211.

³⁶² *Ibidem*: 211-212.

³⁶³ *Ibidem*: 213.

nominalmente identificados, 8 oficiais (entre os quais Roby), mais os sargentos e praças de infantaria e da Armada «pela maneira por que durante o combate foi mantida a disciplina dos fogos, tão indispensável, tanto para a eficácia do tiro, como para evitar o dispêndio de munições.»³⁶⁴. Não era ainda um reconhecimento individual, pois no relatório final, o governador Mouzinho apenas volta a escrever: «Merecem ser elogiados pela forma como cumpriram o seu dever, embora não houvessem tido a ocasião de se distinguir, os seguintes oficiais [...]»³⁶⁵ com o nome de João Roby inserido na lista dos 22 nomeados. Mas Roby gostara desta nova experiência de fogo, acrescentando em *post-scriptum* na citada carta: «Não falo de mim. Fiz o mesmo que os outros, cumpri bem o meu dever e não envergonhei o nosso nome, pode ficar certo disso»³⁶⁶. Como veremos adiante, o conceito de vergonha (enquanto indignidade) teria um lugar especial, por oposição, entre os valores morais que o orientavam. E a notícia da sua promoção (por escala de antiguidade) a segundo-tenente a 11 de Agosto, ainda no decorrer desta campanha, deve ter-lhe sabido como um bom prémio.

Por afinidades aristocráticas, simpatia de carácter ou reconhecimento de qualidades profissionais, o mesmo Azevedo Coutinho, que governava então o distrito da Zambézia (com sede em Quelimane), chamou-o para a campanha por ele desencadeada em 1898 para obter a submissão da Maganja da Costa, onde ainda subsistiam práticas de tráfico escravagista e urgia vingar o assassinato do capitão-dos-portos Simeão de Oliveira, ocorrida algum tempo antes. A João Roby foi atribuído o comando da secção de artilharia da coluna, consistindo em uma peça B.E.M. de 7cm e duas *Hotchkiss* de 42mm. As operações decorreram entre Maio e Agosto e, sem grandes combates frontais, concluíram-se pela submissão da região, razias sobre culturas e povoações, com os chefes a virem “pedir pé” e os *chicundos* (ou sipaios locais, às ordens dos mestiços “capitães” dos prazos) a entregarem centenas de armas que usavam para proveito próprio. Em carta posterior a sua mãe, escreveu: «O Coutinho propôs-me para cavaleiro da Torre e Espada; não merecia tanto nesta guerra onde ninguém se pôde distinguir; como, porém, o mereci nos Namarrais e em Gaza e não o tive, aceito-o sem pejo de mo darem; de resto, ainda que não mostrasse valor, creio ter pelo menos mostrado energia marchando quinze dias pelo mato, descalço até ao joelho e com as pernas entapadas em ligaduras por ter sete feridas nos pés»³⁶⁷. De facto, recebeu por isto a sua primeira Torre e Espada.

A segunda, agora com o grau de oficial desta Ordem Militar³⁶⁸, veio em 1902, pela participação tida na campanha do Barué, de novo sob o comando de João de Azevedo Coutinho, ainda governador da Zambézia e que ascenderia ao posto de capitão-tenente da Armada no final dessa campanha. Roby foi nomeado subchefe do estado-maior da

³⁶⁴ Mouzinho de Albuquerque, *Livro das Campanhas*, 1935: 352.

³⁶⁵ *Ibidem*: 372.

³⁶⁶ *Apud* Martins, 1952: 213.

³⁶⁷ *Apud* Martins, 1952: 214.

³⁶⁸ Sob a Monarquia constitucional, a Ordem da Torre e Espada foi generosamente atribuída a combatentes destemidos, mas também a outros militares, diplomatas, governantes, etc. Entre 1833 e 1910 houve nada menos de 5.664 agraciados, o que dá uma média de 73 por ano (Freire, 2013: 154).

coluna de operações, assessorando o capitão João Mendonça Gaivão, que era parente de Mouzinho. A campanha atingiu os objectivos em vista de controlo de toda essa região da alta Zambézia vizinha à Gorongosa, com um combate mais duro em Missongue a 28 de Agosto, e a acção de Roby mereceu a seguinte apreciação de João Coutinho no seu relatório final: «O 2º tenente da Armada, João de Faria Machado Pinto Roby de Miranda Pereira, subchefe do estado-maior, oficial que ainda muito novo começou em África a dar provas de coragem e actividade, tendo feito as campanhas, dos Namarrais, Gaza e Maganja da Costa, desempenhou activamente o cargo para que o nomeei, coadjuvando o chefe do estado-maior. Em Missongue, carregando ao lado do pelotão de cavalaria, que desbaratou as *ensacas* do Cabedendere, juntou à sua folha de serviços esse facto, talvez único em oficiais da Armada.»³⁶⁹. Terá João Roby beneficiado da simpatia pessoal de Azevedo Coutinho? Mas note-se: *carregou a cavalo*, certamente com o revólver *Abadie* à cinta, restando saber se empunhava a sua fina espada de marinha ou um pesado sabre de cavalaria emprestado, tal como viria a acontecer na manhã fatal de 1904 no Cunene!

Sobre a sua última conhecida acção de guerra em Moçambique, temos de nos valer da reconstituição feita por terceiros, por mutismo das fontes administrativas mais directas. Para castigar os sempre insubmissos súbditos do sultão de Angoche, o comandante interino da Divisão Naval do Índico, capitão-tenente Almeida Carvalho, determinou uma operação unicamente a cargo de forças de marinha, comandadas pelo primeiro-tenente Pereira de Matos, forças que actuaram em terra, em Boila e em Sarja, entre 27 de Maio e 10 de Junho de 1903³⁷⁰. Na força de desembarque em Sarja não ia incluído o tenente João Roby; Esparteiro informa-nos que Roby acompanhou voluntariamente a força, tal como outros oficiais³⁷¹; porém, segundo Ferreira Martins, ao aproximarem-se da costa as embarcações com o pessoal, «viram-no nadar velozmente para a praia, tomar pé em terra, fardado e equipado com cinturão de cartuchos, revólver, sabre, etc., erguer os braços no ar e exclamar, transfigurado pelo clarão do fogo interior do amor pátrio que o consumia: – *Havia de ser o primeiro!*»³⁷². Inexistente nos registos oficiais, ignoramos se este comportamento lhe valeu censura ou respeito, mas ele insere-se bem no conjunto de actos e ditos registados durante as campanhas militares anteriores, onde mostrara arrojo, vontade indómita de se bater e fora citado em ordens regulamentares. Devia ter o sonho de ser herói, ou de ser visto como tal, pois que em 1899 requerera ao Supremo Conselho de Justiça Militar a medalha militar de prata de Valor Militar, que indeferiu, e à Junta Consultiva do Ultramar a concessão da medalha de Serviços Distintos no Ultramar, que também lhe foi recusada, ambas por insuficiência de comprovativos³⁷³.

³⁶⁹ Coutinho, *A Campanha do Barué em 1902*: 2001.

³⁷⁰ Ali se concentraram as canhoneiras *Liberal* (navio-chefe, CT José Almeida Carvalho), *Mandovi* (1T Leote do Rego), *Bengo* (T Pereira de Matos Júnior) e *Chaimite* (2T Andrade Rodrigues) e o vapor *Baptista de Andrade* (1T João Manoel de Carvalho). Ver também Freire, *Do Controlo do Mar ao Controlo da Terra*, 2013: 195.

³⁷¹ Esparteiro, *Três Séculos no Mar*, Vol. 26: 209.

³⁷² *Apud* Martins, 1952: 216.

³⁷³ Segundo documentos de arquivo em BCM-AH Proc.º Individual Cx. 764.

Em todo o caso, além das duas Torre e Espada, João Roby obtém em 1902 a medalha de mérito naval de Espanha de 1ª classe com distintivo branco, o que tem algo de surpreendente, por não se descortinar motivo ou processo que a tal levasse. Influências diplomáticas ou pessoais? Reconhecimento internacional de acção anti-esclavagista? De facto, após a campanha do Barué e a convite de Azevedo Coutinho, Roby desempenhou os cargos de Intendente e agente consular no Lago Niassa³⁷⁴ entre Agosto de 1898 e Março de 1899. Também durante as suas estadias em Moçambique embarcou em diversas lanchas-canhoneiras que navegavam no Zambeze. E em 1903, candidata-se ao lugar e chega a ser nomeado comandante militar do Zumbo (a povoação mais a montante detida pelos portugueses naquele rio, junto à fronteira), mas desiste e não chega a exercê-lo³⁷⁵ – tudo zonas onde as relações com a Inglaterra eram delicadas e onde o tráfico esclavagista ainda se fazia sentir. Mas não se vislumbra interesse especial de Espanha nestas áreas.

A sua carreira naval, necessariamente curta, nada tem de extraordinário mas é muito variada, sucedendo-se as comissões de curta duração, explicáveis pelo posto e disponibilidade da personagem e pela escassez do efectivo de oficiais para as missões que então competiam à Marinha. Apesar das falhas e erros contidos nos registos administrativos, é possível recompor o seu itinerário. Chegou à Divisão Naval do Índico a 7 de Dezembro de 1895. Comandou a lancha-canhoneira *Lacerda* desde o dia 9 desse mês até 28 de Março de 1896 em Lourenço Marques. Embarcou em seguida na corveta *Rainha de Portugal* e na canhoneira *Quanza*. Regressa a Lisboa em Agosto de 1896 mas volta a Moçambique em Dezembro. Em 1897 fez parte da guarnição da canhoneira *Liberal*, esteve atribuído à esquadilha de lanchas de Lourenço Marques e também embarcou na corveta *Duque da Terceira*, além da participação nas campanhas dos Namarras e de Gaza. Comandou a lancha *Cuama*, no Zambeze, de Outubro de 1897 a Maio de 1898. Depois da campanha da Maganja da Costa e da comissão civil no Niassa iniciada em Agosto, regressa a Lisboa, onde já se encontra em Março de 1899. Atribuído em Maio desse ano à missão que em NewCastle seguia a construção do cruzador *D. Carlos*, integra a sua primeira guarnição, do comando do CMG Guilherme Brito Capelo, de Julho até Novembro de 1899. Presta serviço como instrutor no navio-escola *Estefânia*, fundeado no Douro, até Abril de 1901. De novo a caminho de Moçambique, desempenha interinamente o cargo de capitão dos portos de S. Tomé e Príncipe entre Maio e Julho, mas nesse mês apresenta-se de novo na Divisão Naval do Índico, após ter desistido do cargo de comandante militar interino do Inharrime que lhe propuseram. Embarca mais uma vez na *Liberal* de Agosto a Outubro de 1901. Comandou sucessivamente as lanchas *Granada* e *Diogo Cão*, no Zambeze, entre Outubro de 1901 e Abril de 1903, também comandando interinamente a esquadilha e com a campanha do Barué pelo meio. Mais uma vez de volta à guarnição da *Liberal*, de Abril a Novembro de 1903, tendo entretanto estado destacado por alguns dias na *Mandovi* e na *Chaimite* durante as operações de Sarja. Foi chefe do estado-maior interino da Divisão Naval de Agosto a Dezembro de 1903, sediado no navio-depósito Índia, na ilha

³⁷⁴ Em carta a sua mãe, Roby inclui também o cargo de «comandante militar superior do Alto Chire» (*Apud* Martins, 1952: 214) mas tal não se encontra nos registos oficiais consultados.

³⁷⁵ *Apud* Martins, 1952: 214.

de Moçambique. E comandou a lancha-canhoneira *Obuz*, no Zambeze, de Dezembro de 1903 a Julho de 1904.

Obviamente, a sua insistência em participar nas operações do sul de Angola quando viajava para descansar na metrópole (e aportou a Luanda a 24 de Agosto numa escala do paquete *Zaire*) só ganhou significado especial depois da sua morte, como se se tratasse de um “destino marcado”.

De tudo quanto se escreveu acerca do desastre do Cunene e da morte de Roby – quase sempre heroicizado, com e sem provas – interessa-nos, sobretudo, a actuação que teve e pôde ser testemunhada nesses dois dias de campanha além-Cunene.

Chegado ao estacionamento da coluna de operações do capitão Aguiar no Vau de Pembe apenas a 22 de Setembro³⁷⁶, mostrou logo a sua disposição de entusiasmo para o combate. Uma praça de marinheiros que testemunhou os factos, escreveu anos mais tarde:

«Às 5 horas da tarde, pouco mais ou menos, com grande surpresa de todos, chegaram ao acampamento o heróico 2º tenente da Armada João Roby e o médico naval Manoel João da Silveira. [...] Chegaram sorridentes, com as fardas cobertas de condecorações e poeira. Na do tenente Roby distinguia-se o distintivo de dois graus da Torre e Espada.

O tenente Roby ficou radiante ao saber que a Marinha estava representada na coluna, e exclamou para o seu companheiro de viagem:

– Ó doutor, temos gente nossa!

E abraçou o guarda-marinha [Filémon de Almeida] que se aproximara para o saudar [...].

Pouco depois, o grumete-impedido do guarda-marinha, que estava amarrado à roda de uma peça por ter cometido uma falta disciplinar, era solto a pedido do herói recém-chegado.»³⁷⁷

Logo no dia seguinte, Roby segue como adjunto do capitão Gomes da Costa na força que efectuou um primeiro reconhecimento ofensivo internando-se na mesma zona de mata onde ocorreria o massacre de 25 mas inflectindo depois para sul, em direcção ao Cuamato Grande. Salvo o próprio relatório de operações do capitão Aguiar, mais nenhuma fonte se refere a esta sua participação, sendo admissível que para ela se tenha voluntariado e constituindo, em qualquer caso, uma oportunidade de observação directa dos terrenos e aproximações ao inimigo que iria ser afrontado de novo no dia 25.

³⁷⁶ Não há qualquer registo nos documentos da Divisão Naval da presença de Roby ou do dr. Silveira até que o mapa do pessoal de 30.Nov.1905 indica que ambos, em 24 de Setembro «por determinação superior foram aumentados nesta data ao efectivo da divisão naval» e em 25 de Setembro «foram abatidos ao efectivo desta Divisão Naval por terem falecido nesta data em combate contra os Cuanhamas. Estes oficiais devem ser considerados como fazendo parte da guarnição do navio-depósito *Bartolomeu Dias* [...]», decerto por necessidades de regularização administrativa, para as famílias poderem receber as respectivas pensões de sangue. (BCM-AH Doc. Avulsa Cx. 321 – Divisão Naval do Atlântico Sul)

³⁷⁷ Contreiras Júnior, *O Massacre do Cunene*, 1937: 15-16.

Com efeito, na Ordem de Operações nº 34 ditada no bivaque de Pembe a 24 de Setembro de 1904, o comandante Aguiar determina que o capitão Pinto de Azevedo leve como seus adjuntos no «reconhecimento ofensivo às terras do Cuamato Pequeno» a realizar no dia seguinte o tenente de cavalaria Francisco Resende e o tenente João Roby³⁷⁸, que montará também a cavalo. A testemunha ocular acima referida diz-nos também que, na véspera, a preparação foi intensa para a nova acção de força, cuidando do armamento, dos equipamentos, das ferramentas para a abertura de caminhos, das peças de artilharia, da água e das munições, cujos cunhetes de reserva iam aos ombros de auxiliares africanos: «Tanto o comandante Pinto de Almeida como o 2º tenente João Roby andaram incansáveis, de um lado para o outro, dando e recebendo ordens e instruções de modo a que nada faltasse para o êxito da operação a realizar.»³⁷⁹.

Na marcha do destacamento, Roby seguiria junto do capitão Pinto de Almeida no corpo principal, sendo momentaneamente destacado para onde este achasse mais conveniente. É assim que, a pedido do capitão Artur de Moraes – comandante do comboio e que ali se encontrava apenas para marcar e anotar a futura abertura de caminhos, mas que tinha uma experiência do terreno muito superior a qualquer dos outros presentes –, ambos partem a galope em exploração e, batendo-se contra dois negros armados que os ferem, de tais detonações resultou o alarme, o romper de fogo nutrido por guerreiros Cuamatas abrigados no mato sobre a força portuguesa, que foi apanhada no descoberto de uma clareira e que se fixou como pôde na formação habitual de quadrado, com a cavalaria desmontada e as duas peças de 7cm nos cantos da face da frente. Esta cavalgada inicial acompanhando o experiente Moraes e talvez só acompanhados de uma ordenança³⁸⁰ parece conforme aos impulsos combatentes de João Roby. Porém, terá regressado para junto do comando sem participar na carga de cavalaria e dos soldados do batalhão disciplinar que, na frente, tentaram desafrontar o inimigo emboscado; pelo contrário, terá ido ao encontro dos “disciplinares”, para os remeter ao quadrado, consolidando a sua face dianteira e assegurando o fogo por descargas simultâneas e não “à vontade”³⁸¹. Também terá tentado manter a disciplina de fogo desta frente do quadrado, cada vez com menos sucesso, à medida que os homens iam caindo, as munições escasseavam, o ânimo esmorecia e a confusão se instalava³⁸².

³⁷⁸ Documento transcrito no Relatório de Operações do capitão João Maria de Aguiar de 14 de Dezembro de 1904 (AHM, 3/7/Cx. 3.519 - 2º vol.).

³⁷⁹ *Ibidem*: 20.

³⁸⁰ Nova divergência de testemunhos surge aqui, com o escrito de Artur de Moraes a ignorar a eventual presença desse soldado (Moraes, *Memórias de Angola*: 124-125) e o depoimento do alferes Pais de Almeida a indicar ter sido ele, o soldado nº 21 do esquadrão de Dragões, a matar o gigante negro que acutilara Moraes e Roby (*apud* Gastão Sousa Dias, 1945: 644).

³⁸¹ Depoimentos do sargento Leandro e do cabo 49 da companhia europeia (*Apud* Genipro de Almeida, AHM 2/2/Cx. 62, Nº 14 – 1ª Parte: 49).

³⁸² Depois de 15 ou 20 minutos de combate «o fogo dos disciplinares começava a desordenar-se, mau grado as instantes advertências do comandante do destacamento e do 2º tenente Roby.» (Sousa Dias, *op. cit.*: 644).

Recorremos aqui de novo à análise pormenorizada de Genipro de Almeida³⁸³ sobre os depoimentos recolhidos no processo de inquérito, a qual nos esclarece alguma coisa – afastando-se dos habituais panegíricos –, acerca da controversa *ordem de retirada*, a qual, pela maneira como foi dada e pior ainda executada, terá ditado o início do descalabro do combate para os portugueses. Em seguida – porque a ela está muito rapidamente ligada –, procuraremos equacionar as circunstâncias mais prováveis da morte de João Roby.

Afirma no seu trabalho Genipro de Almeida que «[...] julgando urgente uma resolução, por começarem a escassear as munições, o 2º tenente Roby aconselhou a retirada ao comandante que, não se acordando com a sugestão, respondera que ainda havia muita pólvora.»³⁸⁴. Idêntica sugestão terá sido feita nessa altura pelo capitão Artur de Moraes³⁸⁵. O médico Silveira ter-lhe-á também dito que já não tinha onde instalar os feridos³⁸⁶. Seriam talvez 8H,15m quando, após três-quartos de hora de combate, o capitão Pinto de Almeida se resolveu à retirada, ordenando-o, porém, de maneira muito equívoca e pouco expressa. Há quem refira um toque de clarim (ou de corneta?)³⁸⁷, pouco audível no meio da fuzilaria. Mas é “a ordem” que suscita mais desencontros da memória retida pelos combatentes: o sargento Aristides (da 6ª companhia indígena), os cabos 49 e 54 da companhia europeia e alguns “disciplinares” referem que a ordem de «Retirar!» foi efectivamente dada pelo comandante, e o soldado 788 (da 2ª mista) diz mesmo que terá sido «Retirar em quadrado!». Em oposição a isto, afirmam o capitão Moraes e o alferes Pais de Oliveira que terá sido um simples «Vamo-nos embora» ou, conforme o soldado 788 (da 2ª mista), um «Rapazes, vamos retirar»³⁸⁸.

³⁸³ AHM 2/2/ Cx. 62, Nº 14.

³⁸⁴ Segundo os depoimentos do soldado nº 782 da 2ª companhia mista de infantaria e artilharia e de diversas outras praças da 16ª companhia indígena (*Apud* Genipro de Almeida, AHM 2/2/ Cx. 62, Nº 14 – Iª Parte: 50). Ao que, na sua prosa romanceada, Bento Duarte acrescenta: «Quando o doutor Silveira lhe implora que convença o comandante a retirar, responde: *Eu já lhe disse para retirarmos, mas ele não me disse nada. Não sei o que ele quer fazer*. Roby exaspera-se, interpela outra vez Pinto de Almeida: *Capitão, é melhor retirarmos, quando não ainda ficamos aqui todos.*» [...] Roby, no auge da impaciência e do desalento, presentindo a voz final das lengas, diz nessa altura o impensável ao seu superior hierárquico: *Se não sabe comandar, entregue-me o comando, capitão!*» (Duarte *op. cit.*: 254).

³⁸⁵ Moraes, *op. cit.*: 126. O escritor Eduardo de Noronha escreveu mesmo: «O capitão Moraes aproxima-se do seu colega Pinto de Almeida, comandante da força e diz-lhe: – É grave a emergência. Não há já com que responder ao fogo do inimigo. Convém retroceder para o acampamento em boa ordem. A companhia europeia, que ainda não combateu, deve possuir cartuchos para cobrir o movimento, executado por lanços. Pinto de Almeida concorda. Soa um toque de corneta, mas tão mal entoado, tão omissivo, tão confuso, tão pouco estridente, que quase ninguém o ouve. [...]» (Noronha, *Em Redor de África*, 1924: 366). Mas este relato não merece grande credibilidade, dado o estilo grandiloquente do autor, como já assinalámos.

³⁸⁶ *Apud* Genipro de Almeida, AHM 2/2/ Cx. 62, Nº 14 – Iª Parte: 50-51.

³⁸⁷ Na época, só a cavalaria usava clarins. E nas listas de militares prestando serviço em Angola só aparecem referências de corneteiros, não de clarins (AHU – SEMU – GM – 4ª Rep.Mil. Cx. 4 1904-1905 Gerais ANG 967 Proc. 208F/1904).

³⁸⁸ Tudo em Genipro de Almeida, AHM 2/2/ Cx. 62, Nº 14 – Iª Parte: 51. No seu registo literário, Bento Duarte escreve: «Ó rapazes, vamos a retirar, venham fazendo sempre fogo e fazendo barulho.» (*op. cit.*: 254).

Enfrentando directamente as dificuldades desta decisão e como especialista militar, o coronel Genipro de Almeida opina assim: «a situação parece que impunha uma ofensiva audaz ou então, sem perda de um instante, a ordem de retirada à procura de posição mais defensável do que a chana ocupada, completamente a descoberto em todas as direcções e batida a pequena distância por um adversário bem abrigado.» (I: 47). O adiamento, por cerca de meia-hora, de uma destas decisões terá tido consequências fatais para o decurso da acção.

Como quer que tenha sido, a retirada iniciou-se com a face da rectaguarda a proteger o recuo dos homens e sustentando o principal do fogo contra os perseguidores, cada vez mais perto. Assim, de forma bastante desordenada, o conjunto voltou à mata de espinheiros retrocedendo pelo caminho anteriormente percorrido. Nessa retirada, pioraram muito as coisas, para os portugueses. O referido analista escreveu: «Deve esclarecer-se que um sargento de dragões depõe que, durante a debandada, muitos “disciplinares” se agarravam à muar montada pelo depoente pedindo para não serem abandonados. Presume-se, pois, que não seriam em grande número as muares tresmalhadas sem cavaleiros quando tão procurado era este meio de salvação.»³⁸⁹.

O principal da descomposta formação de combate dos portugueses começou a reentrar finalmente na chamada “chana A” já perto das 9H, ficando, portanto, de novo a descoberto e já sem sombra de coerência defensiva nem ânimo para se bater. Terá sido por esta altura que, alegadamente, foi soltado o grito de “Salve-se quem puder!”, que deu também origem a testemunhos muito desencontrados e que julgamos valer a pena cotejar³⁹⁰. Citamos mais extensamente o trabalho de Genipro de Almeida:

«Refere ainda o capitão Moraes que ao cabo da sua caminhada de 15 minutos a pé encontrara sentado em um tronco de árvore o 2º tenente Roby e que, montando os dois, cada um em sua muar tresmalhada que o acaso lhes oferecia, o capitão tomara o caminho do acampamento enquanto que o 2º tenente, de espada desembainhada, voltou para trás na direcção do inimigo, acutilando para a direita e para a esquerda até encontrar uma morte gloriosa, confirmada por um soldado portador do revólver do heróico oficial. [...] Esta versão não se ajustando às informações dos outros sobreviventes do desastre, parece enfermar um pouco da fantasia do seu autor. Com efeito, não é sequer verosímil que o médico Silveira, da Marinha, e o 2º tenente Roby se tivessem desviado da linha de retirada do núcleo principal do destacamento para tomarem pelo trilho mais curto seguido pelos debandados, nem se compreende que Roby, um oficial destemido e cheio de vida, se encontrasse sentado, sem montada, inactivo no período mais crítico da luta. Não será muito de receber, como já vai comentado, o aparecimento providencial de não só uma,

³⁸⁹ Genipro de Almeida, *op. cit.*: I: 54. Realmente, recorde-se que, logo na primeira fase do combate, a carga de cavalaria correu mal e muitos animais fugiram espavoridos, com ou sem cavaleiro; alguns continuaram desorientados, perdidos pelo campo, e os homens tentaram apanhá-los para uma corrida urgente para o estacionamento do Cunene.

³⁹⁰ Neste ponto, o relato de um cabo de Dragões sobrevivente do massacre inserido no livrinho de Contreiras Júnior e citado por Ferreira Martins é muito baralhado e confuso não permitindo nele fazer fé. (Contreiras Júnior, *op. cit.*: 31-33; Martins, *op. cit.*: 221-223).

mas de duas muares desmontadas quando os fugitivos se agarravam ansiosamente às pernas dos cavaleiros como meio de salvação.»³⁹¹.

De resto, na edição mais recente das suas *Memórias de Angola* (2007), o texto de Artur de Moraes reza assim:

«O segundo-tenente da Armada, Roby, quando o pelotão da companhia europeia se postou na face mais batida pelos fogos do inimigo, a fim de cobrir a retirada, meteu esporas ao cavalo, impelindo-o contra o inimigo. Ao primeiro galope do cavalo, a face do quadrado teve um momento de hesitação e suspendeu o fogo imediatamente. Poucos passos dados, caía o cavalo varado pelas balas do inimigo, ficando o segundo-tenente Roby gravemente ferido. Dois arrojados soldados do Batalhão Disciplinar, saindo do quadrado, tentaram trazer o infeliz oficial para junto de nós, caindo um deles morto antes de se aproximar do local. Pouco depois, era também cadáver o arrojado e valente oficial, conseguindo ainda assim, incólume, o outro soldado arrancar-lhe o revólver, que me veio entregar, e que eu mais tarde fui depor nas mãos da mãe daquele desventurado oficial, em Braga, no seu solar das Hortas»³⁹².

Outros relatos são sobretudo explorações emocionais do acontecido, como é o caso de Eduardo de Noronha³⁹³. Tal como outros epígonos, este publicista põe na boca de João Roby as amarguradas palavras «Que vergonha!...», decerto por adivinhar o estado de espírito em que poderia encontrar-se nesse momento.

Mas volvamos ao apuramento possível dos factos intentado por Genipro de Almeida, que pergunta:

«Foi realmente soltado o grito alarmante do «Salve-se quem puder!»? Numerosos são os sobreviventes que o afirmam. E por quem? Pelo 2º tenente de Marinha, afirmam o 116 da 2ª mista, o polícia 85 de Luanda, o cabo 54 da companhia europeia, o ferrador 982 da 2ª mista e o soldado 784 desta companhia. Os soldados 782 e 788 da mesma companhia não ouviram o grito de alarme; porém o 801 desta unidade, o 31 da 6ª e o cabo 49 da europeia declaram que o grito foi soltado, sem se poder precisar de quem partira. O soldado 306 dos “disciplinares” afirma ter ouvido ao tenente Roby «Rapazes, não

³⁹¹ Genipro de Almeida, AHM 2/2/ Cx. 62, Nº 14 – Iª Parte: 54-55.

³⁹² Moraes, *op. cit.*: 127. No processo individual de Roby (BCM-AH Cx. 764) consta o auto de arrolamento dos artigos do espólio recuperado, essencialmente artigos de vestuário, condecorações, adereços, dinheiro, correspondência e alguns livros, em 4 malas mais 1 atado com armas (de caça e gentílicas). Este espólio foi entregue à mãe de João Roby em Janeiro de 1905. A família recebeu também pensão de sangue.

³⁹³ Este imagina o seguinte diálogo: «o tenente Roby apeia-se e assenta-se num tronco de árvore com a montada segura pelas rédeas. Chora. O capitão Moraes supõe-no ferido e pergunta-lhe: – Que tem? – Que vergonha, camarada, um revés desta ordem! – geme o intrépido segundo-tenente da Armada. – Não é ocasião para lamentações – replica-lhe o capitão. – Ajude-me a conduzir esta gente. O tenente Roby atira-se de chofre para cima do selim, não profere uma palavra, vira-se para onde o gentio acomete, esporeia a cavalo, desembainha a espada e arroja-se às cegas para o dilúvio negro. Acompanha-o um cabo de dragões nesse doido acto de heroísmo. Este último escapa para trazer a notícia da morte do juvenil e brioso marinheiro e o seu revólver, que entrega ao capitão Moraes.» (Noronha, *op. cit.*: 369).

me abandonem!», caindo depois do cavalo por ter sido ferido com um tiro. Esta versão, que destrói as fantasias do capitão Moraes, parece a mais verosímil [...]»³⁹⁴.

O tal cabo de Dragões³⁹⁵ citado por Contreiras Júnior escrevera também que «o heróico tenente Roby, já ferido [...] dá a derradeira voz de ‘salve-se quem puder!’»³⁹⁶, mas já indicámos que, pelas suas indeterminações ou incoerências internas, este testemunho não pode ser seriamente considerado para o que aqui se discute.

Em modo narrativo e poético, um autor actual compõe assim o seu texto, articulando com alguma elegância esse hipotético momento de abatimento com a ordem de retirada, o grito desesperado e o seu gesto combativo final: «João Roby, campeão de tantas batalhas, presencia abismado, do cimo da montada, o assombroso desastre. Num arranco, guia o cavalo para junto de um bando de soldados que retrocedem, disparando ainda as suas espingardas diante das vagas inimigas [...]. Então, como num adeus, diz-lhes: *Quem puder retirar, retire*. E, metendo esporas ao cavalo, galopa solitário em direcção ao inimigo, de espada desembainhada e revólver em punho. Mais do que uma luta breve e desigual, vai tratar-se de uma verdadeira auto-imolação, que os deuses escolheram para despedida do arcanjo da guerra que deitaram a este mundo.»³⁹⁷.

É preciso aqui voltar a considerar os traços de temperamento de João Roby, já apontados, ao possível, mediante as fontes e testemunhos existentes. Dispomos também de um auto-retrato escrito pelo punho do próprio, transcrito por um seu companheiro de armas³⁹⁸, que conta na primeira pessoa como o ajudante da Escola Naval recebeu em 1890 aquele rapazinho de 15 anos que se apresentava com a graça de João de Faria Machado Pinto Roby Borges Pacheco Gago³⁹⁹ de Miranda Pereira e lhe terá dito: «É nome grande demais para pessoa tão pequena; escolha desse rosário um apelido, mas só um e curto, pelo qual passará a ser conhecido cá nestas casas’. ‘Só se for Roby que é o mais curto, só com 4 letras’. ‘Pois seja assim’. E assim ficou desde esse momento, para a corporação, para os amigos, até para os parentes.»⁴⁰⁰.

O referido auto-retrato é uma peça rara e elucidativa do seu carácter, enviada do Chinde a Eduardo Lupi em 1904, composta de «três linguados» que deveriam abrir um hipotético romance porventura simbolicamente ligado à sua linhagem familiar. O estudo da sua caligrafia – testemunhada na reprodução fac-similada que Lupi deu da sua lauda inicial – está fora no nosso alcance, mas o conteúdo do texto merece ser reproduzido nas suas passagens mais significativas. Começa assim:

³⁹⁴ Genipro de Almeida, AHM 2/2/ Cx. 62, Nº 14 – 1ª Parte: 55-56.

³⁹⁵ Nunca identificado pelos autores que citam o seu testemunho.

³⁹⁶ Contreiras Júnior, *op. cit.*: 32.

³⁹⁷ Bento Duarte, *op. cit.*: 255.

³⁹⁸ Eduardo Lupi, *Escola de Mouzinho: Episódios de serviço, 1895-1910*: 19-29.

³⁹⁹ Estes três apelidos – Borges Pacheco Gago – nunca aparecem nos registos da Armada.

⁴⁰⁰ *Ibidem*: 21-22.

«Alto, magro⁴⁰¹, esgalgado, trigueiro, a cara comprida de feições irregulares cortada brutalmente pela lombada do nariz enorme, rasgada pelo escancaro da boca de grossos lábios sensuais e rubros, cara que seria rude de uma expressão duríssima se não luzisse a ameigá-la a doce beleza dos olhos grandes, negros, voluptuosos, uns olhos de mulher perdidos numa face angulosa de cariátide de pedra.

No moral, o mesmo ser nodoso, agudo, todo em arestas, nunca seguindo o trilho da estrada comum, sempre aos saltos pelos valados, aos zig-zags pelos carreiros, tendo teimas invencíveis, energias de herói, resistências de mártir, e logo após, sem causa, bruscamente como tudo que se lhe ligava, crises de desânimo, retrocessos inexplicáveis, abandonos instantâneos de ideias, de projectos largamente acariciados com amor.

Marujo, sem o precisar ser, alistado voluntariamente aos dezasseis anos por uma cabeçada, por uma precipitação, detestando depois essa vida regrada e monótona tão contrária ao seu fundo movimentado e versátil, vindo mais tarde a gostar dela por uma regressão das tais inesperadas e inexplicáveis, passando de ser um indisciplinado, um ansioso de liberdade e de gozo absoluto e sem peias, a ser um estritíssimo cumpridor dos seus deveres, minucioso e pautado como um sargento prussiano, mantendo-se depois resignado e indiferente, com fugidios lampejos de entusiasmo e passageiras fases de desalento.

Inteligência mediana, muito superior com certeza ao meio em que vivia, talvez desenvolvida cedo demais, com certeza mal orientada; pouco prático, nunca produzindo obra positiva [...].

E prossegue:

«Extraordinária, inverosimilmente nervoso, era o tipo perfeito, completo, do desequilibrado. [...]

Vários defeitos acessórios causados pelo meio: uma sofrível dose de egoísmo e dissimulação; um vago receio da maldade dos desconhecidos que degenerava às vezes quase em monomania da perseguição; orgulho exagerado provocando dissensões, dificultando as pazes; absoluta indiferença por tudo quanto não fosse o meio restrito em que vivia e que ele reduzia cada vez mais.

Alma irrefutavelmente brava, audaz mesmo, tinha estranhas cobardias físicas, seqüência lógica do seu herpetismo; desprezando, provocando até o perigo, fugia ao sofrimento; estoicamente impassível sob as balas, tinha desmaios de mulher perante a lanceta de um médico. [...]

Resumindo – uma criança com nervos demasiados: uma sensibilidade doentia que, embotada de princípio por não achar outra igual, se barricada em castidades de Templário a longas assaltadas por violentas crises de sensualismo [...]»⁴⁰².

Aos 29 anos (incompletos) mas solteiro e sem relações amorosas publicamente conhecidas, seria o homem virgem de experiências sexuais? Neste domínio, apenas o seu

⁴⁰¹ Este auto-retrato físico contrasta com o ar imberbe e enfezado da sua fotografia fardado de aspirante da Escola Naval (Campo Bello, *Os Robys* - II: 25).

⁴⁰² *Ibidem*: 25-29.

biógrafo Campo Bello referiu que, aos dezoito anos, cortejaria uma senhora de Braga⁴⁰³, a quem dedica um poema em estilo ultra-romântico, conjuntamente com sua mãe⁴⁰⁴, a qual, ao longo de muitas outras cartas, parece ser a grande fixação afectiva da sua vida, o que não deixa de poder constituir um indício perturbante. Aliás, é curioso notar que, dos três protagonistas principais da tragédia de Umpungo, nenhum deles tinha uma vida familiar regular, com João Aguiar a ser solteiro e sem filhos, e Pinto de Almeida a não ter registada qualquer situação de família. Mas, pelo que toca a João Roby, isso pouco terá a ver com os traços essenciais do seu carácter, que podemos assim resumir: destemido, contraditório e preparado para o sacrifício, se a tal lhe impusessem o sentido da honra e o pavor da vergonha⁴⁰⁵.

Com base em todos estes elementos de informação, nem provavelmente um psicólogo nos poderia elucidar em que proporções as atitudes e comportamentos de João Roby seriam explicáveis por características do seu temperamento pessoal, pela influência do meio sociocultural em que se desenvolveu e pelo ambiente castrense vivido em Moçambique, tão marcado pela personalidade de Mouzinho e que o historiador Pélissier apelidou de «geração de centuriões».

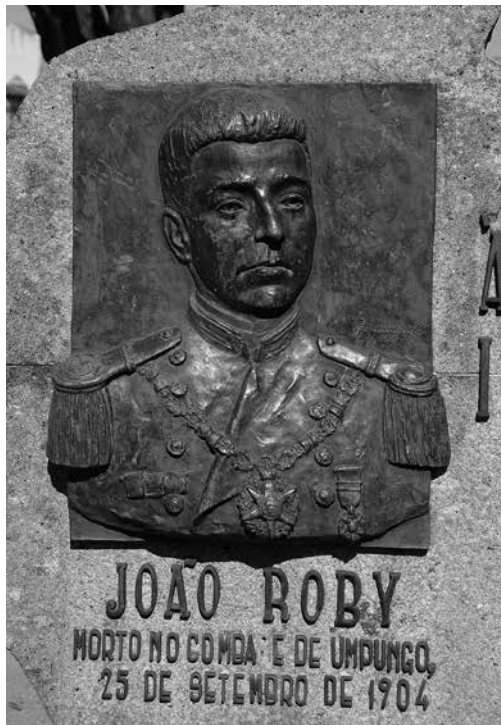
⁴⁰³ Certamente bem mais velha, pelo que se depreende dos seus versos.

⁴⁰⁴ Campo Bello, *Os Robys* – I: 31-32.

⁴⁰⁵ Foi decerto isso que a Marinha quis realçar – além do esforço africanista – quando, setenta anos passados, decidiu atribuir o seu nome à última geração de navios maiores vocacionados para as águas ultramarinas. Juntamente com os dos outros navios da mesma classe, o nome de João Roby foi sugerido em proposta subscrita pelo Chefe do Estado-Maior da Armada vice-almirante Ornelas e Vasconcelos de 18.Dez.1971 e aprovada por despacho ministerial da mesma data. O documento invoca como justificação os «vultos nacionais, mais ou menos contemporâneos, que se tenham distinguido em campanhas de defesa da integridade nacional e que nelas tenham revelado um elevado amor pátrio e uma alta consciência do dever e das virtudes militares». Porém, o anexo contendo a referência às acções concretas e às fontes utilizadas para a escolha de João Roby não terá sido conservado. O Gabinete de Heráldica Naval recriou os símbolos que foram atribuídos ao NRP *João Roby* (Gonçalves & Cabrita, 2016: 313). Esta corveta, de projecto português, foi construída nos estaleiros Bazan, de Cartagena, e entrou ao serviço em 1975. De referir ainda que, já anteriormente mas de modo muito modesto, a Marinha homenageara este herói atribuindo o seu nome à traineira-a-vapor *Tenente Roby*, que foi artilhada e incorporada na Armada em Maio de 1917 com missões de patrulha e luta anti-submarina e anti-minas, tendo tido como primeiro comandante o guarda-marinha António Lourenço Barata (a que outros se seguiram em rápida sequência), sendo-lhe atribuída em 1919 a lotação de 12 homens, agora sob a responsabilidade, como mestre, de um sargento-ajudante da classe de manobra. Passou a integrar as esquadilhas de fiscalização da pesca e foi abatida ao efectivo em 1927, voltando às actividades de pesca e perdendo-se por naufrágio à entrada do porto de Vila do Conde em 1931 (BCM-AH Núcleo 256, nº9, 6-XIII-2-1).



Brasão da família Roby



Monumento em Braga

5.2 A acção da Marinha

A Divisão Naval do Atlântico Sul tinha como comandante-chefe desde 31 de Dezembro de 1903⁴⁰⁶ o capitão-de-mar-e-guerra Carlos Pereira Viana que içava o seu distintivo no navio-depósito *Bartolomeu Dias*⁴⁰⁷, fundeado em Luanda. No relatório manuscrito enviado para Lisboa após a sua tomada de posse⁴⁰⁸ e como era habitual, descreve-se o estado do material e do pessoal. Na primeira rubrica encontravam-se os navios: corveta *Afonso de Albuquerque*, «em bom estado de conservação»; canhoneira mista *Tâmega*, a necessitar de reparação e que em breve regressaria a Lisboa; e canhoneiras-de-estação *Massabi*, *Cacongo* e *Limpopo*, em estado regular. Na segunda, referem-se as faltas às lotações, sendo pedido o seu completamento.

⁴⁰⁶ Que lhe foi entregue pelo seu antecessor capitão-de-mar-e-guerra Júlio Elesbão Pereira de Sampaio (BCM-AH Doc. Avulsa Cx. 321, confirmado pela *Ordem da Armada* (B) 4/9.Fev.1904).

⁴⁰⁷ Antiga corveta mista, à vela e a vapor, já em muito mau estado de conservação.

⁴⁰⁸ BCM-AH, Doc. Avulsa, Cx. 321 (Divisão Naval do Atlântico Sul). Era composto de 9 laudas e datado de 9 de Janeiro de 1904.

Por virtude dos navios maiores enviados de Lisboa, o efectivo da Divisão Naval passou de 20 oficiais, 9 guardas-marinhas, 327 sargentos e praças europeias (além de 181 praças indígenas) em 31 de Agosto para 51 oficiais, 12 guardas-marinhas e aspirantes, e 803 praças do Corpo de Marinheiros da Armada em 30 de Setembro.

Durante o mês de Outubro o comandante da Divisão esteve embarcado na corveta *Afonso de Albuquerque*, em Moçâmedes. Em 23 de Novembro de 1904 Pereira Viana assina um relatório manuscrito de 8 laudas e anexos⁴⁰⁹ onde se detalham as cedências de pessoal feitas pelos navios da Divisão a pedido do governador-geral, para actuações em terra como forças de infantaria ou de polícia urbana. Foi com base neste relatório que, por portaria ministerial de 4 de Fevereiro de 1905, foram louvados o comandante da Divisão Naval, o segundo-tenente Emílio Gagean, o médico António Alves de Oliveira e onze praças do Corpo de Marinheiros, que haviam tomado parte na coluna de operações ao Cuanhama e na companhia de desembarque que actuara em terras da Huíla⁴¹⁰.

O capitão-de-mar-e-guerra Carlos Pereira Viana pediu a exoneração do cargo e regressou a Lisboa em Março de 1905, entregando interinamente o cargo ao seu chefe do estado-maior capitão-de-fragata João Fontes Pereira de Melo⁴¹¹.

A acção da Armada neste período concentrou-se numa intensificação do patrulhamento junto à costa a sul do Lobito, no fornecimento de apoio logístico e de rearguarda à coluna de operações no Cunene e na inesperada protagonização de um incidente com a esquadra russa de alto-mar na Baía dos Tigres.

5.2.1 Vigilância no Sul, perante eventuais iniciativas dos alemães

A corveta mista *Afonso de Albuquerque* integrava a Divisão Naval do Atlântico Sul desde finais de 1902. Em 17 de Janeiro de 1904, sob o comando do capitão-de-fragata António José Machado largou de Luanda para o sul conduzindo o governador-geral Eduardo Costa para Moçâmedes, onde o desembarcou a 23. Nessa viagem tocou também várias vezes os portos do Lobito, Benguela, Porto Alexandre e Baía dos Elefantes. «O navio tinha por missão averiguar os manejos suspeitos dos alemães no sul da província. Os habitantes da Baía dos Tigres, alguns dias atrás, tinham ouvido tiroteio para os lados da nossa margem do Cunene, proveniente da guerra que os alemães travavam com os indígenas da sua colónia, ao sul daquele rio.»⁴¹². O navio regressou a Luanda a 28 de Março. «Em 20 de Abril largou de novo para o sul a vigiar os movimentos dos alemães na região do Cunene»⁴¹³, entrando em Moçâmedes, Porto Alexandre, Baía dos Elefantes

⁴⁰⁹ BCM-AH, Doc. Avulsa, Cx. 321 (Divisão Naval do Atlântico Sul).

⁴¹⁰ *Ordem da Armada*, série B, de 31 de Março de 1905.

⁴¹¹ Em firme, só em Abril ficou empossado como comandante da Divisão Naval o capitão-de-mar-e-guerra José Joaquim Xavier de Brito.

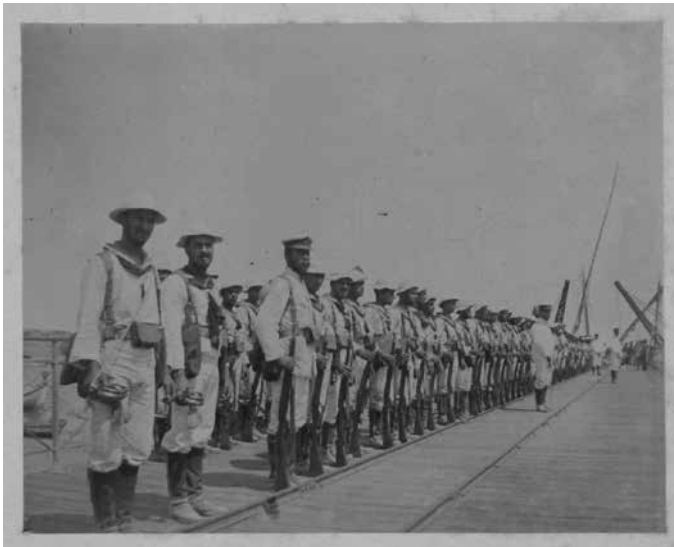
⁴¹² Esparteiro, *Três Séculos no Mar*, V. 17: 144.

⁴¹³ *Ibidem*: 144.

e regressando a Luanda a 13 de Junho de 1904, depois de ter salvo 9 náufragos de um navio americano.⁴¹⁴

A canhoneira *Massabi*, do comando do primeiro-tenente Artur Sales Henriques, a partir de Março de 1904 andou em frequentes missões ao sul da colónia. Entre Março e Abril de 1904 houve alertas de alemães junto à foz do Cunene e a canhoneira *Limpopo* andou por ali, sob o comando do segundo-tenente Diniz Júnior, mas nada se concretizando quanto a eventuais violações da fronteira ou das águas territoriais⁴¹⁵.

A 3 de Novembro, um telegrama cifrado do governador-geral para Lisboa diz: «Cônsul alemão pede em nome Comodoro Schroeder autorização para este na passagem seu navio costa Angola Dezembro próximo fazer exercício tiro na Baía dos Tigres. Disse a cônsul que oportunamente responderia. V.Ex^a. dignar-se-á resolver.», tendo o ministro respondido na mesma data e pelo mesmo meio: «Autorizo exercícios tiro navio alemão Baía Tigres devendo V. Ex^a. mandar assistir navio divisão naval.»⁴¹⁶.



Companhia de marinha desembarcada em Moçâmedes (BCM-AH Cx. 308-6-102)

⁴¹⁴ Em Outubro de 1905, a *Afonso de Albuquerque* levou a reboque de Luanda para o largo o casco da corveta *Bartolomeu Dias*, condenada por causa de epidemia de beri-beri impossível de debelar, e usou-o como alvo de exercícios de artilharia, não conseguindo porém afundá-lo e sendo depois incendiado pelo pessoal da canhoneira *Caçongo*. A corveta *Afonso de Albuquerque* permaneceu em Angola até 1907, ano em que regressou ao Tejo e foi abatida ao efectivo dos navios da Armada.

⁴¹⁵ Ver Esparteiro, *op. cit.*, V. 27: 156-158.

⁴¹⁶ Copiador de correspondência (AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiador ANG 700).

5.2.2 Apoio e participação na campanha contra os Cuanhamas

No apoio logístico e de rectaguarda a esta campanha estiveram em Moçâmedes os cruzadores *S. Gabriel* e *Rainha D. Amélia*, a corveta mista *Afonso de Albuquerque* e as canhoneiras *Massabi*, *Cacongo* e *Limpopo*, isto é, todos os navios então atribuídos à Divisão Naval do Atlântico Sul. Nesta função, os navios transportaram tropas, material e abastecimentos para as operações; e cederam marinheiros e armamento para participar nas campanhas ou meramente exercer a segurança dos residentes nas cidades de Luanda e Moçâmedes, bem como no distrito da Huíla.

De facto, na sequência de troca de telegramas entre Luanda e Lisboa, o ministro informa a 2 de Julho o governador-geral que em breve seguirá um cruzador moderno «a fim poder empregar forças marinha serviço guarnição ou como entender»⁴¹⁷. Numa nota da Direcção-Geral da Marinha de 7 de Julho informa-se «[...] que foi dada ordem para aprontar com a máxima urgência para longa comissão de serviço os cruzadores *D. Amélia* e *S. Gabriel*»⁴¹⁸. E a 14 de Agosto nova comunicação de Lisboa ordenava ao comandante da Divisão Naval «que satisfizesse todas as requisições do governador-geral de Angola para operações na região dos Cuanhamas ou relativas a estas.»⁴¹⁹.

O cruzador *S. Gabriel* (capitão-de-fragata Augusto José de Almeida) saiu de Lisboa e chegou a Luanda a 3 de Setembro, integrando a Divisão Naval. Chegou a Moçâmedes no dia 9 de Setembro e aí se conservou até 4 de Janeiro de 1905. O cruzador *Rainha D. Amélia* (capitão-de-fragata João Guerreiro de Amorim) chegou a Luanda a 14 de Setembro de 1904, proveniente de Lisboa. Saiu a 19 e entrou a 21 em Moçâmedes, onde já se encontravam o *S. Gabriel* e a *Massabi*. O navio conservou-se ali largando finalmente de Moçâmedes a 19 de Janeiro de 1905 e entrando em Luanda a 21. Regressou a Lisboa em Abril.

A 26 de Setembro assumiu interinamente o comando da corveta mista *Afonso de Albuquerque* o primeiro-tenente João Silva Nogueira. O comandante da Divisão Naval embarcou na corveta a 1 de Outubro, que largou para o sul no dia 3 e se conservou em Moçâmedes até Novembro como navio-chefe; no dia 3 deste mês, o navio passou para o comando do capitão-de-fragata João Fontes Pereira de Melo e entrou de volta a Luanda no dia 12.

Neste período das operações militares na Huíla, a canhoneira *Massabi* chegou a Moçâmedes a 17 de Setembro, largando para Luanda a 29; voltou a 19 de Outubro e saiu a 26; e voltando ainda a Moçâmedes em Janeiro de 1905 com mantimentos para os cruzadores que ali permaneciam.

⁴¹⁷ Copiador de correspondência (AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiador ANG 700).

⁴¹⁸ BCM-AH Doc. Avulsa Cx. 1.283 a 1.287.

⁴¹⁹ Relatório de 23 de Novembro do comandante da Divisão Naval: BCM-AH Doc. Avulsa Cx. 321 (Div. Nav. Atlântico Sul).

A canhoneira *Limpopo* teve a 16 de Setembro de 1904 uma mudança de comando em Luanda, do primeiro-tenente Diniz Júnior para o primeiro-tenente João Carlos da Silva Nogueira⁴²⁰, que porém teve de levar a corveta para o sul em Outubro, como acima dissemos. De novo em Luanda, Nogueira saiu com a *Limpopo* para Moçâmedes em 16 de Novembro para abastecer de carvão o cruzador *Rainha D. Amélia*, o que aconteceu no dia 20.

A canhoneira *Cacongo* (do primeiro-tenente Bernardo de Melo e Castro Moreira)⁴²¹ saiu de Luanda a 2 de Outubro com destino a Moçâmedes e Baía dos Tigres onde chegou a 13. Voltou a Moçâmedes no dia seguinte e entrou em Luanda a 22. A 29 do mesmo mês partiu outra vez para Moçâmedes, de onde regressou a 8 de Novembro chegando a Luanda a 11. A 18 de Novembro saiu mais uma vez para Moçâmedes, onde chegou a 20, saindo a 22 e voltando à capital a 24 – sempre fazendo serviço de transporte de ordens, correio, material e funcionários.

Quanto a forças de marinheiros desembarcadas para actuar em terra⁴²², elas começaram a 13 de Julho com o desembarque de 1 oficial, 1 guarda-marinha, 1 sargento e 54 praças da corveta *Afonso de Albuquerque* para prestarem serviço de policiamento e segurança à cidade de Luanda, assim se mantendo até ao Outono. Com efeito, com a mobilização de unidades militares de Luanda para a campanha, queixara-se Custódio Borja em telegrama cifrado para Lisboa de 7 de Julho: «Tenho Luanda quase desguarnecida.»⁴²³

Com o fim de integrarem a coluna de operações além-Cunene, um ofício do governo-geral de 26 de Julho determinou a requisição de 10 marinheiros artilheiros⁴²⁴, para garantirem as duas metralhadoras *Nordenfeld* (de canos múltiplos) que já haviam sido entregues no dia 9⁴²⁵, juntamente com 12.000 cartuchos, com os reparos de rodas então confeccionados e demais pertences. Desembarcada a 3 de Agosto da corveta *Afonso*

⁴²⁰ Nasceu em 1872 no Fundão, assentou praça em 1888, foi segundo-tenente em 1895 e primeiro-tenente em Maio de 1904. Assumindo o comando da *Limpopo*, e manteve-o durante dois anos, sempre naquela Divisão Naval. Capitão-de-fragata em 1917, atingiu o posto de contra-almirante em 1934 e faleceu em 1954.

⁴²¹ A canhoneira *Cacongo* estava atribuída à Divisão Naval do Atlântico Sul mas em Janeiro de 1904 foi destacada para a Guiné, só regressando em Julho e dando fundo em Luanda no dia 17. (Esparteiro, *op. cit.*, Vol. 17: 25-26)

⁴²² Ver o Relatório de 23 de Novembro do comandante da Divisão Naval: BCM-AH Doc. Avulsa Cx. 321 (Div. Nav. Atlântico Sul).

⁴²³ AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiador ANG 700.

⁴²⁴ Contudo, só 9 praças integraram efectivamente a coluna de operações; e na fase activa da campanha apenas participou uma metralhadora.

⁴²⁵ No dia 6 de Julho pergunta para Lisboa: «Governador Geral – requisitar – metralhadoras *Nordenfeld* – corveta *Afonso de Albuquerque* – não fazem – falta – posso – emprestar?» (BCM-AH Doc. Avulsa Cx. 321).

*de Albuquerque*⁴²⁶, a pequena força ficou sob o comando do guarda-marinha Filémon Duarte de Almeida (que fazia o seu tirocínio na Divisão) e tendo de ser improvisados a bordo os equipamentos individuais (mochilas, bornais, botas, etc.). Após a suspensão das operações, esta micro-unidade esteve a guarnecer o forte 'D. Amélia', nas Ganguelas, e só regressou à Divisão Naval em Janeiro de 1905.

A 17 de Agosto de 1904, foi ainda requisitada pelo governo da província uma última metralhadora *Nordenfeld* (mas de 11mm de calibre), cedida pela canhoneira *Masabi*, com os respectivos pertences e 6.000 cartuchos, todos os que havia em paiol⁴²⁷.

A partir de 21 de Setembro e até ao fim das suas comissões, os dois cruzadores fundeados em Moçâmedes forneceram, em dias alternados, a guarda de segurança desta cidade⁴²⁸.

Em 25 de Setembro, satisfazendo uma requisição do governador-geral, o cruzador *S. Gabriel* enviou outras 10 praças armadas e municadas para a povoação da Huíla, a fim de ali se juntarem a uma unidade do Exército e guarnecerem duas peças de artilharia e uma metralhadora. De notar que estes marinheiros destacados, bem como o seu sustento, eram pagos pelo governo-geral.

A 30 de Setembro, em vista da gravosa situação militar no sul do distrito da Huíla, o governador-geral requisitou «com urgência uma companhia de guerra com um efectivo mínimo de cento e vinte praças que deveria estar pronta a marchar para a Huíla à primeira ordem.»⁴²⁹. Sob a direcção superior do comandante da Divisão Naval, as semanas seguintes foram destinadas a treino em terra de táctica de infantaria, tiro, evoluções, etc. e à preparação e confecção do equipamento indispensável, com os meios existentes: munição de 20 cartuchos por homem; rações de bolacha e latas de atum em conserva; botas, tendas de campanha impermeáveis, etc. No dia 20 de Outubro, o governador-geral pôde telegrafar para Lisboa: «Companhia de guerra marinha acaba partir Chibia no meio emocionante manifestação despedida população Moçâmedes não tendo partido mais cedo por falta transportes.»⁴³⁰. A força foi comandada pelo segundo-tenente Emílio Gagean, com o médico naval de 1ª classe Alves de Oliveira (voluntário), 2 sargentos e

⁴²⁶ Por telegrama de mesma data da Divisão para o ministro informa-se: «Nos termos da requisição do Governador-Geral desembarcaram guarda-marinha Duarte de Almeida dez artilheiros guarnecer metralhadoras coluna expedicionária vencimentos pagos província.» (BCM-AH Doc. Avulsa Cx. 321).

⁴²⁷ Um officio de 17 de Agosto do comandante da Divisão Naval para o governador-geral informa ter dado ordem ao comandante da *Limpopo* para ceder uma metralhadora *Nordenfeld* e 6.000 cartuchos, satisfazendo o pedido daquele (BCM-AH Doc. Avulsa Cx. 263).

⁴²⁸ Era então governador do distri

⁴²⁹ Relatório de 23 de Novembro do comandante da Divisão Naval: BCM-AH Doc. Avulsa Cx. 321. Logo a 3 de Outubro a mesma entidade informara a Direcção-Geral da Marinha que «o Governador da Província de Angola requisitou uma companhia de guerra de marinha para desembarque, pedido que aquele comando vai satisfazer» (BCM-AH Doc. Avulsa Cx.321).

⁴³⁰ AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiador ANG 700.

72 praças do cruzador *S. Gabriel*, a que se juntaram os segundos-tenentes Sousa Dias e Bastos Guedes, 2 sargentos e 51 praças da guarnição do cruzador *Rainha D. Amélia*, ambos estacionados no porto de Moçâmedes. Esta companhia chegou ao seu destino no dia 28 e só regressou a bordo a 27 de Dezembro, não tendo entrado em combate e apenas garantindo a segurança de um perímetro centrado na povoação da Chibia. Segundo documento conservado em arquivo, o relatório do tenente Gagean realçou a má qualidade do calçado fornecido às praças (que tiveram de o retalhar à navalha, usando-o como chinelos), pedindo que um tal fornecimento não fosse posto à carga desse pessoal, e propondo para louvar as praças da secção de víveres, propostas que foram igualmente subscritas pelo comandante da Divisão Naval⁴³¹.

Decerto por virtude de lamentações do comando da Divisão Naval, incapacitada de operar com os seus melhores meios, o novo titular da Marinha e Ultramar havia perguntado a 16 de Novembro para Luanda: «Peço informe se são ainda indispensáveis serviços praças marinagem Chibia fim evitar imobilização navios divisão.»⁴³². E no dia 21, já num ambiente de tensão entre Lisboa e o governador-geral, o ministro insiste: «Peço resposta urgente meu telegrama 16 corrente sobre marinheiros Chibia.»⁴³³. Com tanto pessoal em terra, aqueles navios maiores estavam incapazes de navegar e seria agora a Armada a exercer a sua pressão para que a situação cessasse, tanto mais que o comandante da Divisão Naval do Atlântico Sul via com bastantes reservas esta utilização da marinagem⁴³⁴.

5.2.3 Garantia da soberania nas águas portuguesas

A 6 de Agosto o governador-geral informa o ministro da visita a Luanda de uma esquadra americana com 4 cruzadores, mas alertando para o facto de ter de “pedir verba” especial para oferecer jantar de 60 talheres àquela oficialidade⁴³⁵.

A 2 de Setembro, telegrama cifrado do governador-geral para Lisboa, informa da entrada de um cruzador inglês em Moçâmedes, onde aquela autoridade se encontrava⁴³⁶.

⁴³¹ Documento manuscrito datado de Luanda aos 9 de Dezembro de 1904, assinado pelo capitão-de-mar-e-guerra Pereira Viana e dirigido ao Major-General da Armada vice-almirante Carlos Eugénio Correia da Silva, Conde de Paço d’Arcos (BCM-AH, Proc. Indiv. Of. Cx. 744).

⁴³² AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiado ANG 700.

⁴³³ AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiado ANG 700.

⁴³⁴ Ver a parte final do Relatório de 23 de Novembro do comandante da Divisão Naval, bem como a nota de 23 de Dezembro apensa do chefe da 1ª Repartição da Direcção-Geral da Marinha, capitão-de-fragata Cárceres Fronteira: BCM-AH Doc. Avulsa Cx. 321.

⁴³⁵ AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiado ANG 700.

⁴³⁶ AHU – SEMU – GM Lv 10 1904-1905 Telegramas copiado ANG 700.

Largando de Moçâmedes a 29 de Novembro, a canhoneira *Limpopo*, do comando do primeiro-tenente Silva Nogueira, entrou em Porto Alexandre e na Baía dos Tigres, onde no dia 30 fundeou o cruzador inglês *Barrosa*. Segundo Esparteiro, «o comandante Nogueira foi a cumprimentos a bordo do cruzador, mas o comandante inglês não se dignou receber o comandante da *Limpopo*, que foi recebido pelo oficial de serviço. Este pediu, em nome do comandante, licença para lançar torpedos para o norte da baía, pedido que foi deferido»⁴³⁷.

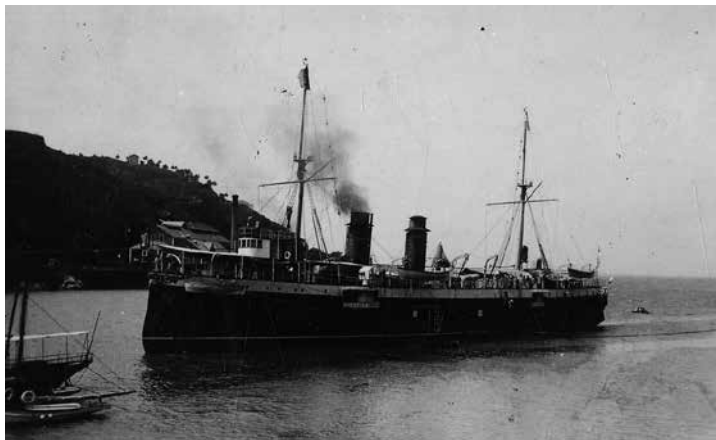
Na manhã de 5 de Dezembro entrou na Baía dos Tigres o vapor inglês *Aberlour*, procedente de Libreville, que foi visitado e declarou esperar uma esquadra russa, para reabastecimento. De facto, no dia 6 de Dezembro de 1904 a *Limpopo* avistou intensa fumarada que, ao aproximar-se, Silva Nogueira reconheceu tratar-se da esquadra russa do almirante Rodgestvensky em rota para o oriente, composta de 21 grandes unidades navais, tendo lugar o conhecido episódio em que a determinação do comandante da pequena canhoneira impôs o cumprimento das regras do direito internacional marítimo e das convenções de Haia, face à neutralidade portuguesa na guerra russo-japonesa. No dia seguinte entrava também na baía a canhoneira *Cacongo*, do primeiro-tenente António Pinheiro Silvano⁴³⁸. E foi na presença destes dois navios da Armada que se verificou a largada daquela imponente força naval da Baía dos Tigres, com a sua estadia a respeitar o prazo de 24 horas apenas para ligeiro reabastecimento ou descanso das guarnições⁴³⁹.

⁴³⁷ Esparteiro, *op. cit.*, V. 27: 158.

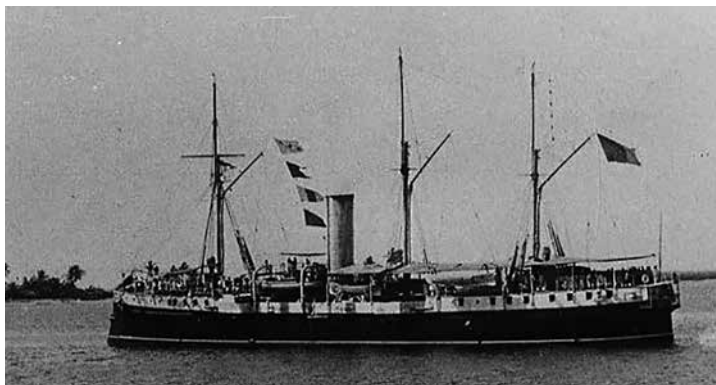
⁴³⁸ Em 1 de Dezembro houvera transferência do comando, em Luanda. O navio largou logo no dia 2 para o sul, escalando brevemente Moçâmedes e indo no dia 7 à Baía dos Tigres, onde se encontrava a canhoneira *Limpopo* e já estava de saída a esquadra russa.

⁴³⁹ Entre outros, ver: Freire, *Olhares Europeus sobre Angola*, 2001: 269-277.

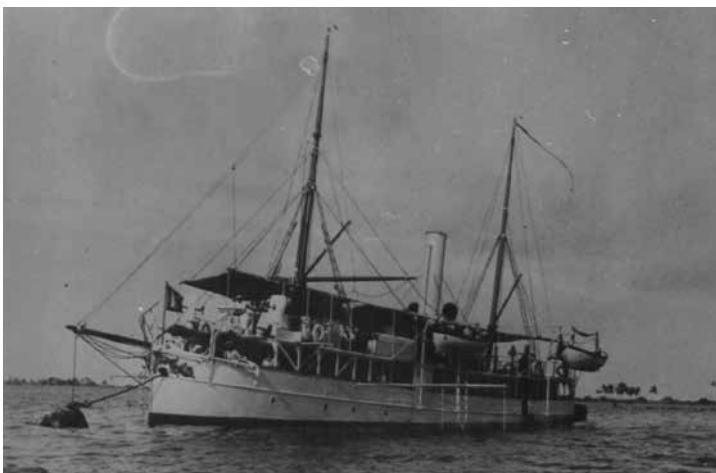
Navios da Divisão Naval do Atlântico Sul



Cruzador *Rainha D. Amélia* (BCM-AH Cx. 308-8-105)



Cruzador *S. Gabriel* (BCM-AH Cx. 308-3-105)



Canhoneira *Limpopo* (BCM-AH Cx. 308-18-105)

6. ALGUMAS BREVES CONCLUSÕES

No seu livro de reflexão e estratégia baseado na experiência africana do início do século XX⁴⁴⁰, o general Júlio Botelho Moniz recomendava em 1944 a aplicação dos mesmos princípios tácticos vigentes naquela primitiva época, sem qualquer inovação (a despeito da mecanização do transporte e da aviação, entretanto desenvolvidas). Os erros por ele apontados à campanha do sul de Angola de 1915, do general Pereira d'Eça⁴⁴¹, circunscrevem-se à avaliação da situação no terreno por parte dos comandantes das forças e a algumas das suas decisões, e não à validade do *desenho estratégico da campanha* e dos *dispositivos tácticos de marcha, estacionamento e combate* de uma coluna de operações destinada a submeter os povos indígenas, bem como à sua *composição e armamento*, em termos gerais. Por isso, dado que os mesmos preceitos gerais de condução das operações de 1915 foram usados em 1904 (e também em 1907), não é possível fundamentar, à luz das doutrinas militares coevas, qualquer crítica de fundo que pudesse ser apontada como causa do desastre do Vau de Pembe. No entanto, certos observadores militares puseram em causa a rigidez da aplicação do princípio da formação “em quadrado” que, em determinadas circunstâncias, se mostraria menos adequada ao combate contra guerreiros africanos, nomeadamente em emboscadas e situações de terreno muito constringidas (matas cerradas, desfiladeiros, passagens a vau, etc.). E foram também apontados outros dois aspectos particulares: alguma *escassez de forças montadas* no tocante à sua composição; e uma desadequação do armamento pesado utilizado, que deveria ter prescindido de parte da artilharia em favor de um *maior emprego das metralhadoras*.

Em contrapartida à referida consensualidade quanto à orientação geral das operações militares, registaram-se falhas diversas no plano da *preparação* da campanha, bem como uma *insuficiência dos seus efectivos para os objectivos* que foram então definidos (mas estes com pouca precisão). Recordemos, quanto aos defeitos notados na preparação, os *erros ou insuficiências seguintes*: grande escassez de informações militares credíveis sobre o inimigo; início muito tardio das operações, já quase a terminar a estação seca; necessidade de uma instrução mais prolongada e intensa das tropas no tocante aos comportamentos a ter em situação de combate, nomeadamente quanto à disciplina de fogo e ao cumprimento das ordens dos seus oficiais em tal ambiente de tensão nervosa; falta de coesão e disciplina insuficiente das tropas mobilizadas, com pouca cooperação entre as diferentes unidades, afectando a eficácia geral dos seus desempenhos.

Estes últimos tópicos são inseparáveis da questão da *má qualidade do comando* por parte dos oficiais da coluna, que se verificou aos diversos níveis: o desempenho do comandante das operações, capitão João Aguiar, pelo seu estilo de liderança centralizadora, mau relacionamento com os seus oficiais e várias das decisões cruciais que tomou (em especial, a nomeação de Pinto de Almeida para comandar o destacamento de “reco-

⁴⁴⁰ Moniz, *Visões Estratégicas no Final do Império*, 2007.

⁴⁴¹ Onde se destacou a acção do batalhão de Marinha comandado pelo capitão-tenente Afonso de Cerqueira.

nhecimento ofensivo” do dia 25 e a missão que lhe foi atribuída, bem como as suas reacções perante a constatação do desastre); as péssimas relações pessoais do comandante Aguiar com o seu chefe de estado-maior Duarte Ferreira, e algo incertas com Gomes da Costa, o melhor oficial de que dispunha (desaproveitando também a experiência de terreno de Artur Moraes); as deficiências de comando em combate reveladas pelo capitão Pinto de Almeida nas matas de Mucohimo, incapaz de avaliar correctamente a situação e de decidir com firmeza, para preservar ao máximo os seus homens; e a falta de coordenação e liderança da maior parte dos oficiais do destacamento, acabando alguns por agir segundo o seu impulso próprio.

As *relações pessoais* entre vários dos intervenientes no processo tiveram também um lugar importante nos seus resultados. Além do apontado acima, são de referir as existentes entre o governador-geral Custódio Borja e o chefe do estado-maior (com laços familiares entre si), a deterioração da confiança do primeiro em relação a João Aguiar e os prováveis apoios políticos detidos em Lisboa por este último. Comportamentos humanos compreensíveis, mas porventura censuráveis foram também alguns dos registados *a posteriori* no âmbito do apuramento de responsabilidades, abrangendo inquiridos e testemunhas.

Têm igualmente de ser referidas as *deficiências do processo judicial* que, naturalmente, foi instaurado na sequência do insucesso da campanha e do pesado rol de baixas: pelo seu arrastamento; pelas hesitações e interferência entre várias instâncias no âmbito do sistema de justiça militar então vigente no Exército (Conselho de Guerra de Angola, Supremo Conselho de Justiça Militar, 1ª Divisão, etc.); pela condução do processo de investigação disciplinar e criminal; pelo teor das acusações formuladas contra o comandante Aguiar e outro oficial; e pelo veredicto final do tribunal de Santa Clara de absolvição dos réus.

A formação de opiniões, por vezes contrastantes, no meio social castrense acerca das causas e dos responsáveis pelo desastre do Vau de Pembe teve alguma ressonância na imprensa, incluindo nas revistas militares. Além das eventuais protecções pessoais de que alguns terão beneficiado, não são de excluir, nesse plano, alinhamentos resultantes das conhecidas rivalidades inter-Armas, focando em especial a formação em artilharia de Pinto de Almeida e de engenheiro do comandante da coluna. Talvez não tenha sido casual o facto da *Revista de Engenharia Militar* ter sido a única das publicações congéneres que não se manifestou sobre os acontecimentos do Cunene de 1904. Outro sinal com algum significado foi a total ausência de atribuição posterior de louvores ou condecorações por bravura a alguns dos que individualmente o teriam merecido e que em outras circunstâncias não teriam deixado de ocorrer: o trauma colectivo então sofrido, não o terá desta vez permitido.

Este caso, e sobretudo as consequências do desastre militar, levou a importantes desenvolvimentos no *plano político nacional*. O parlamento inquietou-se, alarmou-se a partir do dia 5 de Outubro, discutou e exigiu responsabilidades ao governo. A imprensa – a múltipla diversidade de jornais da época – perseguiu e explorou desde o início da campanha os sucessivos passos e decisões, com base em militares em desacordo com as mesmas, “correspondentes” em África (quase sempre anónimos) ou advertências de mis-

sionários, atizando geralmente a opinião pública contra a “incúria” governamental. Neste quadro conflitual e acusatório, só o estrangeiro não se envolveu no debate, limitando-se, quando muito, a noticiar os acontecimentos. O general Gorjão, ministro da tutela, ficou politicamente condenado; e, ajudado por outros contenciosos partidários, o governo de Hintze Ribeiro acabou por cair ainda nesse mesmo mês de Outubro.

Com um novo ministro na pasta da Marinha e Ultramar, as relações de Lisboa com o governador-geral de Angola degradaram-se rapidamente levando ao seu precoce afastamento, antes do final do ano. Atingido este climax político, o processo abranda de publicidade, transferindo-se para a burocracia de Estado e para as influências pessoais capazes de adaptar as suas regras aos interesses pessoais ou colectivos em jogo.

Quanto à Marinha, ela desempenhou o papel que se poderia esperar no âmbito das campanhas militares de imposição de soberania nos territórios cujos limites que haviam ficado definidos por acordos jurídicos entre as potências coloniais. Neste caso de uma campanha terrestre, isso consistiu na concentração de meios navais no porto que serviu de base recuada à expedição; no desembarque de forças de marinhagem para policiamento de povoações ou reserva operacional às ordens do comando superior; na participação de alguns marinheiros aptos a guarnecer metralhadoras (de que o Exército não dispunha) nas operações de guerra; e na autorização dada individualmente para que dois dos seus oficiais integrassem a coluna de além-Cunene, um médico e um jovem tenente com boa experiência das campanhas moçambicanas, como adjunto do comando.

De João Roby, dissemos já o que foi possível apurar da sua curta biografia militar-naval e das circunstâncias da sua morte em combate. Personalidade complexa, apaixonado pelas gestas heróicas do passado, que parecia apostado em renovar no presente. Certamente um bravo, também mártir de circunstâncias adversas – a quem a Armada quis honrar, enfileirando o seu nome entre outros poucos do século XX apontados como figuras exemplares às novas gerações de marinheiros.



Corveta *João Roby*

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Joaquim Mouzinho de (1897), *A Campanha contra os Namarraes*, Lisboa, Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar.
- ALBUQUERQUE, Joaquim Mouzinho de (1935), *Livro das Campanhas* (Vol. I), Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- AMARAL, [João Maria] Ferreira do (1922), *A Mentira da Flandres e... O Mêdo!*, Lisboa, J. Rodrigues.
- BELLO, (Conde de) Campo (1936), *Os Robys - I e II*, Lisboa, Agência Geral das Colónias (Col. Pelo Império, nº 29 e 30)
- BELLO, (Conde de) Campo (sd), entrada “ROBY, João de Faria”, na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 25, Lisboa e Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia: 824.
- BRIDGMAN, Jon M. (1981), *The Revolt of the Hereros*, Berkeley etc., Univer. Calif. Press.
- CARVALHO, Ruy Duarte de (2014), *Aviso à Navegação: olhar sucinto e preliminar sobre os pastores kuvale da província do Namice com umrelance sobre as outras sociedades agropastoris do sudoeste de Angola*, Luanda, Fenacult.
- CONTREIRAS Júnior, Manuel Francisco (1937), *O Massacre do Cunene*, Lisboa, Cosmos (Cadernos Coloniais, nº 44).
- COSTA, Carlos Gomes da, compil. (1931), *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa*, Lisboa, Livr. Pop. Fr. Franco.
- [COSTA, Eduardo Ferreira da] (1896 e 1903), *Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África*, in *Boletim Oficial de Moçambique*, nº 35 / 29.Ago.1896: 376-380; e *Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola*, nº 49 / 5.Dez.1903: 749-755
- COSTA, Eduardo [Ferreira] da (1906), *A Questão do Cuanhama (Sul de Angola)*, Lisboa. Tip. Universal.
- COSTA, (Marechal) [Manuel de Oliveira] Gomes da (1930), *Memórias*, Lisboa, A. M. Teixeira.
- COUTINHO, João Azevedo (1904), *A Campanha do Barué em 1902*, Lisboa, Ministério da Marinha e Ultramar, Tip. Ferin.
- COUTINHO, João Azevedo (1941), *Memórias de Um Velho Marinheiro e Soldado de África*, Lisboa, Bertrand.
- DELGADO, Ralph (1944), *Ao Sul do Cuanza: Ocupação e aproveitamento do antigo reino de Benguela*, Lisboa, Imprensa Beleza, 2 v.
- DIAS, (Capitão) Gastão de Sousa (1945), “O desastre do Vau de Pembe (1904)”, *Revista Militar*, Ano 97, nº 12, p. 636-653.

- DIAS, (Capitão) Gastão de (1946), *Um Grande Missionário: Padre Ernesto Lecomte*, Lisboa, Agência Geral das Colónias (Col. Pelo Império, nº 115).
- DINIZ, Ferreira (1918), *Populações Indígenas de Angola*, Coimbra (Impr. Univ.), Ministério das Colónias.
- DUARTE, José Bento (1999), *Senhores do Sol e do Vento: Histórias verídicas de portugueses, angolanos e outros africanos*, Lisboa, Estampa (& Círculo de Leitores).
- EÇA, (General) Pereira de (1922), *A Campanha do Sul de Angola*, Lisboa. Tip. Lusitânia (ou a edição *Campanha do Sul de Angola em 1915 - Relatório*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923).
- ESPARTEIRO, (Comandante) António Marques Esparteiro (1985-86), *Três Séculos no Mar (1640-1910)*, Lisboa, se (col. Estudos), Vol. 17, 1985; Vol. 27, 1986; e Vol. 30, 1986.
- ESTERMANN, (Pe.) Carlos (1956-1961), *Etnografia do Sudoeste de Angola*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 3 v.
- ESTERMANN, (Pe.) Carlos (1935), “Notas etnográficas sobre os povos indígenas do distrito da Huíla”, *Boletim Geral das Colónias*, Lisboa, Ano 11, nº 116, p. 41-69.
- FREIRE, João (2011), *Olhares Europeus sobre Angola*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha.
- FREIRE, João (2013), *Do Controlo do Mar ao Controlo da Terra*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha.
- GONÇALVES, António Manuel & CABRITA, José Manuel (2016), *Armorial da Marinha Portuguesa e da Autoridade Marítima Nacional*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha.
- GUEVARA, Gisela (2006), *As Relações entre Portugal e a Alemanha em torno de África: Finais do Século XIX e Inícios do Século XX*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros-Instituto Diplomático.
- HAHN, Carl *et al.* (1966), *The Native Tribes of South-West Africa*, London, Frank Cass (ed. orig. 1928; cap. The Herero, by H. Vedder).
- LIMA, Maria Helena Figueiredo (1977), *Nação Ovambo*, Lisboa, Áster.
- LUPI, Eduardo (19__), *Escola de Mouzinho: Episódios de serviço – Moçambique, 1895-1910*, Lisboa, J. Rodrigues.
- MARTINS, (General) Ferreira (1952), *Marinheiros em Terra*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- MARTINS, Rocha (1933), *História das Colónias Portuguesas*, Lisboa, Tip. Empr. Nac. Publ.
- MEDEIROS, Carlos Alberto [Laranjo de] (1981), *Vakwandu: History, kinship and systems of production of an Herero people of South West Angola*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- MENDES, José Agostinho de Sousa (1993), *Setenta e Cinco Anos no Mar (1910-1985)*, Lisboa, Ed. Culturais da marinha, Vol. 8.

[MINISTÉRIO DA GUERRA] (1890) *Regulamento Provisório para o Serviço do Exército em Campanha*, Lisboa, Imprensa Nacional.

[MINISTÉRIO DA GUERRA] (1904-), *Regulamento para o Serviço de Campanha* – Iª Parte: Princípios e Regras Gerais, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904; IIª Parte: Instruções para a Infantaria, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906; e IIIª Parte: Serviços, Lisboa, Ministério da Guerra/EstadoMaior do Exército, sd.

MÓNICA, Maria Filomena, dir. (2004-2006), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1834-1910*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais & Assembleia da República, 3 v.

MONIZ, Júlio Botelho (2007), *Visões Estratégicas no Final do Império* (Inclui: *Conduta das Operações Coloniais*, 1944), Lisboa, Tribuna da História.

MORAES, (Major) Artur de (2007), *Memórias de Angola* (prólogo, organização e notas de João A. D. Moraes), Casal de Cambra, Caleidoscópio.

NORONHA, Eduardo de (1915), *Em Redor de África: Narrativa sucinta de factos verdadeiros e de impressões colhidas em flagrante*, Porto, Tip. Empr. Liter.

PÉLISSIER, René (1997), *História das Campanhas de Angola: Resistência e Revoltas, 1845-1941*, Vol. II, Lisboa, Estampa, 2ª ed.

PINTO, Manuel dos Santos (1986), *Monarquia Constitucional: Organização e Relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados, 1834-1910*, Lisboa, Assembleia da República.

REGALADO, Jaime Ferreira (2004), *Cuamatos 1907: Os Bravos de Mufile no Sul de Angola*, Lisboa, Tribuna da História.

[ROÇADAS, Capitão do S.E.M. José Augusto Alves] (1910), *Relatório da Campanha dos Cuamatos no Sul de Angola em 1907* (Colecção das Ordens do Exército do Ano de 1910 – Parte não oficial). (Este relatório do governador da Huíla e comandante da coluna é datado de 2 de Abril de 1908), Lisboa, Imprensa Nacional.

SANTOS, Victor Marques dos (2007), *A Questão Africana e as Relações Luso-Britânicas. 1884-1914*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas-UTL.

S.A. (1904), “O desastre do Cunene: uma opinião”, *Revista do Exército e da Armada*, Vol. XXIII, Jul.-Dez.: 307-313.

SELVAGEM, Carlos (1931), *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional.

FONTES

Jornais

Diversos, principalmente os seguintes:

Diário de Notícias

Portugal em África: revista científica

O Século

Arquivos e Bibliotecas

Arquivo Histórico Militar

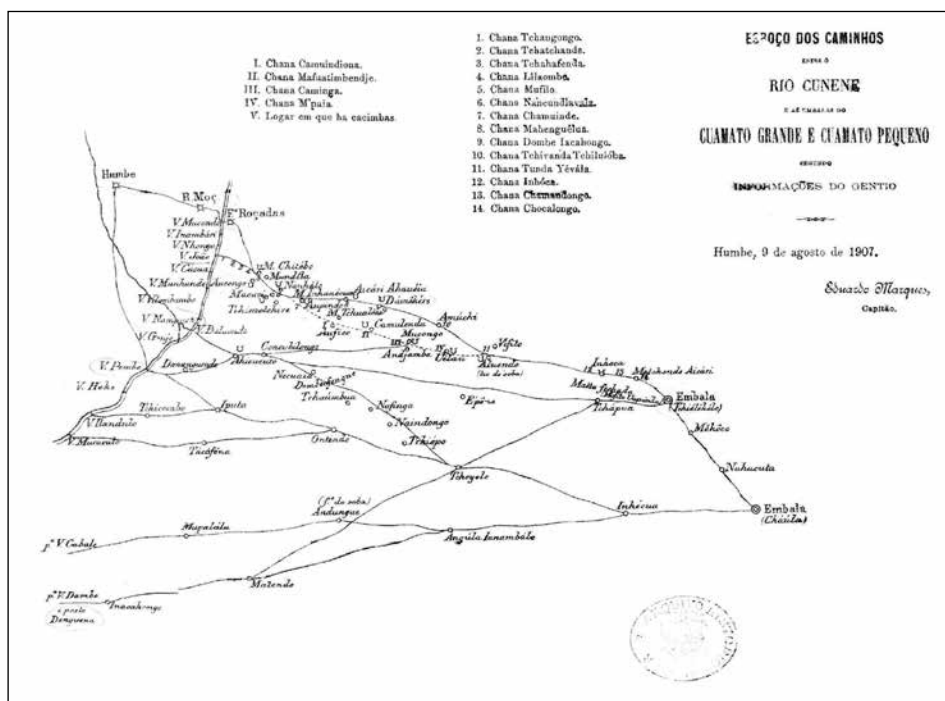
Arquivo Histórico Ultramarino

Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico

Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Biblioteca Nacional de Portugal

Sociedade de Geografia de Lisboa



AHM 2 – 2 – 12 – 23

Índice

PREÂMBULO	5
1. COMECEMOS POR UMA BREVE DESCRIÇÃO GERAL DOS ACONTECIMENTOS	7
2. MAS QUEM FORAM OS PROTAGONISTAS RESPONSÁVEIS PELA CAMPANHA?	9
3. O CONTEXTO REGIONAL	16
3.1. O terreno geográfico e o clima	16
3.2. A presença branca na região	19
3.3. Os povos rebeldes à colonização	20
3.4. Os missionários	27
3.5. Os alemães	28
3.6. A revolta dos Hereros	30
4. A ACÇÃO MILITAR, REPERCUSSÕES E APURAMENTO DE RESPONSABILIDADES: DÚVIDAS, QUERELAS E MOTIVOS DE CRÍTICA	35
4.1. Descrição mais detalhada da campanha	35
4.2. Repercussões em Lisboa	44
4.3. O processo judicial	53
4.4. Críticas e querelas	57
4.4.1. Fontes e bibliografia a manusear com precaução	57
4.4.2. Quatro casos sujeitos a discussão	66
<i>A - A estratégia geral da campanha e a acção do seu responsável</i>	67
<i>B - O desempenho do comandante do destacamento e, em geral, dos seus oficiais</i>	79
<i>C - O efectivo, o armamento e táctica usados pelo inimigo</i>	81
<i>D - A desmoralização, a imperícia do fogo de artilharia e o encerramento da campanha</i>	85

5. JOÃO ROBY E A ACÇÃO DA MARINHA	90
5.1. João Roby: homem complexo, herói romântico	90
5.2. A acção da Marinha	102
5.2.1. Vigilância no Sul, perante eventuais iniciativas dos alemães	103
5.2.2. Apoio e participação na campanha contra os Cuanhamas	105
5.2.3. Garantia da soberania nas águas portuguesas	108
6. ALGUMAS BREVES CONCLUSÕES	111
BIBLIOGRAFIA	114
FONTES	117